

A Nação

JORNAL INDEPENDENTE

Director: Alexandre Semedo

Nº 4091 | Ano VIII | De 05 a 08 de Julho 2015

Edição gratuita

Há 40 anos, através de Abílio Duarte, o Povo das Ilhas chamou a si o destino que entendeu enfrentar. Quarenta anos depois é tempo de encarar o presente e o futuro, sem desdenhar o passado. É o que se propõe A NAÇÃO através de um Caderno Especial, onde são abordados os mais variados temas e visões, com independência, liberdade e democracia.



AUTÁRQUICAS'2016

ADCI vai concorrer nos três municípios de Santo Antão

Pág. A2

POLÍTICA

MAC#114 pondera transformar-se em partido

Pág. A3

LEGISLATIVAS'2016

PAICV sem lista definida para São Vicente

Pág. A4

PUB

Mais e melhor informação

www.anacao.cv

f /anacaocaboverde



AUTÁRQUICAS'2016

Aliança Independente vai concorrer nos três municípios de Santo Antão

■ João Almeida

Estruturada por naturais de Santo Antão que residem no país e no estrangeiro, a ADCI-SA alicerçou-se há cerca de um ano e já se oficializou enquanto organização política “regionalista e municipalista”, como escreve o seu mentor António Silva, natural do Paul e professor universitário na Holanda.

Dado esse passo, a ADCI está no terreno a sensibilizar pessoas com experiências de trabalho nos municípios, capazes de “juntar todas as forças da ilha, para promover unidade de pensamento, de sentimento e de objectivos”, numa nova largada que se projecta para Santo Antão.

Quadro cobiçado

A ADCI já tem algumas pessoas identificadas, garantem os promotores, e uma delas é um ex-quadro da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que hoje trabalha por conta própria e que “granjeia respeitabilidade naquele concelho”. O nome ainda não se revela, mas o A NAÇÃO sabe que, nas autárquicas anteriores, tanto o MpD como o PAICV tentaram convencer o mesmo quadro a entrar nas respectivas listas. Mas ele preferiu continuar a servir o concelho que o viu nascer sem se expor ao jogo político no qual, muitas vezes, as questões individuais sobrepõem a ideias e projectos.

Para Porto Novo e Paul, também não se anunciam nomes. Entretanto, optimistas, os integrantes da ADCI não rendem guarda e mostram-se dispostos a fazer do diálogo,

» A Aliança Democrata-Cristã Independente de Santo Antão (ADCI-SA), estrutura política que se assume como municipalista, vai lançar-se na corrida autárquica naquela ilha. A ideia passa por organizar grupos independentes para concorrer, já em 2016, em cada um dos três concelhos, sem perder o foco na complementaridade das políticas que propiciem o desenvolvimento da ilha.

consenso, compromisso e esperança nutrientes-base para montar as candidaturas nos três concelhos em Santo Antão.

Independentemente de quem integrar as listas, a ADCI ambiciona, sobretudo, ter voz nas assembleias e câmaras de Santo Antão, de modo a tornar as discussões mais plurais e frutíferas para as gentes que lá residem.


Há um ano no terreno

De referir que há menos de um ano, António Silva apresentava os princípios basilares da ADCI, colocando a família como “núcleo formador, que tem um papel importante nos valores e identidade dos santantonense”. Nessa linha defendia que “todas as acções para o desenvolvimento da ‘Ilha das Montanhas’ devem ser orientadas de forma integrada, para

conquistar, passo-a-passo, a sua autonomia económica, cultural, intelectual e social”.

A partir desses pressupostos, a ADCI começou a mobilizar meios e pessoas, não só no país, como na diáspora. Na Holanda, onde vive António Silva, vai se afirmando no seio dos emigrantes naturais de Santo Antão, mas, também, já estendeu as suas acções à França, Luxemburgo, Itália e outros

países europeus. Agora quer recolher subsídios de amigos e simpatizantes para cimentar ideias direccionadas para o desenvolvimento económico, saúde pública, ensino, ciências & tecnologias, modernização da administração, política local, desenvolvimento ambiental, agricultura, pecuária e agro-negócios, assim como desenvolvimento social e cultural.

E é, pois, desse conjunto que a ADCI pretende fomentar um projecto político, social, cultural e económico, que coloque Santo Antão na ribalta do desenvolvimento. 



PUB



asa 31 anos

Quando você viaja, Nós cuidamos de si








Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - Ilha do Sal - Cabo Verde
 Tel.: +238 241 14 68 / +238 241 25 37 - www.asa.cv - info.@asa.cv

■ Daniel Almeida

Com o “sucesso” das manifestações contra a aprovação dos Estatutos dos Titulares de Cargos Políticos, falou-se logo da transformação da MAC#114 em partido político, em virtude da sua capacidade de mobilização e de contestação. Contudo, o “fracasso” da manifestação de 1º de Maio, em parceria com a UNTC-CS, levantou dúvidas em relação a essa possibilidade.

Agora, com os ânimos mais serenados, o coordenador da MAC#114, Rony Moreira, vem admitir, numa entrevista à Deutsche Welle (DW - Voz da Alemanha), a possibilidade de o grupo ser transformado em partido político.

“Inicialmente era só um grupo de pressão. Hoje estamos a tentar dar uma alavancada à democracia nacional. Trazer aspectos qualitativos à democracia, principalmente, a questão da participação, da governança e da transparência”, frisou Rony Moreira.

Este também faz saber que a primazia da MAC é a democracia participativa. “As pessoas viram na MAC algo diferente e isso trouxe-nos uma pressão”, afirma.

Longe dos holofotes

Desde finais de Março que a MAC#114 decidiu realizar as suas acções longe dos holofotes da imprensa. Agora, a organização está virada mais para as comunidades desfavorecidas.

“Por necessidade, a MAC teve que se afastar da media e da atenção pública, por causa de uma certa pressão, porque



MAC#114 pondera transformar-se em partido político

» As portas para a transformação da Mobilização para Acção Cívica (MAC#114) em partido político “não estão fechadas”. Esta associação que, inicialmente, era apenas um grupo de pressão, pretende agora alavancar a política cabo-verdiana, através da “democracia participativa”.

não tínhamos a percepção de que a manifestação de 30 de Março nos daria essa projecção”, admitiu Rony Moreira. “Neste momento, estamos a fazer uma discussão interna para tentar vislumbrar o melhor caminho”.

Sobre a possibilidade de a MAC se tornar num partido político, o seu coordenador diz que não têm esse objectivo vincado. “Temos ideias soltas. Na dinâmica da política, as coisas alteram-se de um momento para o outro”, frisa.

O futuro a Deus pertence,

mas as portas para a transformação da MAC#114 num partido político não estão fechadas. “Se houver outras situações similares aos dos Estatutos dos Titulares de Cargos Políticos, e se houver o sentimento e a necessidade de uma terceira via, a MAC pode transformar-se num partido político”, assevera Moreira.

Rede social

A MAC#114 é uma associação que surgiu no início deste ano, em Cabo Verde, através das

redes sociais, para protestar os números do desemprego que são de 15,8 por cento (%), segundo os dados do INE.

Constituída essencialmente por jovens desempregados, a sua primeira actividade foi realizada a 20 de Janeiro de 2015, Dia dos Heróis Nacionais, com uma manifestação silenciosa com apenas dez jovens, para protestar contra a taxa de 15,8% do desemprego, particularmente, na camada jovem.

A 30 de Março, MAC#114 ganhou dimensão nacional com

a mega-manifestação contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos sobretudo a parte remuneratória dos políticos e os seus salários. A manifestação juntou milhares de pessoas, sobretudo jovens, nas cidades da Praia, Assomada, Sal e Mindelo em São Vicente.

A 01 de Maio, MAC#114 juntou-se à UNTC-CS na marcha pela dignidade, igualdade e justiça social.

A MAC#114, enquanto organização da sociedade civil, não tem uma liderança fixa. Tem “coordenadores”, por áreas, nomeadamente: comunicação, logística e política. Ainda assim, o rosto mais visível desse grupo de coordenadores é Rony Moreira, de 33 anos, formado em Sociologia.

PUB

TAAG
LINHAS AERÉAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

VENDA 0 203 34
2 VEGES POR ANO

PRAIA-LUANDA-PRAIA		SAL-LUANDA-SAL	
Executiva	117.70000 CVE	1 Min	65.40000 CVE
Económica	118.75000 CVE	45 Dias	84.25000 CVE
45 Dias	84.25000 CVE	1 Ano	118.75000 CVE
1 Min	65.40000 CVE	Executiva	117.70000 CVE

LUANDA-PRAIA-LUANDA		PRAIA-STOBE-PRAIA	
Executiva	127.80000 CVE	Executiva	34.00000 CVE
Económica	97.20000 CVE	1 Ano	86.25000 CVE
45 Dias	77.20000 CVE	1 Min	40.25000 CVE
1 Min	54.10000 CVE	1 Min	37.00000 CVE

STOBE-PRAIA-STOBE	
Executiva	79.20000 CVE
Económica	71.25000 CVE
1 Min	33.25000 CVE
1 Min	28.00000 CVE

LISTAS PARA AS LEGISLATIVAS'2016

Nada definido em São Vicente

■ Daniel Almeida

Muito se tem falado do vice-presidente do PAICV, Manuel Inocêncio Sousa, e do secretário-geral desse partido, João do Carmo, como os primeiros da lista para São Vicente nas próximas eleições legislativas, mas o responsável máximo dos “tamborinas” na “Ilha do Monte Cara” diz, claramente, que “tudo não passa de especulações”, porque “ainda não há lista” e, consequentemente, “nenhum alinhamento”.

Para Alcides Graça, a feitura da lista do PAICV para São Vicente é da competência exclusiva da CPR da ilha, que deverá contar com o aval da Direção Nacional do partido.

Essa legitimidade da CPR, segundo Graça, advém do facto de ser um órgão “eleito e não designado”.

Este desabafo do líder “tamborina” na “Ilha do Monte Cara” pode ser entendido como um recado àqueles que tentam colocar Manuel Inocêncio Sousa e João do Carmo em lugares de destaque na lista para as legislativas de 2016. “Nós fomos eleitos e os outros foram designados”, reitera aquele dirigente, ciente do valor semântico e político das suas palavras.

A NAÇÃO sabe, no entanto, que o Conselho de Opinião do PAICV em São Vicente, composto por António Neves, Olívio Pires, Luís Fonseca e Ante-



© Eneias Rodrigues

» Os nomes que vêm sendo ventilados para a lista do PAICV, em São Vicente, com vista às eleições legislativas de 2016, “são meras especulações”. Esta tomada de posição é do presidente da Comissão Política Regional (CPR), Alcides Graça, que assegura que a lista será elaborada e hierarquizada pela estrutura do partido na ilha, em concertação com a Direção Nacional.

ro Coelho, terá uma certa resistência em aceitar o nome de Manuel Inocêncio Sousa como cabeça-de-lista para esse círculo eleitoral.

O nome de João do Carmo

para um dos lugares cimeiros da lista, também, não é bem visto por militantes dessa região política, que consideram que o actual secretário-geral “não teve um comportamen-

to correcto nas últimas eleições legislativas e autárquicas”.

Este assunto deve ter sido abordado com a presidente do PAICV, Janira Hopffer Almada,

(JHA), que esteve, no passado fim de semana de visita à ilha de São Vicente, onde presidiu a uma assembleia de militantes do partido. No encontro, JHA disse ter “profunda convicção” de vencer as eleições legislativas de 2016, mas, para tanto, pediu “muito empenho e muito trabalho” a cada militante e amigo do partido.

PUB

Marcando a diferença há 7 anos.



A Nação
Jornal independente

Um jornal independente e actual, onde nada é tabu, com temas de política, economia, cultura, desporto, opinião, entre outros.

Tel.: (+238) 262 86 77 // geral@anacao.cv // comercial@anacao.cv



Soluções Salário do Banco Interatlântico



José Mário
Gerente Agência Plateau

As soluções Salário do Banco Interatlântico permitem-lhe antecipar até 50% do seu rendimento mensal ou pagar em até 60 meses o montante equivalente a 13 meses do seu rendimento mensal.

E tudo isto de forma fácil, simples e rápida!

Saiba mais em www.bi.cv ou em qualquer Agência do Banco Interatlântico.

Estamos à sua espera!

Uma carta para o futuro

» Na ACRIDES, querendo, as crianças escrevem cartas para o futuro. Miguel (nome fictício) não quer que a sua carta seja apenas mais uma. O seu sonho é, um dia, ser piloto de aviões. Mas, para isso, precisa de continuar a sonhar.

■ Denise Lobo

A “carta do futuro” é uma metodologia criada pela ONG Afrorreggae, que trabalhou durante algum tempo na periferia da cidade da Praia, e adoptada pela ACRIDES na sua lida com crianças de e na rua, por via de um projecto de inclusão social. Através dessas cartas o “remetente” conta ao “destinatário” a sua vida, seus sonhos e desejos.

Miguel, de 16 anos, escreveu a sua “carta” em 2013, na biblioteca “Nha Balila”, da associação. E foi nela que contou a sua existência, o nascimento em São Vicente, a mudança para a Cidade da Praia, com a mãe e os nove irmãos e o que se seguiu depois disso.

Lavar os pés

No dia desta reportagem, a biblioteca “Nha Balila” está vazia. Ruth Gomes, voluntária e assistente social na ACRIDES há nove anos, manda chamar Miguel com a esperança de ele aceitar conversar com o A NAÇÃO. Vinte minutos depois, ela informa: “O Miguel mandou dizer que vem, mas só depois de lavar os pés, não quer aparecer com os pés sujos de terra porque estava a jogar à bola quando o mandei chamar”.

Timidamente, a espera é interrompida com Miguel a assomar a cabeça na porta. Entra. É um menino alto e forte. Aproxima-se, senta-se e a nosso pedido começa a contar a sua história.

“Eu morava com a minha avó em São Vicente e a minha mãe foi me buscar e trouxe-me para Praia. Tudo mudou. A minha mãe colocou-me na esco-



la, estudei até o sexto ano, mas deixei a escola porque ela foi viver na Vila Nova. Volta e meia ela mudava de zona e eu mudava de escola. Até que um dia, vim para Tira-Chapéu e a Ruth levou-me à escola ‘Capelinha’, onde estudei até completar o ensino básico e começar o liceu”.

Miguel estudou até a metade do terceiro semestre do sétimo ano. “A cabeça não me deu para ir mais”, diz com os olhos fixos no chão. Diz que pretende, um dia, voltar a estudar.

É de favores que presta às pessoas do bairro, em troca de comida e lugar para dormir, que Miguel sobrevive. Vive numa casa com dez pessoas. Depende do dinheiro que uma moradora do bairro, de nome Tá, lhe dá, vez ou outra. “Tá ajuda-me muito. Quando a minha

mãe foi com um irmão ao hospital, foi a Tá quem me dava comida para eu dar aos meus irmãos. Por isso, sempre que posso, eu a ajudo também”, afirma.

Agressivo

Tido como um adolescente agressivo, Miguel aceitou escrever a sua “carta do futuro”, por desafio de Ruth e demais elementos da ACRIDES. “Desde que escrevi a carta, muita coisa melhorou”, reconhece. “Passei para o liceu, fui para os pupilos da Acrides... fiz muita ‘cabeça rixu’, fui tirado dos pupilos, mas hoje arrependo-me de ter saído de lá”, confessa.

Como qualquer criança da sua idade, Miguel também sonha com o dia de amanhã. O seu sonho é ser piloto. “Pergun-



ro escrita por menino da rua

tei à minha avó como se chamava a pessoa que levantava o avião e ela disse-me que era piloto. Então, decidi que era isso que eu quero ser”.

Os sonhos deste futuro piloto, porém, vão um pouquinho além. “O meu outro sonho é poder ajudar as pessoas como me ajudaram a mim”, frisa.

Falar da ilha-natal, São Vicente, fazem lágrimas sair dos olhos do Miguel. “A minha vida era muito melhor em São Vicente. Eu morava na Ribeirinha, sinto vontade de lá voltar”, confessa.

Os voluntários

Ruth Gomes conta que muitas crianças confiam as suas histórias através de cartas. “Há casos em que crianças contam que os pais as obrigam a roubar e a pedir dinheiro na rua”. Algumas cartas, segundo a nossa interlocutora, são “gritos de so-

corro”, de crianças e adolescentes, como Miguel, a pedir para sair do tipo de vida que levam.

Ruth e Miguel têm uma relação próxima. “Quando ele chegou aqui, fui eu que o coloquei no liceu e nos pupilos. Mas o comportamento violento – uma vez bateu num rapaz com uma cadeira na cabeça! - fez com que os responsáveis nos chamassem para irmos buscá-lo”, realça.

Depois disso, Ruth explica que Miguel deixou de ter um lugar fixo para morar. “Não tínhamos onde deixá-lo. Não tinha uma família e cada dia dormia em uma casa”.

Neste momento, Miguel ajuda pessoas de Tira-Chapéu em troca de comida. “Quando ele me vê, sempre fica contente porque sente que queremos fazer algo por ele”, afirma Ruth.

Manuel Gonçalves de Pina, voluntário também e animador social há dez anos, descreve o

seu trabalho com crianças e adolescentes como algo carregado de muitos desafios. “Estivemos a trabalhar com crianças de e na rua com poucas oportunidades. Mas, através de um engajamento com a associação, puderam alcançar os seus objectivos”, pontua De Pina.

As crianças que frequentam o centro da ACRIDES ficam divididas entre “de e na rua”. Gonçalves clarifica que, tendo em conta que a associação ainda não tem um centro de acolhimento, as crianças de rua, normalmente, são encaminhadas para o ICCA (Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente), para que possam obter uma família e um lar para morar.

As crianças na rua são acompanhadas, de acordo com o seu horário escolar. “Se essas crianças vão às aulas no período de manhã, trabalhamos à tarde com elas. Fazemos um

pouco de tudo das actividades extra-curriculares: pintura, colagem, visitas guiadas, colónia de férias,...”, enumera.

Embora existam crianças que repetiram de ano e são também atendidas no centro, Manuel Gonçalves acrescenta, ainda, que a cada semana apresenta-se um tema, como desafio, para explorarem a capacidade comunicativa e o conhecimento geral dessas crianças. E que o objectivo “não é trabalhar para as comunidades, mas com as comunidades”.

“É nos bairros que estão os problemas”

Lourença Tavares, presidente da ACRIDES, advoga que para assumir a protecção das crianças é preciso estar nos bairros. “Tivemos um caso de uma criança cuja reinserção conseguimos com a ajuda de uma instituição parceira,

mas o facto de não haver uma equipa multidisciplinar para um acompanhamento correcto, para um seguimento como deve ser, para a protecção da criança, acabámos por falhar”, lamenta. “A assistente social não pode fazer tudo sozinha. Tínhamos que ter um psicólogo”, repisa Lourença Tavares.

A falta de coordenação e a falta de recursos humanos para trabalhar são obstáculos que a Lourença diz dificultar, muitas vezes, o sucesso de alguns casos de crianças na associação.

A presidente daquela ONG alega que a metodologia “carta do futuro” é uma espécie de “pontapé-de-saída”, para se saber o que a criança tem na alma. “Quando chegamos à fase final, podemos escrever mais uma carta para fazermos uma comparação. Precisamos ouvir as nossas crianças para um melhor diálogo e uma melhor protecção”, conclui Lourença Tavares. ☺

PUB

Ola Mar Hotel

30 quartos com televisão e sistema de internet "Wireless"

Visite a nossa loja com produtos vindos dos Estados Unidos da América!

Avenida Santiago - Palmarejo - Praia - Cabo Verde
Tel.: (+238) 260 45 40/41/42/43 Fax: (+238) 260 45 44/ 45
www.olamarhotel.com

**Rui Araújo**

Justiça, Tribunal Constitucional

Como é sabido, entre nós o Supremo Tribunal de Justiça (STJ – que é topo na hierarquia dos tribunais comuns) –, acumula, pela Constituição da República (CR), funções de Tribunal Constitucional (TC), enquanto este não se instalar autonomamente.

Assim, além do mais, o STJ, como TC, julga o contencioso eleitoral, os recursos ligados aos direitos fundamentais (habeas corpus, habeas data, recurso de amparo...), fiscaliza a constitucionalidade das leis no sentido de as normas legais inconstitucionais serem banidas da ordem jurídica, etc.

Até recentemente os partidos políticos não se tinham posto de acordo sobre nomes para o TC e havia acusações recíprocas de falta de vontade política. Dizia a oposição que sem um TC autónomo não se cumpre a Constituição e fica diminuída a democracia.

Mas a verdade é que a CR não afirma que o TC deva ser instalado de imediato e não existe uma tal essencialidade democrática: muitos países, como os EUA, não têm tribunal constitucional, estando neles toda a Justiça entregue aos tribunais comuns e nem por isso a Constituição ou a Democracia não se cumprem.

O constitucionalista Prof. Doutor Wladimir Brito (curiosidade: não conheço outro cabo-verdiano doutorado em Direito), tido como “Pai” da Constituição, sempre considerou justificável que a Justiça Constitucional fosse realizada pelo STJ. E são muitos os juristas e políticos nacionais a defender essa ideia.

Há quem diga não ser conveniente que o STJ continue a decidir em assuntos típicos da justiça constitucional dado que o pendor político desses assuntos não se adequa à isenção que deve presidir a acção dos juízes dos tribunais comuns.

É um argumento pobre, que parte da ideia errada de que os pronunciamentos em matéria constitucional não pertencem ao Direito e à Justiça, antes são de foro estritamente político, quiçá partidário. Trata-se de um equívoco também possível a nível da justiça comum.

A Justiça é feita por homens e não por “robots” (ainda assim é)

e os homens têm e têm direito de ter as suas convicções políticas, que se insinuam indelevelmente nos seus juízos mais isentos. Ponto é, para um juiz, saber evitar o subjectivismo, a parcialidade, o favor político, a injustiça no caso concreto, usando habilmente a fácil confusão entre direito e ideologia, ou a amplidão dos conceitos constitucionais.

Numa Democracia jovem como a nossa, marcada por um extremado bipartidarismo, este é um perigo, pois nela se formaram e vivem os nossos juízes e a libertação não é fácil. Haverá ainda entre os magistrados um ou outro “turco”, retrancado na irresponsabilidade dos juízes, praticamente ilimitada.

Porém, embora o nosso sistema judicial seja moroso, ineficiente e ainda cheio de graves defeitos, a verdade é que vai evoluindo e amadurecendo e há razões de esperança em que tais magistrados, que já hoje se contrastam nele como peixes amarelos num mar verde, acabem por ser peixes fora de água.

Não se confunda tudo isso, entretanto, com o fenómeno da politização do jurídico, ligado a um princípio constitucional da tutela jurisdicional efectiva interpretado em tanto excesso que conduz a violações do princípio de separação de poderes, com de-

cisões dos tribunais invadindo a esfera do executivo.

Isso é o reverso da excessiva judicialização do político, ancorada em leis cuja filosofia sujeita toda a atividade governativa a um crivo apertado de formalidades jurídicas, não lhe deixando margem mínima de mérito, para conformação do real.

Acredita-se que um mau resultado, desastroso mesmo para o interesse público, conseguido num quadro de respeito por formalidades legais, é mais louvável que um excelente e justo resultado obtido com alguma irregularidade formal.

Claro que uma consequência primeira é os tribunais se entupirem de toda a casta de processos, muitos dos quais não estão preparados para enfrentar senão por decisões de improvisos; e o Estado, sem uma administração minimamente autónoma, esvaziado de autoridade e sem nenhum serviço de contencioso, vai, através de leis “democráticas” e decisões voluntaristas sem estudo de impacto, prometendo a todos o que nem a poucos pode dar e, por força de decisões judiciais, dando a poucos mais do que prometeu a todos.

Quando hoje em dia certos juízes “agridem”, com penhoras, os ativos do Tesouro depositados no Banco de Cabo Verde, desti-

nados a fins de utilidade pública como pagamento de salários ou pagamento de dívida externa, ou socorro a vítimas de calamidades naturais, nenhum deles faz a mínima ideia, ao decidir penhorar 50 ou 100 mil contos no BCV, se outros não estarão a fazer o mesmo na mesma altura, perigando um Estado financeiramente frágil.

Recentemente uma lei veio clarificar as coisas, evitando essa situação. O Presidente da República deu o seu veto político contra essa lei, por entender que ela violava um alegado princípio constitucional de igualdade entre o Estado e os particulares (cidadãos, empresas comerciais...) e depois pediu fiscalização de constitucionalidade ao TC.

Felizmente esse recurso mereceu um redondo indeferimento, por unanimidade dos sete juízes do STJ/TC, num acórdão memorável!

Milita-se, em Cabo Verde, entre o culto de Constituição, o fanatismo que a desacredita e uma euforia ideológica individualista que não conhece como limite nem a liberdade do outro nem o interesse da comunidade.

Antes, quando um cidadão matava outro ele praticava um acto hediondo e lá no fundo luzia o bíblico “Não Matarás”. Hoje será de “cultura democrática” di-

Com o fenómeno da politização do jurídico, ligado a um princípio constitucional da tutela jurisdicional efectiva interpretado em tanto excesso que conduz a violações do princípio de separação de poderes, com decisões dos tribunais invadindo a esfera do executivo.





ional, uma trapalhada etcétera e tal

zer-se que ele violou a Constituição.

Já por duas vezes ouvi afirmação do estilo, vinda de funcionários públicos: “Não quero dar cumprimento a esta lei porque a meu ver ela é inconstitucional pois devia ser aprovada pelo Parlamento e não pelo Governo”.

Seria um caos se na administração pública cada um pudesse agir desse modo, em nome da Constituição.

Apesar de todos os males que se apontam à nossa Justiça, ela têm evoluído em todos os planos, nesse contexto difícil, ultrapassando formalidades contrárias à justiça material e realizando aos poucos o princípio da justiça administrativa efectiva, talvez mesmo colocando-se numa linha da frente perigosa para a segurança jurídica.

E quanto ao TC, cujos membros (não juizes) finalmente foram designados?

Confesso que quando o nome do Dr. Benfeito Mosso Ramos foi rejeitado por razões estritamente partidárias, animei-me pensando que ninguém mais aceitaria o cargo. De facto, se quem foi juiz Presidente do STJ durante dez anos, depois de ser magistrado de instância sempre de boas referências, não podia ser juiz do TC, quem mais o poderia ser entre nós, senão por um critério consensual só partidário?!

O Dr. Benfeito Ramos mostrou de forma clara, num recente artigo no “A Nação”, as dificuldades jurídicas (inconstitucionalidades) em que se enreda a criação do TC, com juizes suplentes não previstos na CR e com a possibilidade de, contra esta, se no-

mear como suplentes juizes em exercício de funções sem autorização do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Parecem-me cristalinas essas contrariedades à CR, mas pessoa autorizada já as afirmou: o Doutor Wladimir Brito. Pergunta-se agora: quem julgaria tais inconstitucionalidades? O actual STJ, chamado como quem chama uma Velha Guarda? - Claro que não: o assunto será ultrapassado por um grande e consensual Silêncio Partidário, que, na prática, é mais forte que a própria CR. Só que nem por isso deixaremos de ter, à partida, um TC (logo um TCI) marcado pela inconstitucionalidade.

Uma situação desconfortável actual resulta do facto de serem só 3 os juizes do TC, dois dos quais com pretensões a Presiden-

te, pois nenhum poderá obter dois votos favoráveis se não for contado o seu próprio voto em si mesmo.

Trata-se - ingénuos não somos! - de mais um episódio de teor partidário ligado à instalação do TC e é tudo isso que leva às confusões acima referidas quanto à Justiça Constitucional. Esta é Direito e Justiça em toda a sua nobreza!

O Doutor Wladimir Brito bem que tinha defendido que, a criar-se um TC autónomo, este tivesse no mínimo 6 juizes. Mas para não perder a carroça do consenso partidário alcançado, parece que o importante é avançar a qualquer preço.

Enfim, seria muito melhor (e muitíssimo menos dispendioso) acrescentar mais 3 juizes no STJ, reforçando desse modo a Justiça

comum, que bem precisa, e radicando aí a Justiça Constitucional.

Teríamos então 10 juizes num STJ/TC, apetrechados da toda a experiência acumulada na luta para a independência e isenção dos tribunais, para o melhoramento técnico e para fazer vingar os princípios constitucionais, mesmo dentro das limitações e dos defeitos referidos.

Melhor seria assim do que jogar fora - como agora se faz - esse capital cultural e criar um TC autónomo minimalista, de 3 juizes “desgarrados”, só para mostrar que temos mais uma instituição democrática e constitucional. O Estado não tem meios para suportar custos de ostentação de democracia!

E termino felicitando os três ilustres e doutos eleitos, a quem desejo bom desempenho.

PUB

NOVOS CARTÕES VINTI4



PARA MELHOR LHE SERVIR, APRESENTAMOS A NOVA LINHA DE **CARTÕES VINTI4** - PARTICULAR E EMPRESAS.

COM O NOVO CARTÃO VINTI4 **EMPRESAS**, FACILITAMOS AS TRANSAÇÕES, OTIMIZANDO O SEU TEMPO E A SUA PRODUTIVIDADE.

PASSE NUM BALCÃO NOVO BANCO E **PEÇA JÁ** O SEU CARTÃO!

AS **PESSOAS** EM **PRIMEIRO** LUGAR.

WWW.NOVOBANCO.CV

NOVO BANCO, S.A.

EDIFÍCIO SANTO ANTÓNIO ASA - C.P. 162 - A

PRIMA - SANTIAGO - CARO VERDE

TELEFONE: (+351) (0) 22 70

FAX: (+351) 22 07 42



MIREX homenageia Silvino da Luz

» O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Silvino da Luz foi, na quarta-feira, homenageado pelo Ministério das Relações Exteriores pela sua acção em prol da diplomacia cabo-verdiana. O acto inédito acontece no momento em que Cabo Verde completa os seus 40 anos de independência nacional.

Uma sala do Palácio das Comunidades, sede do MIREX, na cidade da Praia, passa a ostentar doravante o nome de Silvino Manuel da Luz, o homem que dirigiu a “casa” entre 1980 e 1991, substituindo Abílio Duarte, que na altura era também presidente da Assembleia Nacional Popular.

Para aquele antigo combatente e diplomata, que foi também embaixador de Cabo Verde em Luanda (Angola) no início desta década, nestes 40 anos, o país teve “a felicidade de ter a disposição” diplomatas por vocação, “trabalhadores infatigáveis e sempre disponíveis” para o “debate sério e afincado”. “A honra é tanto maior quando ela se insere nas cerimónias comemorativas do 40º aniversário da nossa independência”, frisou.

O ministro Jorge Tolentino, que presidiu a cerimónia, classificou o acto de “eloquente”, dado que o homenageado “soube estar à altura” das suas responsabilidades e deixar marcas que perduram, ainda hoje, na diplomacia cabo-verdiana. “Mas do que isso, tal como num corrida de estafeta”, Silvino da Luz “soube passar o testemu-



nho a quem veio a seguir”.

Para Tolentino, o tempo em que Silvino da Luz esteve como MNE (1980-1991) foi um período em que a diplomacia cabo-verdiana viveu “páginas de particular elevação”, as quais “não deixarão de ter um tratamento de registo e leitura histórico”.


O primeiro comandante Silvino Manuel da Luz nasceu no Mindelo, a 17 de Fevereiro de 1939, cidade onde frequentou a instrução primária e o liceu. Foi mobilizado para prestar o serviço militar obrigatório, tendo servido como oficial miliciano do exército colonial português.

Desertado do exército colo-

nial em Kano, Nigéria, em 1963, junta-se ao Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) no mesmo ano em que é designado responsável da Luta Armada e membro da Comissão de Recrutamento e Preparação Política dos Combatentes.

Além de militar, Silvino da

Luz esteve também na diplomacia do PAIGC, representando esse movimento nos EUA. Nesse qualidade participou no encontro com o enviado do então primeiro-ministro de Portugal, Marcello Caetano, em Londres, visando um cessar-fogo entre o PAIGC e Portugal, na perspectiva de negociações sobre as independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Foi ministro da Defesa e da Segurança Nacional, de 1975 a 1980, e ministro dos Negócios Estrangeiros, de 1980 a 1991. Como MNE participou em vários encontros, na ilha do Sal, com representantes de Angola, África do Sul, Cuba e EUA, negociações essas que haveriam de se saldar na independência da Namíbia e retirada das forças cubanas e sul-africanas de Angola em 1990. Silvino da Luz, sabe A NAÇÃO, está a preparar as suas memórias como forma de passar o seu testemunho à história recente de Cabo Verde. 

Praia sede da IDC-África

O MpD vai ganhar maior protagonismo no seio da família da Internacional do Centro Democrático (IDC), com a instalação da sede da filial para África dessa organização política social democrata.

A documentação necessária para o registo da IDC – África foi entregue, quarta-feira, ao ministro da Justiça de Cabo Verde, José Carlos Correia, pelo responsável do MpD com a IDC, José Filomeno Monteiro, e pelo espanhol Alberto Ruíz Thiery, coordenador-geral desta organização política internacional.

Prevê-se que Cabo Verde passe a contar com uma nova estrutura de apoio a nível internacional para se conectar com “os outros partidos do

mundo”, de forma a aumentar a possibilidade de o arquipélago estar conectado com os dois principais mundos políticos existentes.

José Filomeno acredita que esta ofensiva poderá simbolizar “mais um passo na consolidação das relações internacionais” do MpD, com vista a trabalhar “activamente em prol dos interesses de Cabo Verde” enquanto um País portador de “valores da democracia dos direitos humanos e dos estados de direito”.

O MpD conta implementar, ainda este ano, a Juventude IDC, a ser presidida por um outro país, mas que esta força política cabo-verdiana irá participar “de forma activa” nos órgãos de direcção, assim como criar as Mulheres

IDC, organização.

Alberto Ruíz Thiery considerou, por seu turno, de “muito importante” para Cabo Verde e uma “boa escolha” para a Cidade da Praia ter uma sede da IDC-África, alegando que o País passará a ter uma presença internacional “muito maior”.

Este responsável disse ainda que a IDC tem como a próxima ofensiva organizar um grupo parlamentar africano com todos os membros dos parlamentos Pan-africanos filiados na IDC-África, alegando ter políticos influentes na Europa e no mundo que poderão ajudar, tanto o MpD, como Cabo Verde.

Alberto Ruíz Thiery fez questão de destacar o apoio do Governo na reunião realizada a 7 de Novembro últi-

mo, ao mesmo tempo que agradeceu o ministro da Justiça pela abertura encontrada.

O coordenador-geral disse que a IDC conta actualmente com 16 partidos africanos, em países como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Gabão, Argélia, Senegal, Marrocos, Mauritânia, Guiné Equatorial, Burkina Faso e Guiné Bissau de entre outros, num universo de quatro presidentes e primeiros-ministros, mais de 80 ministros e mais de 750 deputados.

O líder do MpD, Ulisses Correia e Silva é o presidente da IDC-África e vice-presidente da IDC Internacional e vai à Cimeira dos Líderes Mundiais desta organização política agendada para os dias 9 e 10 do corrente, no México.



(Des)organização

Com um ano inteiro para preparar com pompa e circunstância, atempadamente, os festejos, tudo foi feito em cima do joelho, denotando total falta de organização e profissionalismo da Comissão Nacional para a Organização dos 40 anos da Independência - CNO-40. Como se não bastasse, o cartaz oficial só foi fechado dois dias antes dos festejos e o logotipo oficial do dissenso apresentado três dias antes. Tanto Zig e Zag em volta dos 40 anos que esqueceram o essencial, da publicidade!



Transtornado II

Realmente, o líder histórico e espiritual dos ventoinhas tem toda a razão. Com dinheiro tudo faz-se e compra-se. Aliás, a máxima é de Gualberto do Rosário, o primeiro liberal a ensinar que dinheiro não é problema, problema mesmo é não ter ideias ou ter a vista turva. No caso de Veiga, ZIG pergunta se o Mercedes em que ele agora circula evolui ou não, suave, na estradas asfaltadas de Santiago. Com dinheiro foi possível fazer os aeroportos da Boa Vista e de São Vicente onde aterram turistas e nacionais vindos dos mais variados lugares do mundo. E quanto aos portos, estes, também, coitados, não recebem navios cruzeiros, servem apenas para o Povo das Ilhas passear e fazer de trampolim, ou então deixar-se embasbacar com as escadas rolantes do terminal de passageiros do Porto Novo. O Poilão, coitado igualmente, não vê água... É cada uma em saudação ao 5 de Julho que o ZIG pergunta se a Nação não merece coisa melhor.

Dança diplomática

De repente, o MIREX resolveu fazer as substituições e as nomeações nas embaixadas e nos consulados, acto conhecido entre nós por Dança dos Diplomatas. Sempre que tal acontece, é tempestade para uns e bonança para outros. E os corredores do Ministério são palcos de conjuras, arrasta-rabos e cartas anónimas. Aliás, diplomata cabo-verdiano feliz só mesmo quando está no exterior, de preferência nalguma missão onde possa roncar em cima dos saltos. E nisto há quem questione as competências de certos embaixadores e cônsules de carreira, para determinadas capitais, com nomeações que não lembrariam nem ao menino Jesus em noite de Natal. A ser assim é melhor recorrer a diplomatas políticos. Estes pelo menos, às vezes, sabem ao que vão.

5 de Julho

O programa deste 5 de Julho está mesmo "bom pa filme". Além de sair muito em cima da hora, sobre os joelhos, não pára de sofrer alterações. Viajando no tempo, a programação de 1975, apesar dos inúmeros problemas logísticos então existentes, deve ter corrido muito mais a preceito. Caso para se dizer que nem mesmo o tempo nos ensina a não brincar com a data maior da Nação, o 5 de Julho de 1975. Ai, nós Cabo Verde di Sperança!

Réplica

Na falta de consenso, a cerimónia da réplica da bandeira hasteada no Estádio da Várzea, a 5 de Julho de 1975, teve de ir à vida. Porquê? Porque alguém, de repente, se lembrou de perguntar que "réplica" seria o acto previsto para a Várzea, isto é, qual das bandeiras seria hasteada, se a de 1975 ou se a actual? E na falta do célebre Consenso, entendeu-se que o melhor mesmo era não haver "réplica" nenhuma.

Transtornado I

Segundo Carlos Veiga, a agenda de transformação de José Maria Neves "não transformou nada", porque fazer "infraestruturas" é a coisa mais fácil de se fazer "quando há dinheiro". "Há portos sem barcos, aeroportos sem aviões, estradas sem carros e barragens sem água", sentenciou.

ETCP e TACV

Bastou um ruído, mandado fazer por encomenda, sabe-se lá por quem, para que a opinião pública começasse a mexer. O Estatuto dos Titulares dos Cargos Políticos, aquele que foi reprovado pelas manifestações e vetado pelo Presidente da República, de novo em agenda parlamentar? Logo agora que as lideranças dos partidos andam desviadas pelas pré-campanhas e que os Mac's da vida destróçados pelas férias? Logo agora que se preparam as listas para as legislativas e o debate do Estado da Nação? Pior do que isso, só as novas tarifas da TACV.

Ficha Técnica



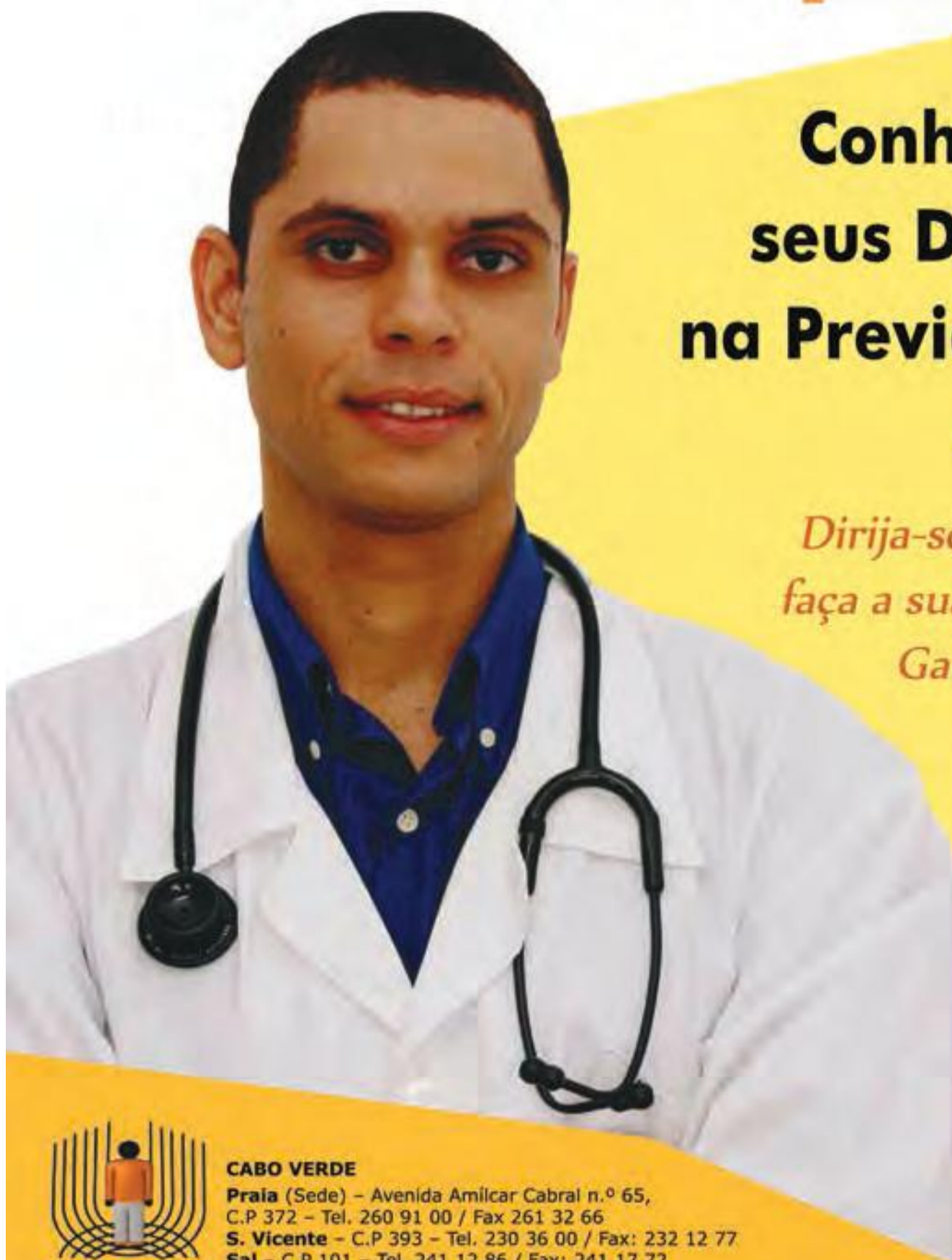
A Nação

Ano VI – nº 409 – Semanário – De 05 a 08 de Julho de 2015 - **Registo Legal:** Nº 03/2007 - **Propriedade:** Sociedade A NAÇÃO Cabo Verde, Lda
Endereço: Cidadela – Caixa Postal: 690 – Praia - Cabo Verde - **Telefone (PBX):** (+238) 262.86.77 - **E-mail:** geral@anacao.cv e jornalanaacao@gmail.com
Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet

www.anacao.cv

Director: Alexandre Semedo - **Director de Produção:** José Augusto Sanches - **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes - **Editores:** João Almeida (Coordenador em São Vicente e Zona Norte), Daniel Almeida e Gisela Coelho - **Redacção:** Carla Gonçalves, Leticia Neves e Silvino Monteiro - **Estagiários:** António Neves, Denise Lobo, Jacqueline Neves e Jason Fortes - **Colaboradores e Colunistas:** Albino Moreira, António Carlos Gomes, António Correia e Silva, Antonino Veiga, Clóvis Silva, Daniel Medina, Donaldo Macedo, Edson Medina, Euclides de Pina, Geraldo Almeida, Felisberto Vieira, Helena Fontes, Luis Carvalho, Luis Leite, João Branco, João Vieira, José Carlos Teixeira, Lourenço Lopes, Júlio Correia, Marciano Moreira, Margarida Fontes, Paulo Mendes e Pedro Moreira - **Designer:** Amilton Borges e Leónia Sanches (Estagiária) - **Departamento Comercial, Distribuição & Marketing:** Edmira Correia - EUA: César Silva e Leonel Brito - **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense - **Tiragem:** 5.000 Exemplares - **Telefone (PBX):** (+238) 262.86.77 - **E-mail:** jornalanaacao@gmail.com / geral@anacao.cv

É Trabalhador por **Conta Própria?**



**Conheça os
seus Direitos
na Previdência
Social**

*Dirija-se ao INPS e
faça a sua inscrição.*

*Garanta a sua
Protecção
Hoje e
Sempre!*



CABO VERDE

Praia (Sede) - Avenida Amílcar Cabral n.º 65,
C.P 372 - Tel. 260 91 00 / Fax 261 32 66

S. Vicente - C.P 393 - Tel. 230 36 00 / Fax: 232 12 77

Sal - C.P 101 - Tel. 241 12 86 / Fax: 241 17 72

www.inps.cv

Parte integrante de A NAÇÃO 409 - 05 a 08 de Julho 2015 - Não pode ser vendido separadamente





Da improbabilidade às novas demandas

EDITORIAL

A NAÇÃO junta-se à cidadania cabo-verdiana para comemorar o 40º Aniversário da Independência Nacional, com este número especial, evocativo mas também de questionamentos vários.

Nunca é de mais lembrar que, ao longo destes 40 anos, fomos construindo, pedra a pedra, degrau a degrau, o país possível que é hoje Cabo Verde, tornando-o numa certeza, embora com inúmeros outros problemas e desafios por enfrentar e resolver.

Há 40 anos, o poeta Ovídio Martins, retratando o que éramos, sublimou em vate: "O mar transmitiu-nos a sua perseverança/ Aprendemos com o vento a bailar na desgraça/As cabras ensinaram-nos a comer pedra para não perecermos". E hoje, o tam-

bém poeta José Luís Tavares explicita: "Demo-nos um novo começo na voz/áspera das ribeiras, nas madrugadas/ de conjuras, nos tropeços destes versos/ que não pedem meças às aves alquebradas/ pelos langores doutros céus".

Temos sido elogiados pela Boa Governação, pela estabilidade política e pela governabilidade, assim como pelos direitos e garantias aos cidadãos. Temos estado entre os primeiros em África, no concernente às liberdades individuais e à liberdade da imprensa, ao Índice de Desenvolvimento Humano e aos cumprimentos dos Direitos Humanos.

Naturalmente que nem tudo são rosas. Vivemos um tempo de acalmia económica e a crise internacional, instalada aqui desde 2009, veio expor a nossa vulnerabilidade estrutural. O desemprego é elevado (mais de 15%) e a sua incidência

na juventude é duplicada, a pobreza ainda resiste e atinge os 24%, e a dívida pública transborda o razoável e raia os 114% do PIB. Para não falarmos da criminalidade galopante e da violência (doméstica e pública), a desmistificarem a ideia de sermos uma sociedade de brandos costumes e de morabeza.

“
Ao longo destes
40 anos, fomos
construindo, pedra
a pedra, degrau a
degrau, o país possível
que é hoje Cabo Verde,
tornando-o numa
certeza, embora com
inúmeros outros
problemas e desafios
por enfrentar e
resolver”

Os jovens reclamam mais integração, educação e emprego, os trabalhadores reclamam mais direitos laborais e sindicais, e os empresários reclamam mais condições económicas e de geração de riquezas. Os emigrantes também exigem mais atenção. E as mulheres insistem em mais paridade e equidade do género. Novas demandas, nunca dantes formuladas, surgem no país em transformação. O próprio país, Cabo Verde, precisa crescer mais e distribuir melhor. Precisa de melhor equilíbrio sócio-económico. De mais qualidade de vida e bem-estar para as pessoas.

Cientes de estarmos ainda em pleno caminho, persistem, ao balanço destes 40 anos, razões fundadas para encararmos o futuro com entusiasmo e confiança. Ao fim e ao cabo, já não somos os Flagelados do Vento Leste, nem somos um

país improvável, marcado pelas impossibilidades.

Estamos hoje, neste Dia 5 de Julho de 2015, ainda "de boca concêntrica na roda do sol", como diria o poeta Corsino Fortes, no seu lapidar poema a prenunciar que Cabo Verde "É raiz & esfera no seu tempo & modo/ De pouca semente/ E muita luta".

Aqui e agora estamos, pois, todos juntos, a comemorar esta Pátria, que é nosso projecto colectivo. A comemorar esta Nação que se fortalece a cada dia, devido ao afã de "muita luta" em cada um de nós, sem desânimo e pessimismo.

A NAÇÃO exorta, pois, todos, a festejarmos este 5 de Julho, dia que é nosso e é grande, e que nos abre perspectivas futuras para novos horizontes.



DEFRUTE DAS MARAVILHAS DAS NOSSAS ILHAS

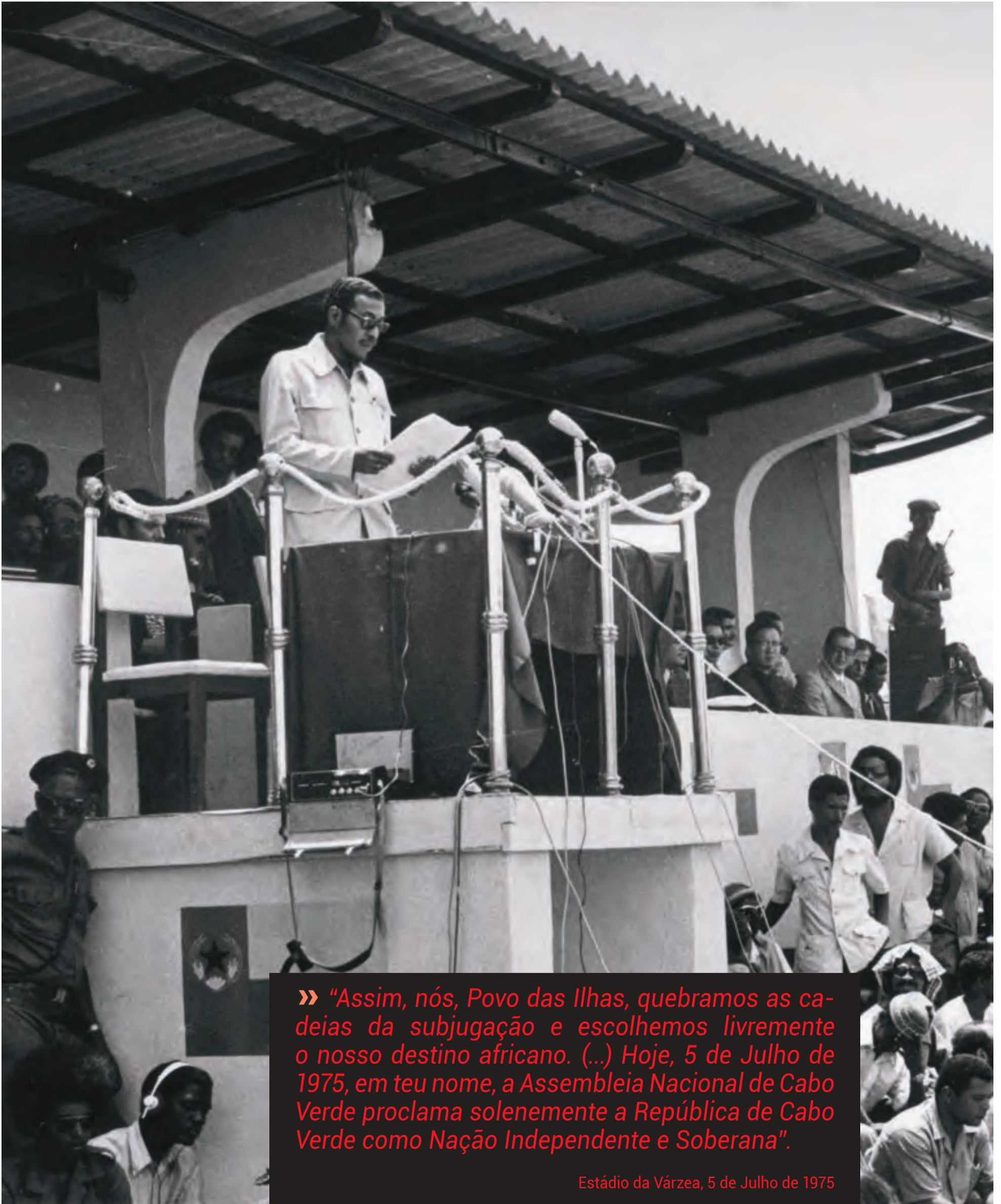
A oportunidade única de descobrir paisagens que só um arquipélago pode oferecer: De Montanhas a Dunas, de Noites culturais a Passeios por locais históricos.

www.turismo.cv



Um país... Dez destinos!





» *“Assim, nós, Povo das Ilhas, quebramos as cadeias da subjugação e escolhemos livremente o nosso destino africano. (...) Hoje, 5 de Julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde proclama solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana”.*

Estádio da Várzea, 5 de Julho de 1975



Proclamação da Independência de Cabo Verde

De a História que as reiteradas tentativas de emancipação social das nossas ilhas, embora tenham deixado mártires e gerido heróis anónimos, foram sempre estranguladas pela opressão colonial.

Coube às modernas gerações, iluminadas pela ideologia de libertação dos povos colonizados e impregnadas pelo espírito de Bandung, compreender que o problema da miséria e do atraso social das ilhas de Cabo Verde reconduzia-se a um problema político e, como tal, jamais poderia ser resolvido no quadro da sujeição colonial e da alienação da liberdade humana. Antes de mais postula-se a reivindicação e a luta pela Independência.

Todavia, para empreender com êxito esta luta, desigual face à expressão numérica das realidades em confronto e ao prestígio de falsos valores dominantes em vastas regiões da comunidade internacional, era, na conjuntura histórica, necessário que os Povos Africanos superassem a escala nacional e potenciassem a sua energia vital na cooperação de esforços e na unidade de propósitos revolucionários.

Assim, AMILCAR CABRAL, Fundador e Militante Nº 1 do P.A.I.G.C., concebe a genial ideia de renovar no sentido do Povo e de reestruturar na matriz política da libertação dos Povos do Terceiro Mundo, a Unidade dos filhos da Guiné e Cabo Verde. Assim se funda e se constrói o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, força de expansão revolucionária e aglutinante da consciência nacionalista na Guiné e em Cabo Verde, motor histórico de renovação mental, social e ideológica, seguindo as linhas da acção construtiva e da pedagogia política do nosso imortal guia, Amílcar Cabral.

O princípio da Unidade da Guiné e Cabo Verde, concebido para a luta e forjado na luta, que já estava prefigurado na nossa comunhão de sangue, de mártires e de História, deu provas irrecusáveis como factor decisivo de mobilização da consciência nacional, de organização para a luta e de transmutação da nossa Sociedade.

Coroada de glória a confrontação política e armada na Guiné-Bissau, onde se iniciou a derrocada do Império Colonial Português, o P.A.I.G.C. intensificou a luta revolucionária nas ilhas: lançou justas palavras de ordem correspondentes às profundas aspirações e aos interesses vitais do nosso povo, mobilizou as camadas trabalhadoras alienadas à onnipotência do Estado Colonial, deu aos trabalhadores públicos e da actividade privada uma nova consciência de dignidade na liberdade, inspirou greves e manifestações de protesto contra actos repressivos da Ordem Colonial, dinamizou movimentos de massa para reivindicação de bens e valores pertencentes ao sagrado património do Povo.

Assim, a vontade inequívoca das massas populares confirmou, no terreno firme e eloquente dos factos, a legitimidade representativa que ao P.A.I.G.C. haviam reconhecido as mais altas instâncias da Organização da Unidade Africana e das Nações Unidas.

Assim, nós, Povo das Ilhas, quebramos as cadeias da subjugação colonial e escolhemos livremente o nosso destino Africano. E a História terá que filiar ao nosso Povo glorioso de Cabo Verde, que se bateram com valentia na frente de luta armada na Guiné, estiveram prontos e decididos para o combate armado em Cabo Verde também, se tal viesse a revelar-se como a única via para a libertação das nossas queridas ilhas.

Povo de Cabo Verde

Hoje, 5 de Julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde
Proclama Solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana.



Assembleia Nacional de Cabo Verde

Presidente

Abílio Augusto Monteiro Duarte
Aldo Joaquim Gomes Fernandes
Aldano da Cruz Brito
Agostinho Medina Duarte Pereira
Alexandre Ramos de Pina
Alfredo Dias
André dos Santos Lopes
Amaro Alexandre da Luz
Amílcar Cupertino Andrade
André Cordeiro Telenício
António Fidalgo de Barros
António Luís da Silva
António Sérgio Português
Aristides Maria Pereira

Armando António Torres
Arseto Lima Ramos
Carlos António Dinias Tavares
Carlos Lineu Soares Miranda
Carlos Nuno Fernandes dos Reis
Carlos Vitorino Dantas Monteiro
Celestino Ramos Sanches
Duarte Alcides Alfama
Emanuel de Jesus Braga Tavares
Euclydes Joaquim de Aguiar Fontes
Eugenio Augusto Pinto Inocêncio
Eugenio Borges Furtado
Gil Querido Varela
Gonçalo Monteiro Oliveira

Humberto Bettencourt Santos
Isaura Tavares Gomes Cardoso
Izildo Armando da Silva
Jóão José Lopes da Silva
Jóão Pereira da Silva
Joaquim Pedro Silva
José Eduardo Dantas Ferreira Barbosa
José Luís Fernandes Lopes
José Tomás Wilson de Carvalho Veiga
Leão José Mendes Barreto
Luís de Matos Monteiro da Fonseca
Miguel Costa Barros
Miguel da Paz dos Santos Faustino
Miguel Jesus Rodrigues Moreira

Maurício António Brito Delgado
Nelson Assandá Ferreira Santos
Olimpio Lopes Vieira
Olivio Múcio Pires
Oswaldo Lopes da Silva
Pedro dos Santos Brito
Pedro Mendes Rodrigues
Pedro Rolando dos Reis Martins
Pedro Verona Rodrigues Brito
Rolando Lima Barbo
Sérgio Augusto Cardoso Correia
Silvestre Lopes
Sylvino de Oliveira Lima
Sylvino Manuel da Luz



As mutações da educação

EDUCAÇÃO

Jacqueline Neves

“D e fracos recursos a país de desenvolvimento médio, Cabo Verde muito fez para chegar ao patamar em que hoje se encontra. A nível da Educação não é diferente”, assim entende Carlos Reis, primeiro ministro da Educação do país, logo após a Independência, em 1975.

Na altura, a Educação padecia de inúmeros problemas, tanto a nível de recursos financeiros, quanto dos recursos humanos, cuja qualificação era baixa. Mas, ainda sim, o ensino já ocupava “uma parte importante” no “pensamento” dos cabo-verdianos, a começar por aqueles que assumiram a responsabilidade de governar esta terra. Carlos Reis era um desses cidadãos. Militante do PAIGC, tinha estado na Guiné, de onde regressara com a patente de comandante, até ser chamado a integrar, primeiro, o Governo de Transição e, de seguida, o primeiro Executivo chefiado por Pedro Pires.

“Éramos uma sociedade com carências ligadas à necessidades primárias das pessoas como água e alimentação, visto que, além de 1975 ser um ano de seca, o país também vinha de outras secas anteriores, o que dificultou ainda mais, a primazia que se podia dar à Educação. A situação social deficiente logo conduziu a problemas no sector da Saúde também, pois, o estado nutricional das crianças era preocupante, de modo que era preciso relativizar a importância que se podia dar aos outros sectores, em detrimento da Educação, quando se tinha de fazer frente às necessidades que têm a ver com a própria sobrevivência das pessoas”, recorda Reis.

O perfil social do professor

Fora isso, a qualidade do ensino era condicionada pela pouca formação do pouco pessoal docente, desde logo pelo



» São diversas suas facetas, com perdas e ganhos, progressos e recuos, avanços e retrocessos, 40 anos de história, 40 anos de ensino. O perfil do professor mudou, o perfil do aluno mudou... E, nisso, resta ainda muito por fazer no domínio da educação e formação de quadros humanos, conforme alerta Carlos Reis, o primeiro ministro da Educação de Cabo Verde independente.

fraco nível de escolaridade ou mesmo pedagógico dos professores. Muitos, diga-se, mobilizados às pressas entre os jovens estudantes mais avançados.

“O perfil social do professor reflectia muito o perfil da maior parte das pessoas da sociedade cabo-verdiana. A sua origem era diversa, e, embora, em muitos casos, a profissão fosse passada de geração para geração, havia, também, professores do meio rural, alguns com posses arremediados, outros com posses mais modestas”, conta o entrevistado do A

NAÇÃO.

Conforme Reis, os alunos tinham o problema do acesso à escola, desde logo, porque, a rede escolar não era alargada, os melhores professores faziam o que estava ao seu alcance para ficar na cidade, com claro prejuízo para o meio rural ou ilhas periféricas. “Era preciso fazer muito trabalho de equilíbrio na redistribuição de competências, sobretudo porque as qualificadas e empenhadas eram poucas; esse equilíbrio era feito através de uma prova de colocação”, frisa.

Evolução ou estagnação?

Carlos Reis vê a evolução do ensino, no país, com satisfação, mas, também, com preocupação, pois, acredita que “a evolução é constante e a busca pela qualidade tem de ser permanente”. E nisso diz ter um misto de esperança e preocupação, porque, “é preciso mudar, em um determinado momento, para algo sólido e isso é feito com base na dinâmica que tem a ver com a própria sustentação”. Diante disso, quando olha para o Ensino Superior no país, diz que “é preciso ter cautela, porque, um país

como Cabo Verde, que nem sequer tem um milhão de habitantes, não consegue sustentar oito universidades, quando o rácio de universidades por habitantes é de, aproximadamente, uma universidade por um milhão”.

Entende que a qualidade que tanto se questiona é algo de difícil discussão já que “não se pode ter respostas absolutas”, porque não sendo estáticas, elas variam, dependendo de vários sectores e também “da própria sustentação do sistema”. E conclui: “O grande desafio é conhecer bem as condições que devem ser criadas para ver qual o nível de qualidade que se deseja”.

Reis mostra-se, igualmente, inquieto com o sistema

o em 40 anos de história

educativo que se tem construído em Cabo Verde, nomeadamente, em áreas que entende que o país não está, ainda, preparados para suportar. "Para se ter um Sistema de Educação com qualidade, não se pode formar quadros técnicos na área da farmácia, da medicina ou das engenharias, sem laboratórios, e enquanto continuarmos a não ter laboratórios, é uma utopia muito grande proceder à formação nesses ramos cujas condições não estão criadas".

E acrescenta: "É como ter o Ensino Superior e não ter bibliotecas, é como pensar que se tem um quadro de formados com licenciatura, mas que nunca conseguiu ler um livro até o fim, é ter licenciados

que quando pedes uma exposição não consegues ler aquilo que escrevem. Temos todos que interpelar o produto final, as promoções que os nossos sistemas de educação têm estado a produzir e estimular no aluno a vontade de conhecer, de estudar e de investigar".

Reis apela ao gosto pelo conhecimento e pede para que as pessoas usem as tecnologias a seu favor e não se deixarem usar pelas tecnologias, pois, "não se deve deixar que a máquina signifique o empobrecimento da capacidade mental e nem da inteligência da pessoa que só se consegue com o trabalho do cérebro. Portanto, tem que haver lugar sempre ali para o exercício do cálculo mental".

Em 40 anos de ensino, Carlos Reis faz um balanço positivo da caminhada, mas diz que é preciso acautelar o sentido da afirmação que tem, também, os seus problemas próprios que devem ser referidos sem complexos. A seu ver, esses problemas "traduzem um processo de avanço e de sucessos incontestáveis, mas que põe sempre novos desafios e temos de estar à altura desses novos desafios". Por isso, diz, "o ensino em Cabo Verde, de uma forma geral, deu grandes saltos, mas são vitórias que não representam um todo absoluto".

Como casos de sucesso de pessoas que se formaram no período pós-Independência, destaca a geração dos actuais governantes.

Ministros da Educação de 1975 à actualidade

Carlos Reis foi o primeiro ministro da Educação de Cabo Verde, após a Independência Nacional, sucedendo Manuel Faustino que tutelava a pasta durante o Governo de Transição. Iniciou suas funções em 1975 e permaneceu até 1981, tendo, também, sido um dos que mais tempo teve nesse cargo, isto é, seis anos. Tal como Reis, Corsino Tolentino também actuou por seis anos como ministro da Educação, função que desempenhou de 1984 a 1990, sendo o terceiro a tutelar a pasta. Por sua vez, Ondina Ferreira e Octávio Ramos Tavares foram os que menos tempo estiveram no cargo, ambos por um ano, Ondina de 1995 a 1996 e Octávio de 2010 a 2011.

Outros Ministros

- José Araújo (de 1981 a Agosto de 1984);
- Manuel Faustino (de 1991 a 1995);
- José Luís do Livramento (de 1996 a 1998);
- António Fernandes (de 1998 a 1999);
- Filomena Delgado (de 1999 a 2001);
- Victor Borges (de 2001 a 2004);
- Filomena Martins (de 2004 a 2008);
- Vera Duarte (de 2008 a 2010); e
- Fernanda Marques (de 2011 à presente data).

PUB





HAPPY HOUR

Às sextas-feiras
das 18h às 20h

SERVIÇOS

- Festas
- Coffee-break
- Cocktail
- Baptizados
- Casamentos
- Aniversários
- Catering



Os serviços são fornecidos dentro e fora do restaurante





Achada Santo António - Praia - Cabo Verde - Tel./Fax: + (238) 2621080
Móvel: + (238) 9922324 / 9184633 - E-mail : plazapark04@gmail.com - Facebook : Plaza Park

Como tudo começou



OPINIÃO

Carvalho Santos

Falar do percurso da comunicação social, particularmente da imprensa escrita, numa altura em que se comemora o 40º aniversário da independência de Cabo Verde, não é uma tarefa fácil e nem poderia ser feito só num simples depoimento de circunstância.

No entanto, não fujo à tentação para, de uma forma muito resumida e certamente com muitas lacunas e omissões, recordar como tudo começou, ou seja, como foram dados os primeiros passos e as naturais dificuldades enfrentadas por aqueles que tiveram a ousadia de assumir a grande responsabilidade de passar a assegurar o funcionamento da rádio e a edição do jornal estatal, num país que ia começar a dar os primeiros passos como Nação Livre e Independente.

Apesar de Cabo Verde ter sido o pioneiro da introdução da imprensa nas colónias portuguesas de África, quando começou a imprimir o seu Boletim Oficial, a 24 de Agosto de 1842, uma data que o Governo decidiu, recentemente, consagrar como o DIA NACIONAL DA IMPRENSA ESCRITA, Cabo Verde, dizíamos, ao contrário de territórios como Angola e Moçambique, praticamente não herdou infra-estruturas e muito menos quadros do sector, nomeadamente, jornalistas com a formação adequada para que pudessem dar respostas aos desafios que se colocavam com o advento da Independência Nacional.

Isto apesar do arquipélago, sobretudo depois da proclamação, em 1910, da República em Portugal, ter visto surgir e desaparecer inúmeras publicações (jornais, revistas, boletins, ...), tendo à frente personalidades como Luís Loff de Vasconcelos, jornalista e escritor que o Governo acaba, também, de homenagear com a escolha da data do seu nascimento, 05 de Janeiro de 1861, como o Dia Nacional do Jornalista Cabo-Verdiano.

Na sua obra "A IMPRENSA ESCRITA CABO-VERDIANA 1820-1975", João Nobre de Oliveira, aponta "o período republicano que durou de 1910 a 1926, como tendo sido para o arquipélago, em termos de títulos fundados, "o período mais

prolixo de toda a época colonial".

O surgimento do Estado Novo em Portugal e a consequente institucionalização da censura, limitativa da liberdade de imprensa, teve, naturalmente, reflexo na imprensa das ilhas, mas isso não impediu o surgimento de publicações como a revista literária e cultural "Claridade", surgida em 1936, na cidade do Mindelo (São Vicente), e que está no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana de então.

Contudo, quando se deu a Revolução do 25 de Abril de 1974, em Portugal, e que pôs fim à censura prévia nos territórios então sob o domínio colonial português, em Cabo Verde apenas o jornal "Arquipélago" era publicado com alguma regularidade, pelo Centro de Informação e Turismo, departamento de propaganda do regime derrubado.

Para, de certa forma, ocupar o lugar do então jornal oficial da colónia, surgiu o jornal "Alerta", editado por um grupo de nacionalistas, ligados ao PAIGC. Aconteceu, porém, que o "Alerta", devido à sua posição totalmente a favor da "independência total e imediata", acabaria por ser suspenso pouco tempo depois do início da sua publicação e após a edição de apenas cinco números.

Surgiu então o "Novo Jornal de Cabo Verde" (não confundir com o jornal com o mesmo título surgido nos anos 90), um semanário, dirigido por militares portugueses, representantes da Junta de Salvação Nacional no arquipélago, que foi publicado até as vésperas do dia da Independência, a 05 de Julho de 1975.

Com o aproximar da data da proclamação da Independência, colocava-se o problema de formar pessoas que pudessem assegurar o funcionamento da nova rádio e a edição do jornal que, necessariamente, teriam de surgir logo depois do 05 de Julho.

A solução encontrada, na altura, foi o recurso a um pequeno grupo, formado por dez estudantes do Liceu da Praia e que tiveram como primeira ação de formação uma visita de estudo a Portugal para, num período de duas semanas, se inteirarem do funcionamento das esta-

ções da rádio e dos principais jornais portugueses da época.

Foi precisamente alguns desses jovens que, juntamente com outros quadros já com alguma experiência na área, foram os primeiros repórteres e estagiários na rádio e no jornal públicos que surgiram com a Independência.

Como era de esperar, os "pioneiros" da comunicação social tiveram de fazer face às dificuldades de toda a ordem, resultantes, sobretudo, da escassez de meios, nomeadamente equipamentos e recursos financeiros.

Fazer um jornal nos primeiros anos após a Independência era, de facto, uma tarefa muito difícil e inimaginável nos dias de hoje, onde o computador permite fazer quase tudo dentro das redacções.

Basta dizer que os jornalistas, muitas vezes, tinham de escrever os seus textos à mão, uma vez que as poucas máquinas de escrever não chegavam para todos.

No entanto, tal como aconteceu com o próprio país, o jornal "Voz di Povo" passou, também, a tirar partido da evolução tecnológica que se foi registando ao longo dos anos. É caso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente, os computadores que vieram subs-

tituir os meios obsoletos que até então eram utilizados para a feitura do jornal.

A chegada dos primeiros quadros com formação específica na área, nomeadamente jornalistas, foi também uma etapa marcante no percurso da imprensa escrita estatal, tendo em conta que eles trouxeram um sangue novo ao jornalismo que se fazia então em Cabo Verde.

Esses dois factores (meios técnicos e humanos), a que se junta a montagem de um parque gráfico autónomo, permitiram também que o jornal "Voz di Povo", já na parte final dos anos 80, passasse de um semanário (conhecido então pelo "quando calhário", devido às constantes interrupções da sua publicação), para bissemanário, numa primeira fase, e, mais tarde, a trissemanário.

O surgimento, a partir dos anos 80, de novos órgãos de comunicação social pública, nomeadamente a agência de notícias e a televisão, também constitui uma etapa para uma nova largada do sector, mais tarde complementada pelo surgimento, sobretudo a partir da abertura política nos anos 90, de jornais (impressos e on line), rádios e televisões privados.

É-nos particularmente grato constatar que muitos daqueles que hoje estão à frente ou labutando nos órgãos de comunicação social (agência de notícias, televisão e jornais), que foram surgindo ao longo dos anos, passaram pelo que se convencionou chamar a "escola do Voz di Povo".

Muitos viriam a ser, também, os protagonistas e impulsionadores de projectos que levaram ao surgimento de órgãos privados de comunicação social que, como é justo reconhecer, têm dado um contributo inestimável para o pluralismo e a consolidação da Democracia no nosso país.

A quantidade e a qualidade de jornais que surgiram e se têm mantido de pé, depois que o Estado se retirou do sector da imprensa escrita, faz-nos acreditar no futuro da imprensa escrita cabo-verdiana, agora, a cargo de privados, como componente fundamental e indispensável no panorama da comunicação social do país.

“
Com o aproximar da data da proclamação da Independência, colocava-se o problema de formar pessoas que pudessem assegurar o funcionamento da nova rádio e a edição do jornal que, necessariamente, teriam de surgir logo depois do 05 de Julho”



De portas abertas desde 2007, a Casa do Cidadão (CC) é considerada um verdadeiro caso de sucesso na Administração Pública (AP) em Cabo Verde, reconhecido a nível internacional. A instituição veio revolucionar a relação entre a AP, os cidadãos e as empresas, tornando os serviços disponibilizados mais céleres e eficientes, a maioria à distância de um click, tendo como pilar central o site "Porton di nos ilha". Hoje, a CC conta já com 50 balcões em todas as ilhas, 43 na diáspora e quatro postos de atendimento móvel.

Integrada no ambicioso programa do Governo de Cabo Verde de modernização da AP, a CC foi criada através do Decreto-Lei nº 35/2007, de 29 de Outubro de 2007, tendo o NOSi como parceiro tecnológico. Situada no Platô, na cidade da Praia, a instituição começou a funcionar em Novembro de 2007, mas logo foi crescendo e, hoje, conta, além da casa mãe na Praia, com uma casa no Sal e em São Vicente e com cerca de 50 balcões espalhados por todas as ilhas, assegurando a gestão de um conjunto de serviços e instrumentos disponibilizados ao cidadão, às empresas, e até aos turistas e estrangeiros, através de três canais de comunicação: presencial, voz e o site "Porton di nos ilha".

Esta verdadeira rede tecnológica da AP, assegurada por técnicos devidamente capacitados, foi estruturada e pensada de forma a simplificar e tornar mais céleres e eficientes um conjunto de serviços integrados, disponibilizados no território nacional e na diáspora, facilitando assim a vida aos cidadãos e aos empresários.

Serviços disponibilizados

Actualmente, a CC conta com um guia de serviços que vão desde procedimentos ligados ao Nascimento e Identificação; Educação e Formação; Emprego e Voluntariado; Família e habitação; Saúde e Serviços Médicos; Negócios e Investimentos; Justiça; Velhice e Invalidez; Morte; Emigrantes, Estrangeiros e Turistas. Desta lista destacam-se as chamadas Certidões Online (nascimento, casamento, óbito e registo criminal), um dos serviços mais procurados pelos utentes. Desde 2007 até hoje, já foram emitidas 355 mil e 28 certidões online, das quais 142 mil 819 referentes à diáspora. Além das Certidões Online, os

produtos da chamada área Fiscal (pedidos e declarações de NIF, certidão de rendimento e certidão de dívida fiscal) são também um verdadeiro caso de sucesso. Até agora, já foram emitidas cerca de 57 mil e 85 pedidos de certidões online da área Fiscal.

Empresa no Dia

Outro serviço reconhecido internacionalmente, é a criação da chamada Empresa no Dia, que veio revolucionar o ambiente de negócios em Cabo Verde. Um procedimento que antes poderia demorar mais de 60 dias, pode ser feito agora numa hora. De 2008, altura em que foi criado, até à data, já foram abertas 6 mil 710 Empresas no Dia. Relacionado ainda com o ambiente facilitador de negócios, a instituição passou a disponibilizar, também, em 2013, o serviço de Encerramento da Empresa.

Gestão de Reclamação Online

Para melhorar a gestão do processo de reclamação e garantir um *feedback* em tempo útil ao cidadão e às empresas, foi ainda criado o Sistema de Gestão de Reclamação On-line. O recurso às novas tecnologias permitiu facilitar a intermediação entre o cidadão e as empresas junto da AP, promovendo a cidadania, a transparência e a celeridade no processo de gestão de reclamações, criando a integração de interfaces com os diferentes intervenientes no processo. Entre eles, ministérios, direcções-gerais, repartições públicas, municípios, reguladores, fiscalizadores, provedoria de justiça e gabinete de defesa do consumidor, entre outros.

"Porton di nos ilha" – novo site mais funcional

Recentemente, foi lançado um novo site do "Porton di nos ilha" – www.portondinosilha.cv, que conta já com cerca de 450 mil visualizações. Este novo site veio substituir o portal anterior que, entre 2007 e 2014, chegou a atingir 43 mil registos online. O "Porton di nos ilha" assume-se assim como a plataforma central de toda a CC e onde os utentes têm acesso a um conjunto de informações, serviços e funcionalidades da própria instituição, e da AP em geral.

Esta plataforma, através da qual se pode aceder, por exemplo, às certidões online, está mais funcional e

atractiva, possibilitando maior transparência no relacionamento entre os cidadãos, as empresas e os diferentes canais da AP.

Casa do Cidadão móvel mais perto de si

Outro dos ganhos da instituição foi a criação das chamadas Casas do Cidadão Móvel. Uma carrinha móvel, devidamente equipada, onde o cidadão pode ter acesso a um conjunto de serviços disponibilizados em qualquer balcão presencial. Um serviço pensado à medida das comunidades mais rurais, facilitando o acesso aos serviços da CC, evitando a deslocação aos centros urbanos, poupando tempo e dinheiro.

Linha Verde 8002008

A Linha Verde da Casa do Cidadão (CC) – 8002008 veio agilizar também a interactividade entre os utentes, a CC e a própria Administração Pública (AP). Através de um atendimento de qualidade e personalizado é possível obter informações e apoio no uso do portal, seis dias por semana, das 8 às 18 horas, de segunda a sexta e, aos sábados, das 9 às 13 horas. Este serviço deixa transparecer o processo de modernização e inovação da AP, assumindo-se como um canal único de atendimento da mesma.

Certificação de qualidade

A Casa do Cidadão conta desde 2009 com uma série de certificações que vieram atestar e reconhecer os padrões de qualidade e eficiência, pelos quais a empresa se rege. O ISO 9001:2008, trata-se de uma aplicação que conduz a uma maior eficácia da gestão dos negócios das organizações, potenciando a redução dos custos de operação e promovendo a quota de mercado e a fidelização de clientes. Já o ISO 14001:2004 é uma norma que apoia as organizações na redução do impacto no ambiente decorrente das suas actividades e no respeito pelos normativos de protecção ambiental. Por fim, a CC possui ainda o certificado OSHAS 18001, um sistema que apoia as organizações na gestão de riscos relacionados com a higiene, segurança e saúde.

» A saúde é um dos sectores que mais evoluiu nestes 40 anos da Independência de Cabo Verde. Em 1974-75, o Hospital Central da Praia, que cobria toda a região de Sotavento, tinha apenas quatro médicos, cabo-verdianos, para mais de cem mil habitantes. Hoje, o quadro é outro, bem diferente, como recordam alguns "sobreviventes" desse tempo.

SAÚDE

Denise Lobo

Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira é o primeiro nome que se ouviu entre os profissionais do Hospital da cidade da Praia, quando se pergunta pelo médico cabo-verdiano mais antigo e que mais esteve presente na história da medicina deste arquipélago. Antes e depois da Independência. Numa outra ilha, a resposta seria, certamente, outra. Pouco importa para os propósitos desta reportagem.

É no livro de autoria de Santa Rita Vieira, "História da Medicina em Cabo Verde", no capítulo VI, que cobre o período 1895 a 1975, que o autor explica que Cabo Verde conseguiu melhorar os níveis de assistência médica. Isto numa época em que os períodos de seca eram uma constante, sendo, por este motivo, um dos grandes causadores de morte nestas ilhas. "Principalmente a ilha de Santiago, que era considerada como cemitério dos europeus...", escreve aquele médico e historiador.

Em Fevereiro de 1969, ainda jovem e como primeira actividade profissional, o médico João de Deus Lisboa Ramos, hoje reformado, iniciou funções no então

Hospital Central da Praia, hoje Hospital "Dr. Agostinho Neto" (HAN). Tinha 28 anos e ficou colocado na Maternidade, mas com funções de gestão dos processos clínicos do que de assistência aos partos, uma vez que não tinha experiência nessa matéria.

"Trabalhavam no Hospital, na altura, o director, o Dr. João Baptista Morais, o Dr. Henrique de Santa Rita Vieira, o médico cirurgião Dr. José Cohen, o Dr. Godinho, o Dr. Guitana, e uns três médicos militares portugueses, e eu", lembra Lisboa Ramos.

Na enfermaria de Santa Isabel, onde tinha uma sala com cerca de 12 camas, aquele médico dava consultas externas de clínica geral, diariamente, e tinha distribuição de serviço de urgência que era por chamadas, em turnos rotativos, dos médicos disponíveis, de uma semana de duração.

Por razões de serviço militar, ainda como nacional português, João de Deus Lisboa Ramos fez uma interrupção e partiu para a ilha do Fogo. "Depois viajar pelo Fogo, Brava, São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, como delegado de saúde nessas ilhas e único médico nas quatro primeiras, voltei à Praia, para o Hospital

PELOS CORREDORES DO HOSPITAL "DR. AGOSTINHO NETO" O milagre da saúde



Central, em Julho de 1974, três meses depois do 25 de Abril", lembra.

A partir daí, três períodos marcaram o percurso profissional de Lisboa Ramos no Hospital "Dr. Agostinho Neto" ou Hospital Central da Praia, como ele faz questão de mencionar.

Com o 25 de Abril, o ano de 1974 é marcado por uma intensa mobilização política, em que, praticamente, "todos" se mostraram engajados em prol da Independência de Cabo Verde. A adesão ao PAIGC, partido de Amílcar Cabral, era grande e, logo, a sua influência também. O fascínio era de tal forma grande, que até médicos estrangeiros vieram a Cabo Verde, por essa altura, dar o seu contributo para a afirmação do novo país a nascer a 5 de Julho de 1975.

"Nesse período tinham chegado à Praia o Dr. Pedro do Rosário e o Dr. Teófilo de Meneses, antes colocados no Sal, como médicos militares. Tinham saído alguns médicos e outros funcionários para Portugal. Havia

boa colaboração entre nós, cabo-verdianos, e os médicos militares portugueses".

A agitação política, por parte, também, dos médicos, resumia-se a organizações de comités políticos, consultas voluntárias em diversos povoados de Santiago, informações aos quadros políticos do PAIGC sobre a situação sanitária, as disponibilidades em pessoal, estruturas e equipamentos existentes e as principais doenças correntes.

De 1 de Janeiro a 5 de Julho de 1975, período do Governo de Transição, a situação era mais clara em termos políticos. "Com a partida do director, o Hospital ficou sem direcção e adoptámos o modelo que se vinha usando em Portugal, isto é, a criação de órgãos colectivos. Elegemos um Conselho Directivo do Hospital do qual acabei por ficar presidente, o que correspondia, mais ou menos, às funções de director", afirma Lisboa Ramos.

Depois do 5 de Julho, após a proclamação da Independência Nacional e a instala-

“
Em 1982
começaram
a voltar os
primeiros
médicos
formados
com a
Independência
”

ção do primeiro Governo de Cabo Verde independente, partiram todos os médicos militares portugueses no dia 4 de Julho.

"No dia 5 de Julho estávamos efectivos, no Hospital Central da Praia, quatro médicos nacionais: Dr. Henrique de Santa Rita Vieira, Dr. Pedro do Rosário, Dr. Teófilo de Meneses e eu, João Lisboa Ramos. E dois estrangeiros, os médicos belgas, um deles de nome Dany... O Dr. Irineu Gomes iniciaria funções logo a seguir e o Dr. Francisco

e



Manuel Boal

Fragoso chegaria, também, pouco tempo depois”.

Quadro médico cabo-verdiano

Ainda no ano de 1975, com Cabo Verde já independente, saíram vários estudantes para formação no exterior. A maior parte ruma para a então União Soviética (Rússia), Cuba, Hungria, Roménia, Polónia... Nos anos 80, o país começa a receber e formar o seu quadro médico. Consequentemente, os médicos estrangeiros começaram a diminuir também. Tomaram posse, duma assentada, 22 médicos recém-chegados.

Apesar da memória traiçoeira, João de Deus Lisboa Ramos faz questão de citar nomes que vieram antes e nos primeiros anos da Independência: Henrique Vera-Cruz, Afrânio do Rosário (1975), Alice Dupret, Maria Jesus Carvalho e Carlos Ramos (1977).

“Em 1982 começaram a voltar os primeiros médicos formados com a Independência. Os médicos que an-

tes aqui ficaram eram cubanos, egípcios e alguns cabo-verdianos”, lembra Manuel Gomes, também ele médico cabo-verdiano, formado em medicina desde 1982, com especialização em Cirurgia Maxilo-Facial desde 1990.

Poucos médicos, poucos recursos. Era assim em tempos idos, num país de carências mil. Diante disso, os quadros do sector tinham o tempo todo de utilizar a cabeça e a sabedoria. E, claro, também a cultura da boa vontade. Manuel Gomes relata que havia o aspecto da relação social. Com o pouco que se tinha conseguia-se desempenhar o trabalho para resolver os problemas dos pacientes. Mesmo que isso significasse trabalhar por horas a fio e dormir no banco de urgência todos os dias. “Não tínhamos recursos, mas tínhamos vontade de trabalhar e levar Cabo Verde para frente” afirma.

Assim como Manuel Gomes, o seu colega João de Deus Lisboa Ramos rediz: “Os tempos eram outros, os recursos, apesar das quei-

xas e reclamações de insuficiência, eram incomparavelmente outros quer em pessoal quer em instalações e equipamentos”.

Entre consultas limitadas e centenas de pessoas frequentando o banco de urgência como se fossem consultórios médicos, havia o obstáculo do diálogo entre alguns dos médicos e os pacientes. “É claro que havia certa diferença no atendimento entre os pacientes portugueses e os cabo-verdianos. Principalmente, no que se tocava à comunicação. Os pacientes cabo-verdianos tinham dificuldades em se expressar para os médicos estrangeiros”, recorda Manuel Gomes.

O médico e pediatra angolano Manuel Boal trabalhou, voluntariamente, por um ano no HAN depois de ter voltado do golpe de Estado, de 14 de Novembro de 1980, na Guiné-Bissau, acontecimento esse que marca o fim da unidade com Cabo Verde, conforme o programa do PAIGC, “dois países mesmo partido”. Casado com a combatente cabo-verdiana Lilica Boal, também ele combatente do PAIGC, Manuel Boal decidiu não compactuar com o golpe de Nino Vieira, optando por Cabo Verde, onde chega a trabalhar por algum tempo antes de rumar para outras experiências.

“O que me marcou é que havia falta de médicos e enfermeiros no início da independência. Houve uma grande evolução em termos de infraestrutura e pessoal”, constata hoje Manuel Boal, que mais recentemente foi diretor-geral da Saúde, no tempo em que Basílio Mosso Ramos foi ministro dessa pasta.

A saúde das pessoas, no entanto, não dependia apenas do hospital e dos médicos. Mas também, e acima de tudo, de uma boa alimentação, água e saneamento básico. “Morria-se muito de diarreia, sobretudo crianças. Havia o enterro dos anjos: caixõezinhos pequeninos com muitas crianças a acompanhar, coisa que hoje já não se vê, felizmente”, lembra Manuel Boal.

O país vivia um período muito pouco fácil. Havia uma alta da taxa de analfabetismo e a transmissão de conhecimentos não era fácil. “Éramos poucos médicos, não era possível fazer a educação de todos”, afirma Manuel Boal. “O que se conseguiu, com os meios que se tinha, foi quase um milagre”.

5 de Julho de 1975

O ano de 1975 e o período pós-independência foi um tempo de muita mobilização das pessoas para o início da reconstrução nacional. “Era

o início da fase romântica dos profissionais de saúde”, afirma de novo João de Deus Lisboa Ramos. “Havia muito entusiasmo. Muitos de nós não tínhamos horário pelo menos de saída. Lembro do Dr. Pedro do Rosário, por exemplo, que praticamente vivia no Hospital, das 8 da manhã à noite. E não era só ele, muitos outros sacrificavam o descanso ou o conforto familiar para atender às necessidades da população que procurava o Hospital”.

Casado, como atrás se disse com uma combatente cabo-verdiana, com quem tem dois filhos, Manuel e Lilica Boal fizeram questão em estar presentes no acto da proclamação da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, vindos de Bissau, onde passaram a viver com a retirada dos portugueses em Setembro de 1974.

“Viemos todos para Cabo Verde, assim como muita gente da Guiné também veio”, recorda Boal, para quem a data foi um dia de “total euforia” e “explosões de alegria”, um sentimento que haveria de se repetir, no dia 7 em São Vicente. “Foi especial a proclamação da independência”, conclui com orgulho de ter contribuído para esse momento único na vida de Cabo Verde e dos cabo-verdianos.

Os números da Independência



» Em 40 anos de Independência, Cabo Verde passou por grandes transformações, em todos os sectores, desde a educação à saúde, da política à economia... E os números atestam-no. O país obteve um crescimento considerável, sendo vários os indicadores em análise.

“ Em 1975 havia apenas dois liceus no arquipélago, um em São Vicente, o mais antigo (1937), e outro, na Praia, inaugurado em 1962 ”

ESTATÍSTICA

António Neves e Jacqueline Neves

A população residente que em 1975 era de não mais que 276 mil 179 habitantes, hoje ultrapassa o meio milhão (512 mil 196), segundo dados do INE, em 2013. Portanto, houve um aumento populacional de 236 mil e 17, em 40 anos.

Se em 1975 a esperança média de vida era de 57.6 anos, agora é de 74 anos, sendo 72 para homens e 76 para mulheres, o que significa dizer que hoje os cabo-verdianos vivem, em média, mais 16.4 anos do que na época da Independência.

Por sua vez, a taxa de mortalidade infantil, que em 1975 era de 104 por cento (por cada mil crianças), diminuiu para 26 por cento (%), tal como a taxa de analfabetismo que passou de 60.7 para 14.7%.

Segundo os indicadores da qualidade de vida, a taxa de água domiciliária, que

na altura da Independência não passava dos 7.5%, aumentou, consideravelmente, para 65.1%. Da mesma forma, a taxa de energia eléctrica, que em 1975 era 13.9%, cresceu para 87%.

O acesso às instalações sanitárias na época da Independência era de 11.8%. Hoje é de, aproximadamente, 62%, estando, actualmente, nos 73%.

Já, em relação ao PIB "per capita", se em 1975 era de 272 dólares, actualmente ronda os 3762.12 dólares. O índice de desenvolvimento humano, por sua vez, aumentou de 0.587 para 0.636 pontos.

O turismo, sector que vem

crescendo notavelmente, chegando o país a receber hoje cerca de 600 mil hóspedes por ano, em 1975 só podia suportar até mil 316 hóspedes. Aliás, em 1975, sequer havia um hotel que fosse digno desse nome na Praia, capital do arquipélago, e o que havia na ilha do Sal não passava de pequenas hospedarias.

O país também melhorou no que toca às infraestruturas de educação, saúde, etc. Em 1975 havia apenas dois liceus no arquipélago, um em São Vicente, o mais antigo (1937), e outro, na Praia, inaugurado em 1962. Hoje, o quadro é bem diferente. Quase todos os concelhos têm escolas secundárias, algumas de fazer inveja a países avançados. Praia, Mindelo e Assomada albergam universidades e vários outras instituições de formação superior. Ou seja, milhares de jovens procuram essas instituições para a sua formação profissional, na expectativa de, com isso, conseguir a sua realização pessoal.

PUB

ELECTRA NORTE

Agente de cobrança

PAGUE AS SUAS FACTURAS DE ELECTRICIDADE E ÁGUA NUMA AGÊNCIA DO BCN

É SIMPLES E PRÁTICO

- Dirija-se a um balcão do BCh levando consigo a(s) factura(s) que pretende pagar
- Pague a(s) factura(s) no BCh
- Reciba e guarde o comprovativo de pagamento

BCN

Banco Comunitário de Cabo Verde

PROGRAMA DE ACTIVIDADES

04 JULHO**MARCHA PELA
INDEPENDÊNCIA
E AULA DE GINÁSTICA**Tarrafal - S. Nicolau
(Largo Cimentinho)
16h00**INDEPENDÊNCIA
KID'S**São Domingos - Santiago
(Polivalente São Domingos)
15h00**SHOW
KIDDYE BONZ**Mindelo - São vicente
(local e hora surpresa)**RABEKADA
LARANJA**Nova Sintra - Brava
(Rua Padre Pio)
20h00**11 JULHO****I EDIÇÃO DA
CORRIDA DA
INDEPENDÊNCIA**Mindelo - São vicente
(Concentração Laginha)
16H00**KID'S
ATHLÈTIC'S**Mindelo - São vicente
(Praça Nova)
09H00**12 JULHO****TORNEIO
INDEPENDÊNCIA
VÓLEI DE PRAIA**Santa Maria - Sal
(Praia de Santa Maria)
16H00**29 JUNHO****TORNEIO
INDEPENDÊNCIA
FUTSAL**Porto Novo e Ribeira Grande
Santo Antão
(Polivalente David Fortes
e Recinto 5 de Julho)
18h00**05 JULHO****CORRIDA DA
INDEPENDÊNCIA
PARALÍMPICO**Assomada - Santiago
09H00**09 JULHO****ENTREGA DE
COMPUTADORES E
PALESTRA SOBRE
EMPREENDEDORISMO**Praia - Santiago
(Sede da Granja)
09H00

COMEMORAÇÕES DOS

40
ANOS DE
INDEPENDÊNCIA

Orlando Mascarenhas

PERCURSO

Jason Fortes

Natural de Santiago, figura respeitada da cidade da Praia, antes da independência, Orlando Mascarenhas foi funcionário da Câmara Municipal, do Banco Nacional Ultramarino e gerente da Adega do Leão. Também foi destacado desportista, jogando pelo Sporting da Praia. Com a independência, teve que responder ao chamamento do então primeiro-ministro, Pedro Pires, para assumir o Instituto Cabo-verdiano da Solidariedade (ICS).

O ICS foi criado pelo PAIGC, ainda antes do nascimento do novo país, a pensar já na gestão das ajudas que organizações amigas faziam chegar a este arquipélago, por via dos "continuadores" de Amílcar Cabral. Era um período onde faltava de tudo um pouco, de condições alimentares à educação, passando por saúde, etc.

Jardins infantis e Centros sociais

"Naquela altura apoiar as crianças dos três aos seis anos era um privilégio espectacular, sobretudo porque não havia esse tipo de actividade entre nós", recorda Orlando Mascarenhas. "Os jardins infantis, em Cabo Verde, apareceram com a independência nacional, antes não havia".

Mas o trabalho do ICS não se restringia aos jardins infantis. Era muito mais que isso. Estendia-se aos Centros Sociais. Orlando Mascarenhas destaca, aqui, o trabalho do Centro de Reeducação na Granja de São Filipe, apoiando particular-

» Orlando Mascarenhas, 79 anos, é testemunha viva do período antes, durante e após a independência de Cabo Verde. No entanto, o contributo que prestou ao país tornou-se mais evidente ao longo dos primeiros 15 anos que se seguiram ao 5 de Julho de 1975. Trabalhou na recuperação e promoção dos jovens e mais tarde no comércio, através da toda poderosa EMPA, a empresa que "tudo" podia importar. Também ajudou a pôr de pé a Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento.

mente crianças e adolescentes de rua. Em Santiago, mais precisamente em São Jorginho, nasceu o Centro de Formação Profissional.

A par disso, o ICS lançou a construção de unidades sanitárias de base em zonas rurais, bem como do desenvolvimento de actividades agrícolas, com projectos de alta intensidade de mão-de-obra.

Aldeia SOS

O ICS criou em 1984 a primeira Aldeia SOS de Cabo Verde, na Assomada, Santiago, para albergar crianças em risco, no seio de uma

"família de acolhimento" e monitoradas por uma "mãe SOS". "Um trabalho que ainda hoje é reconhecido pela sua grandeza e nobreza", afirma Orlando Mascarenhas, com visível orgulho. "A par disso também criámos a Escola SOS do Lavadouro, aqui na Praia", acrescenta.

Nos diálogos iniciais com a Kinderdorf Internacional, da Áustria, entidade que a nível global dava apoio através de programas de fortalecimento familiar para crianças em risco, através das Aldeias SOS, foi estipulado a introdução desse modelo de apoio em Cabo Verde. Ficou acordado o financiamento



nhas e a causa social



total durante os próximos 10 anos ficariam a cargo dessa mesma entidade, mas que o ICS deveria assumir essa responsabilidade no fim desse período. "Passados 30 anos, ainda hoje as Aldeias SOS têm participação da Kinderdorf", afirma. Hoje, as Aldeias têm mais de três mil padrinhos espalhados um pouco por todo o país e também no exterior.

As Aldeias SOS pretendiam orientar crianças em risco para, uma vez adultas, terem a capacidade de se autonomizarem. Do universo das crianças que estiveram sobre a sua alçada, algumas conseguiram alcançar as suas metas a nível profissional. Nomes como o do músico Silvestre Mascarenhas (Bob), o da jornalista Ângela Pereira, Alexandre Rocha, Ana Amarante, Elias Rocha, Eloisa Moreira, Hélder Tavares e Lissa Gonçalves são a prova viva do sucesso das Aldeias SOS.

Dos jardins aos autocarros

Entretanto, para respon-

der à demanda do transporte das crianças até ao jardim, o ICS acabou por criar uma companhia de transportes de nome "Transport d'enfants". Com o andar do tempo, ela foi alargada para o transporte colectivo de pessoas das comunidades, com os "Transportes Solidarietà", na Praia e no Mindelo, o que contribuiu para valorizar o transporte urbano de passageiros. "Com isso pretendíamos dar maior utilidade aos autocarros que inicialmente tinham um trabalho que se restringia às crianças", recorda a nossa fonte.

De novo, com o andar da carruagem, na década de 80, os "Transportes Solidarietà" viriam a dar lugar à "Transcor", no Mindelo e na Praia. Mais tarde, nos anos noventa, com a privatização, a Transcor da Praia desapareceu, deixando o mercado por conta da Sol Atlântico e da Moura Company, como acontece ainda hoje. Sorte diferente teve a Transcor em São Vicente, que sobrevive ainda hoje.

Causa infantil em falta

A evolução da sociedade cabo-verdiana, nestes 40 anos da independência, no dizer de Orlando Mascarenhas, fez com que "as famílias se descuidassem das crianças que antigamente tinham grande apoio e amparo nos jardins e escolas". "Questões como a ausência de pai e, mais recentemente, de mães também, têm contribuído para este descuido" e que só "uma maior envolvimento das famílias para educação dos seus filhos poderá constituir uma solução". De um modo geral, apesar dos problemas que ainda apresenta, Mascarenhas afirma que "Cabo

Verde é dos países mais integrados no mundo". A isso junta-se, conforme sublinha, a aposta nos recursos humanos, como um dos segredos do "sucesso" cabo-verdiano, já que este é o "nosso capital de maior rendimento".

Estes 40 anos da independência deixam este cidadão, enquanto partícipe desta gesta, satisfeito por aquilo que foi capaz de contribuir. Desde logo porque a realidade da sua infância não se compara com a hoje, da mesma forma que a realidade de 1975 não é mais a mesma de hoje, volvidos 40 anos daquele marco histórico.



Do ICS à EMPA

O contributo pessoal de Orlando Mascarenhas aconteceu, primeiro, a nível do ICS e depois da EMPA (Empresa Pública de Abastecimentos), neste caso entre 1983 e 1991.

Criada logo após à independência, a EMPA foi durante a primeira república (1975-1991) o principal importador de produtos de primeira necessidade (milho, arroz, açúcar...), mas também materiais de construção (cimento, ferro, etc.). A sua criação visou, por um lado, assegurar a sobrevivência dos cabo-verdianos, afectados pelos traumas

das fomes; e, por outro, comercializar os donativos (nomeação alimentares) que recebia da cooperação internacional e com o dinheiro foi possível financiar inúmeros projectos de desenvolvimento de Cabo Verde. Porém, com a democratização, não sobreviveu aos novos tempos, mais favoráveis à iniciativa privada.

Hoje, independentemente dos juízos de valor, Orlando Mascarenhas entende como justo "render homenagem" às pessoas que conceberam a EMPA, empresa que chegou a empregar mais de 1200 funcionários em todas as ilhas de

Cabo Verde. "Construímos escritórios, armazéns, moradias para os delegados nas várias regiões do país e também habitações para os trabalhadores".

De resto, o papel da EMPA na transformação económica do país foi preponderante na óptica deste cidadão e antigo gestor. Recorda que o volume de negócios da empresa, em 1983, quando assumiu as rédeas da casa, rondava um milhão e 500 mil contos; em 1991, quando condenada a fechar as portas, esse valor andava à volta dos seis milhões de contos. Na altura, recorda, a ideia pas-

sada pelos governantes era a de que a EMPA deveria dar lugar ao privado, "mas o trabalho foi tão mal feito na ocasião que não se conseguiu privatizar a EMPA e assim acabou-se por vender o seu património porque não houve apresentação de privados interessados para o efeito".

A fechar a vida preenchida que teve, Orlando Mascarenhas foi também "pioneiro" na criação e instalação da Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, neste caso nos anos noventa.

OSVALDO LOPES DA SILVA, EX-MINISTRO DA ECONOMIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

O homem que deu “lu

PERSPECTIVAS

Gisela Coelho

Nasceu em São Nicolau a 25 de Agosto de 1936, e antes de migrar para a Praia aos cinco anos, teve uma passagem pela Boa Vista. Na capital fez a instrução primária e mais tarde rumou a São Vicente onde começou o ensino secundário, que viria a completar em Angola, para onde se mudou, com os pais, e onde chegou, inclusive, a ser quadro administrativo em 1957.

Entretanto, muda-se para Portugal para estudar Engenharia, até que decide “fugir” em 1961, juntamente com outros estudantes africanos. É colocado em Moscovo, antiga União Soviética, para estudar Economia. “Estive em Odesa, Kiev e Geórgia, fiz formações militares...”, recorda.

Preparativos

Quadro do PAIGC, Osvaldo Lopes da Silva haveria de se tornar figura chave nos preparativos da festa da independência. “Um dos primeiros problemas a resolver foi o de combustível para a central eléctrica. Vieram ter comigo aflitos e disseram: amanhã é dia da independência e vamos estar às escuras porque não temos combustível”. Então, passou logo uma carta à Shell “a dizer para fornecerem combustível à Câmara Municipal, e que tinham a garantia de que, caso a câmara não pudesse, o governo, que ainda ia ser constituído, assumia. E forneceram”, recorda, agora, com gargalhadas à mistura.

Outro “problema” foi o alojamento dos vários convidados estrangeiros. “Na altura não havia hotéis. O maior da altura era a pensão Paraíso e havia também a Pousada,



“
Vieram ter comigo
aflitos e disseram:
amanhã é dia da
independência e
vamos estar às
escuras porque não
temos combustível
”

» Osvaldo Lopes da Silva, ex-ministro da Economia de Cabo Verde (1975 a 86), tinha 39 anos quando se deu a independência e foi o homem que assegurou combustível para alimentar a cerimónia do 5 de Julho. Dias antes, andava à cata de quartos para alojar os “ilustres” convidados. No final, tudo correu bem e hoje orgulha-se de Cabo Verde ser um país “viável”, mesmo quando muitos “duvidaram”.

onde é, hoje, o Praiamar, que só tinha quatro quartos”.

Matar a fome

Embora não tivesse nenhum cargo no Governo de Transição, nesta altura, já Osvaldo ia mexendo os “cordelinhos” para atrair ajudas internacionais para o arquipélago, quando o primeiro Governo do país tomasse posse. “Eu estava encarregue das relações económicas e fui estabelecendo todos esses contactos, de maneira a garantir, à partida, que não faltasse alimentos”.

Esta viria a ser a sua primeira prioridade enquanto já ministro da Economia. “Como tinha assistido a todas as mortes dos anos 40, por causa da fome, como primeiro responsável da economia centrei toda a minha atenção em resolver o problema de abastecimento”, conta. Esta acabava por ser também uma “prioridade emocional”, para “qualquer um de nós que tinha lutado pela independência” e era, também, uma prioridade “política, mesmo”.

Um processo, que requereu algum pulso forte. É que

z" ao 5 de Julho



não faltavam ajudas, mas era preciso que Cabo Verde controlasse o seu destino, logo de início, junto dos parceiros. "Havia muitos amigos que queriam vir, montar as suas tendas e começar a distribuir alimentos. Nós dissemos logo que não, porque seria uma boa forma de transformar esse povo num povo de mendigos", ajuíza.

A estratégia era outra. "Eu disse logo que a ajuda, desde que chegue a Cabo Verde, tinha de ser dirigida por cabo-verdianos". E assim foi. "Nós tínhamos a nossa política e não era gente, mesmo sendo amiga, que vinha impor os seus pontos de vista. Tínhamos de assumir a independência com sentido de responsabilidade. Seríamos nós a orientar as coisas".

Financiar a economia

Uma medida que não foi pacífica e que gerou até alguns "atritos", particularmente com o programa alimentar mundial. "Estavam habituados a outra realidade. Nós resolvemos converter toda a ajuda alimentar em fonte de financiamento

e desenvolvimento", recorda.

Na altura foi criada a EMPA (Empresa Pública de Abastecimentos), com duas reservas estratégicas. "Uma em São Vicente (Barlavento) e outra em Santiago (Sotavento), e em cada ilha havia, pelo menos, uma reserva de um mês, em bens de primeira necessidade. Todas as ilhas, mesmo as menores, tinham os preços ao nível de Santiago e São Vicente, os preços eram unificados", ilustra.

Para garantir a distribuição em todas as ilhas impunha-se criar uma companhia marítima. "Pusemos a funcionar a Arca Verde, que tinha vários navios, que faziam a ligação com regularidade a todas as ilhas. Demos, também, a oportunidade a companhias privadas de adquirirem barcos e fazerem ligações, como a Estrela Negra". Nesta altura já a MOAVE recebia o trigo ao preço do mercado internacional. "Com esta estratégia, o abastecimento surpreendeu muita gente", afirma orgulhoso.

A ajuda alimentar acabou por se revelar numa forma

de financiamento ao desenvolvimento, que não carregava a dívida, porque era um donativo. "Durante vários anos não tivemos necessidade de gastar dinheiro para comprar milho. Os EUA e a Comunidade Económica Europeia (CEE, hoje União Europeia) davam-nos quantidades necessárias de milho. Os óleos vegetais eram dados geralmente pela Suécia, o trigo vinha da França e da Áustria, de modo que fomos garantindo alimentação da população, mas sempre prestando contas", explica. "Era uma luta política tranquilizar a barriga. Ao satisfazer o abastecimento, tinha-se a situação social controlada".

Gás para todos

Não menos importante, era a necessidade de resolver o problema crítico do gás. Por ocasião da independência só existiam cerca de 500 garrafas, em todo o país. Isto significa que apenas cerca de 200 famílias, no arquipélago todo, tinham acesso a gás porque as outras garrafas eram para circular. "Tive de controlar a re-

colha em Santiago e em São Vicente, para mandar abastecer. Antes era em Portugal, depois passamos a mandar encher nas Canárias que era mais perto", recorda.

Por isso, avançou com o projecto de uma estação de enchimento de botijas de gás, um donativo da Alemanha, mas que já vinha sendo negociado desde o período de transição. "Acho que a estação entrou em funcionamento em 1978. Houve um período de estudos, mas depois convenceram-se da necessidade da estação, porque já não havia lenha, e nas cidades já não dava para se cozer a lenha e a carvão".

Ao mesmo tempo, o seu governo foi investindo na terra e na população com esse dinheiro de ajuda ao desenvolvimento. "Felizmente tínhamos quadros da área de agricultura e engenharia e pudemos organizar projectos de construção de diques, banquetas, ordenamento de estradas... Coisas que podiam ser feitas rapidamente, pondo a população a trabalhar e a receber o seu salário, com dignidade", conclui.

Estado promotor

Resolvidas as questões essenciais do abastecimento, Osvaldo Lopes da Silva afirma que o Governo foi lançando empresas, tendo o Estado como promotor, algo que já não acontece. "O que falta, agora, é o papel promotor do Estado. Economia liberal sim, de mercado, sim, mas o Estado nunca poderia abdicar do seu papel de promotor, porque não temos uma classe empresarial, temos alguns comerciantes", opina.

Na sua óptica, a "promotora", tem de ser uma instituição pública para promover o sector privado. "Foi assim que

a Coreia do Sul fez, e que Taiwan e Singapura, também. Instituições fortes do Estado para promover o sector privado. E aqui não estamos a fazer isso".

Foi com base nesse espírito que surgiu a EMPA. "Mantê-la como grossista e de géneros e bens de primeira necessidade. Isto para deixar espaço ao comércio retalhista, às casas comerciais estabelecidas, que tinham a sua experiência e que podiam importar o resto".

No início, a EMPA ficou também com a importação do cimento porque, como clarifica, não dava para estar a retalhar

pequenos importadores de cimento, "era mais útil para o país ser uma entidade só a importar o cimento". E assim se foi construindo o mercado e a economia.

Outras empresas surgiram e outras foram recuperadas. Caso da MOAVE, que já existia, mas não estava em funcionamento na altura da independência. "O Estado entrou para o capital, apoiou, para depois sair. Hoje, já não faz parte da MOAVE. Mas, na altura, foi bom para e empresa que o Estado tinha entrado", argumenta.

Na sequência da MOAVE criou-se a FAMA (massas), a SOCAL (calçado) e a MORABEZA (têxtil). "Do meu ponto de vista, esta última tinha condições para ir mais longe, mas faltaram os apoios do Estado, à certa altura e houve acção negativa dos sindicatos. Na minha opinião, eles é que deitaram abaixo tanto a SOCAL como a MORABEZA", acusa. Depois veio a SITA, e o estaleiro naval (Cabnave) em 1978, uma peça "importantíssima" para dar vida ao porto do Mindelo, a Emprofac e a Transcor, entre outras. GC

“Os governos têm de ter a coragem de dizer não ao povo”

Gisela Coelho

A completar 79 anos em Agosto, Osvaldo Lopes da Silva consegue olhar hoje para a política e economia do país com a maturidade e o distanciamento que caracterizam os grandes estadistas. “Eu receio muito os governos que ficam presos aos períodos eleitorais, que fazem promessas. Cada ilha a querer o seu aeroporto internacional é um disparate em toda a linha. Porto de águas profundas em Pedra Badejo é outro disparate, um território com mil e tal metros quadrados não pode ter dois portos de águas profundas”, adverte. Isto para justificar que os governos têm de ter a coragem de dizer “não” ao povo e que é preciso “ter sentido de responsabilidade para não assumir aquilo que a economia condena”.

Questões políticas à parte, o certo é que não poupa elogios ao percurso destes 40 anos a começar pelos avanços na área social. “Éramos um país na ordem dos 260 dólares per capita e, hoje, estamos em quatro mil. Isso quer dizer que avançamos”.

Mas, agora, com a passagem a País de Desenvolvimento Médio (PDM), os desafios são outros. “Já não temos acesso às mesmas fontes de financiamento concessionais. Por exemplo, no Banco Mundial, não teremos a cobertura dos financiamentos IDA, como não teremos o FAD do BAD. Serão financiamentos mais próximos do mercado nor-



» Hoje, Osvaldo Lopes da Silva olha para a política com alguma apreensão, considerando mesmo que as campanhas eleitorais não têm abonado a favor da economia. Traduzindo em miúdos, adverte que os governos têm de ter “a coragem de dizer não ao povo” e “sentido” de responsabilidade para não “assumirem aquilo que a economia condena”.

mal”, perspectiva.

Endividamento normal

Quanto ao estado das finanças e economia do país, diz não estar “muito impressionado” com o nível de endividamento e até afirma que está dentro do normal. “Somos um país novo que tinha de criar infraestruturas, por isso, é absolutamente normal. Tanto mais que temos um serviço da dívida suportável”.

Até porque, o endividamento é necessário e basta ver o exemplo das grandes potências. “É só perguntar aos EUA. Eles nasceram com dívida, essa dívida foi

crescendo e, hoje, são o país mais endividado do mundo. Nenhum governo consegue realizar projectos fundamentais ao desenvolvimento do país só com as receitas que cobra num ano”, certifica.

Lopes da Silva recorda que o endividamento na primeira república financiou projectos, mas ao mesmo tempo financiou o orçamento de Estado. “Cada financiamento era passado para a empresa que ia executar o projecto, através de um contrato de retrocessão. Com condições agravadas e o Estado acabava por ficar sempre com alguma coisa. Se o financiamento era 50 anos

nós dávamos a 30. Os bancos estavam de acordo com essa política e isso permitiu ao tesouro respirar sempre e não se sentir sobrecarregado com a dívida externa”, exemplifica.

Ligações são a base

Se hoje voltasse a ser ministro da economia, a primeira coisa que faria era intervir na ligação inter-ilhas, que na sua opinião está pior que naquele tempo e é a base para fazer funcionar a economia. “Primeiro, começaria por fazer um estudo: com as infraestruturas que temos hoje, saber quais são os melhores barcos para

Cabo Verde, para cargas e passageiros”, mas, adverte, “não seria o Estado a comprar esses barcos”. O Estado iria sim “dar orientação” aos armadores e dizer aos privados onde investir. “Iria impor que os barcos sejam adquiridos novos e não essa mania de comprar barcos com 30 e 40 anos. Se funcionava na Holanda, até aos 40 anos, e o venderam, é porque já não funciona, não passa de sucata”.

Lopes da Silva mostra-se indignado com a forma como o sistema bancário tem actuado no mercado. “Estamos numa situação anormal de termos um sistema bancário com excesso de liquidez e que não financia porque não há projectos. O nosso sector privado ainda não tem capacidade suficiente para assumir projectos. São capazes de gerir, mas desde que a coisa esteja feita”, avalia.

Este ex-ministro da economia (1975-86) e dos transportes (1986-90) questiona ainda algumas opções do actual Governo em relação ao sector privado. “Pergunto se não se está a dar excessiva importância a atracção de investimento externo. Quanto é que se está a gastar para atrair investimento externo (muito dinheiro) e o que se está a fazer para apoiar o sector privado nacional?”, deixa no ar.

TACV e ELECTRA precisam de economia de escala

Instado a comentar os altos e baixos de duas das maiores empresas do país, essenciais ao desenvolvimento da economia, a TACV e a ELECTRA, Osvaldo Lopes da Silva diz estarem a seguir o seu rumo e que ambas se deparam com o problema de economia de escala. “Já

ministro das infraestruturas lancei a linha de Boston. Fizemos um estudo com dados a partir de quando a rota passaria a ser rentável. Nos dois primeiros anos, a movimentação estava abaixo do esperado e usávamos um avião que era caro. Introduzimos algumas correções e man-

tendo a regularidade do voo, toda a gente disse, depois, que foi uma boa iniciativa”, lembra. Isto para justificar que se “ao longo de todos esses anos ela não se foi abaixo, um dia vai sair do vermelho”.

O mesmo se passa em relação à ELECTRA. “Quanto maior a dimensão

económica do país, mas rentável se torna uma empresa como a ELECTRA. Na véspera da independência tínhamos um grupo de 100 a 200 kva, a central eléctrica não tinha, sequer, 500 kva instalados e, hoje, a central do Palmarejo tem 25 megawatts”, conclui. GC



Compromisso com o desenvolvimento industrial de Cabo Verde

www.aguaspontapreta.cv

@AguasPontaPreta



ÁGUAS DE PONTA PRETA LDA
Urbanização de Ponta Preta CP 124 - Santa Maria - Ilha do Sal
TEL 242 17 12 • FAX 242 17 05 • info@aguaspp.com

Do Nauta ao "ro-ro"

» A Independência chegaria com a travessia do canal entre Santo Antão e São Vicente a fazer-se em navios como Nauta, Carvalho e Gavião dos Mares. Hoje já desaparecidos, esses veleiros deixaram nas gentes dessas ilhas a memória da sua utilidade, mas também muitas estórias dos gemidos das estruturas de madeira ou das horas passadas ao largo à espera da mudança do vento para atracarem.

TRANSPORTES

João Almeida

Para Tarrafal de Monte Trigo, Santo Antão, iam os "vaporinhos" de água. Eram três e iam buscar água potável para abastecer São Vicente, nos tempos em que esse bem era raro nessa ilha, e de lá vinham, também, produtos (peixe, mandioca fresca,...) e passageiros. A travessia, que hoje se faz em menos de uma hora, durava horas e o suplício era enorme, mesmo com São Vicente (ou Santo Antão) à mão de sepear.

Entretanto, com a Independência, em 1975, chegaram ao país os navios mais modernos, de metal e a motor, chamados Arca I, II e III (um deles, mais tarde, passaria depois a se chamar Ribeira de Paul, ainda a navegar entre São Vicente e São Nicolau).

Essas embarcações, mais cómodas, passaram a ligar as duas ilhas com mais regularidade, assim como o "ferry" Porto Novo (o "ferry boat" da memória de muitos que fizeram a travessia do canal nos anos 1980 e 1990, construído de raiz para os mares de Cabo



“
A travessia, que hoje se faz em menos de uma hora, durava horas e o suplício era enorme. Agora, o nível de conforto é incomparável”



Verde na Holanda). Famoso pela sua dança que forçava o corpo a uma dormência inimaginável, "Porto Novo" começou a fazer uma viagem quinzenal ao Tarrafal de Monte Trigo, onde já não ia buscar água, mas sim, produtos agrícolas e o peixe seco para abastecer o mercado de São Vicente.

Os privados entrariam na linha nos anos de 1990. A liberalização do mercado trouxe Mar Azul, Ribeira de Paul, Mar Novo, Janela. Todos propriedade de armadores cabo-verdianos, mas nenhum deles novo. Já navegam nos nossos

mares havia anos, pertencentes ao Estado. Nessa altura, os navios Sotavento e Barlavento, estes sim, acabados de sair das fábricas, traziam um ar de modernidade não só à travessia entre São Vicente e Santo Antão, mas, também, à ligação com as outras ilhas. Praia d'Aguada, também moderno e para muitos o mais adaptado navio para as viagens no país até hoje, completaria essa fase antes da chegada do Ro-Ro (roll on/roll off).

Estes (Mar d'Canal, Tarrafal, Sal-Rei, Vicente, de má-memória, Pentalina...) quase todos navios com mais de 50 anos, alguns com problemas de manutenção (os incidentes no mar nos últimos anos provam isso!), mas que trouxeram coisas positivas, sobretudo, na travessia São Vicente-Santo Antão: cumprimento do horário e a separação de passageiros das cargas.

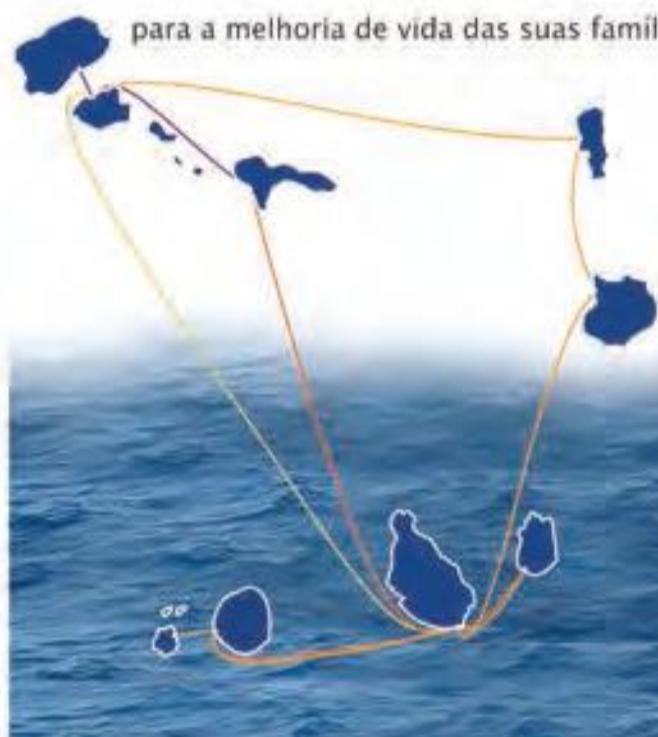
O tempo da viagem nem sequer diminui tanto desde o

tempo do Carvalho ou do Nauta e Gavião dos Mares - a não ser com os "catamarans", que, entretanto, chegaram à linha, primeiro, com Moura Company e, agora, com Cabo Verde Fast Ferry (Liberdadi e Kriola). O nível de conforto é incomparável para quem andou em navio misturado com cargas, animais, bidões de combustível, e tudo o mais, apesar dos sustos que ainda os "Ro-Ro" provocam nos passageiros em tempos de mar alto.



A Cabo Verde Fast Ferry, SA, em parceria com o governo de Cabo Verde, tem-se posicionado como uma empresa inovadora, dedicada a prestação de serviço de qualidade, como forma de desenvolver um sistema de conectividade marítima robusta inter-ilhas e criando oportunidades de negócio entre os diversos sectores do mercado Nacional.

Esta oportunidade excepcional vem de um investimento explosivo no turismo, bem como da necessidade de integração e interligação de todas as ilhas deste arquipélago, melhorando significativamente a vida das pessoas que dependem directa ou indirectamente desses serviços para o alavancar dos seus negócios e para a melhoria de vida das suas famílias.



Velocidade, Conforto e Confiança



(+238) 261 7552 Praia (+238) 281 2210 Fogo (+238) 285 2859 Brava
(+238) 231 3444 Mindelo (+238) 222 1845 S.Antão (+238) 236 1155 S.Nicolau

www.cvfastferry.com

PROPRIEDADE DA “ILHA VERDE”

“Nho Padre Benjamim” revolucionaria ligações inter-ilhas



O navio “Nho Padre Benjamim” está a provocar uma “autêntica revolução” na ligação inter-ilhas. Propriedade do Grupo “Ilha Verde”, a embarcação tem capacidade bruta para três mil 980 toneladas.



Nuno Bettencourt Pinto
Administrador da Lusolines, SA

Com menos de um mês de navegabilidade nos mares de Cabo Verde, “Nho Padre Benjamim” já começa a “marcar pontos e diferenças” no sector marítimo. De acordo com Nuno Bettencourt Pinto, um dos administradores da Lusolines, SA, armadora da primeira embarcação do Grupo “Ilha Verde”, a aquisição contribui para “colmatar as grandes lacunas e deficiências” existentes no domínio do transporte marítimo entre as diferentes ilhas do país. “Os nossos clientes já estão ganhando em conforto, qualidade, eficiência, rapidez e garantia de segurança dos seus mais diversos produtos, sejam eles frescos, viaturas e/ou maquinaria pesada”, pontua Nuno Pinto, para destacar a facilidade de carga e/ou descarga, num período de “mais ou menos” três horas, graças aos seus dois paus de carga de 25 toneladas cada. Devido à sua “versatilidade – é um cargueiro “roll-on/rol-off” -, “Nho Padre Benjamim” tem a possibilidade de atracagem em todos os portos do país”.

“O nosso plano inter-ilhas, para começar, cobre Santiago (Praia), São Vicente (Mindelo), Boa Vista (Sal-Rei), Sal (Palmeira) e Fogo (Vale dos Cavaleiros)”, revela Pinto, para admitir a possibilidade de “atracagem quinzenal” em cada uma das ilhas do arquipélago.

Carteira de clientes

“Nho Padre Benjamim” – garante o administrador Nuno Pinto – já dispõe de uma carteira de clientes para todo o ano.

“Vamos contribuir para o escoamento dos produtos, principalmente, os hortícolas, para as ilhas mais turísticas, amortecendo, assim, o sofrimento e as queixas dos agricultores, das diferentes parcelas do território nacional, graças aos nossos contentores-frigoríficos de 20 e 40 pés”, realça Nuno Pinto, que promete preços “atractivos e concorrenciais” ao consumidor final, que deseja melhores preços e regularidade de serviços.

Pinto revela haver “diálogo e um certo entendimento” com os outros armadores, os quais estão abertos e disponíveis a parcerias. “Aliás, temos já recebido várias manifestações de interesse e cartas de conforto”, destaca.

Um rol de maquinarias e viaturas pesadas, constituídas por gruas, caterpilares, entre outros, retidos em alguns concelho, vão ser movimentadas, dentro em breve, pelo navio de “Ilha Verde”. “Só para o Fogo, vamos levar, brevemente, um grupo de quase cem contentores, com equipamentos para a construção do Hospital Regional local e da Brava”, avança Pinto, para notar que nenhuma das outras embarcações existentes dispõem de capacidade para tal.

“Só para o Fogo, vamos levar, brevemente, um grupo de quase cem contentores, com equipamentos para a construção do Hospital Regional local e da Brava”, avança Pinto, para notar que nenhuma das outras embarcações existentes dispõem de capacidade para tal.

Novos desafios

Além de “Nho Padre Benjamim”, a Lusolines, SA, tem em mira a aquisição de outros navios. “Estamos a pensar em mais um, para reforçar Cabo Verde; outro, para uma nova linha regular com a costa ocidental africana, assim como a possibilidade de tráfego de não-contentores de mercadorias a granel entre Portugal e Cabo Verde”, revela Pinto, para lembrar que foi a Lusolines que, em navios fretados, trouxe ao país “os carregamentos de carga” da “Ilha Verde”, produzidos no Paraguai (América Latina).

Com tripulação totalmente cabo-verdiana, “Nho Padre Benjamim” foi “baptizado”, no Porto da Praia, a 17 de Junho, sendo a cerimónia prestigiada pelo Primeiro-Ministro e pela ministra do Desenvolvimento Rural, respectivamente, José Maria Neves e Eva Ortet.



ILHA VERDE



O Grupo Agrícola Ilha Verde é um projecto integrado com uma forte vertente social, centrada no abastecimento de cereais, transporte de mercadorias, agro-pecuária, tecnologias de Informação e comunicação, indústria e transformação. O Seu principal objectivo destina-se particularmente na consolidação do sector Agro-industrial.

TRANSPORTE

Silvino Monteiro

A Solatlântico foi fundada no início da década de 70, pelo português Victor Manuel de Sousa, e, posteriormente, adquirida pelo empresário cabo-verdiano Edmundo dos Santos, em 1974, ainda na ante-câmara da Independência Nacional. Começou com as suas actividades, na altura, com apenas dois autocarros.

Volvidos 45 anos da sua criação e 40 de Independência Nacional, a Solatlântico mudou de gestão, conta hoje com uma frota de 41 autocarros modernos, proporcionando, diariamente, a mobilidade a cerca de 15 mil pessoas entre os diferentes bairros da cidade da Praia. Emprega cerca de 140 funcionários. Os autocarros novos, com pessoal devidamente trajado, mostram que a companhia vive "novos tempos", que pouco ou nada têm a ver com o passado.

Um dos responsáveis por essa renovação é Henrique Duarte, administrador da Solatlântico, empresa que se mostra hoje consolidada e com fortes perspectivas de crescimento, apesar das adversidades que continuam a fazer-se sentir. "A concorrência desleal efectuada pelos hiaces é uma delas, tem-nos causado enormes prejuízos financeiros, mas, também, leva-nos a não sermos pontuais", afirma.

"Se tivéssemos exclusividade nas linhas que exploramos, de cinco em cinco minutos, faríamos passar um autocarro, e, com isso, prestaríamos um trabalho com mais qualidade aos nossos utentes. Mas, como as coisas estão a funcionar, é praticamente insustentável", explica Duarte.

Presente no desenvolvimento do país

"A Solatlântico esteve sempre presente no processo de desenvolvimento do país", salienta Henrique

SOLATLÂNTICO

Uma empresa de mãos dadas com a história de Cabo Verde



» A Solatlântico, a mais antiga empresa de transporte público de passageiros do país, está a apostar na modernização dos seus serviços. Através da renovação da frota e adopção de novas tecnologias de informação, designadamente GPS, bilhetes e passes electrónicos. Tudo para garantir um serviço de qualidade e segurança aos seus utentes.

Duarte. Desde logo, refere, "por ser a primeira empresa de transporte público a proporcionar a mobilidade de pessoas e bens, ainda antes da Independência".

E, também, por ser actualmente a companhia que na cidade da Praia transporta o maior número de pessoas das suas casas ao trabalho e vice-versa. "Ainda não chegamos a meta que todos nós desejaríamos, mas estamos a trabalhar para isso", garante.

Salto enorme

Olhando para a realidade nacional, Henrique Duarte reconhece que Cabo Verde "deu um salto enorme" nestes 40 anos de Independência, nos mais variados níveis, e que nisso a Solatlântico procurou sempre estar

presente.

"Se há dez anos havia apenas um aeroporto internacional, hoje temos quatro e melhores portos, o que possibilita a atracagem de barcos de grande porte, sobretudo os navios de cruzeiros, permitindo, assim, mais mobilidade de passageiros e turistas que nos visitam".

Para aquele operador, tal facto, veio ampliar os negócios da Solatlântico porque, paralelamente ao serviço de transporte urbano de passageiros, "quando os cruzeiros chegam, somos chamados a transportar os turistas para vários pontos da ilha de Santiago".

Aposta na modernização

Na busca de melhor prestação, a par de novos autocarros, a Solatlântico aposta,

agora, na modernização dos seus serviços, através da implementação de novas tecnologias. "Brevemente vamos mudar o nosso sistema de emissão de passes, que passará a ser por carregamento electrónico", anuncia.

Uma outra medida será a venda de bilhetes pré-comprados, que podem ser adquiridos através do nosso site ou nos ATM'S da rede 24. "Assim, o passageiro que não possui passe pode comprar o seu bilhete válido por cinco ou dez viagens, conforme a sua necessidade, e, à medida que for viajando, será descontado. No final tem sempre a possibilidade de recarregar o cartão".

Uma outra medida, de acordo com aquele gestor, é que os autocarros da Solatlântico vão ser equipados com GPS e sistema integrado de vídeo-vigilância, o que possibilita saber o pon-

to onde os autocarros estão, local onde os passageiros entram e saem, etc.

"Os autocarros também vão dispor de um botão de pânico, isto é, em caso de avaria ou outras situações, basta o condutor pressionar o botão, a informação é enviada à central de comunicação de que algo anormal está a acontecer e logo as devidas providências serão tomadas", acrescenta.

Momentos difíceis

Hoje a viver dias melhores, a história da Solatlântico ficou, também, marcada nestes 40 anos de Independência, por momentos duros, que quase a obrigaram a fechar as portas. Isso aconteceu, sobretudo, entre 1975 e 1991, altura em que a iniciativa privada era mal vista, para não dizer perseguida, em favor da então Transcor, suportada pelo Estado.

Henrique Duarte





LINHA DE DENÚNCIA INPS

Se é trabalhador e ainda não está inscrito no INPS significa que os seus direitos não estão plenamente garantidos.

Faça a denúncia através do número **8002008**.

A chamada é gratuita e anónima.
INPS, proteção para todos.



Denuncie Aqui **8002008**

Turismo o “motor” de Cabo Verde

» Desde os anos 90 que o turismo tem sido assumido pelos sucessivos governos como o principal motor de desenvolvimento do país. Uma opção contestada por uns e apoiada por outros, mas o certo é que mesmo com altos e baixos, o sector representa já cerca de 24% do PIB. Porém, inúmeros desafios persistem.

ECONOMIA

Gisela Coelho

Foi no Sal que tudo começou. Mais precisamente na localidade de Santa Maria, antes ainda da independência nacional. Corria a década de 60, do século passado, quando uma família de origem belga decidiu, por razões de saúde, construir uma casa de férias em Santa Maria, sem antever o que viria a ser um negócio turístico. Entretanto, com o tempo surgiu uma pequena habitação de madeira, com alguns quartos, para acolher tripulações de várias companhias aéreas, que faziam escala no Sal.

No essencial, esta é a génese do famoso Hotel Morabeza, a infra-estrutura turística mais antiga de Cabo Verde, fruto do primeiro investimento externo no país, no sector. E esse acabou por ser o despoletar de uma bola de neve e a ilha do Sal foi conhecendo, ao longo destes anos, um boom, também conhecido por turismo de “massas”, de sol & mar, onde os grandes hotéis e re-



“
Em 2014, o emprego no turismo cresceu 9,2% em relação a 2013 e 89,9% do pessoal empregue era nacional.”

sorts de “all inclusive” dominam o mercado da ilha. Um cenário que rapidamente foi estendido à Boa Vista.

Hoje, juntas, essas duas ilhas absorvem a maior fatia do turismo nacional. E, apesar dos altos e baixos, registados sobretudo a nível da imobiliária turística, devido à crise internacional que eclodiu nos finais de 2008, Sal continua a ser uma referên-

cia do desenvolvimento turístico nacional.

Fragilidades

Mesmo sob o apanágio do slogan “Um país, dez destinos...”, que tem sido personalizado na estratégia de marketing promocional do destino Cabo Verde, uma das fragilidades tem sido fazer chegar turistas de forma estruturada às ilhas mais rurais, fazendo com que a população local possa também tirar partido do desenvolvimento turístico. Outra fragilidade importante é a questão da segurança do destino. Apesar do programa Turismo Seguro, há relatos de pequenos furtos e violência contra turistas que beliscam e muito o sector.

Investimentos

Ao longo dos anos, os

grandes investimentos no turismo têm sido feitos através de capital estrangeiro de investidores externos. Mas, o Governo investiu nos aeroportos internacionais, o caso de São Vicente e da Boa Vista, permitindo aumentar e diversificar a oferta e capacitou os portos de infraestruturas para dar resposta à demanda de turismo de cruzeiro. Outro segmento que tem vindo a aumentar sobretudo na Praia e em São Vicente, mas também com relatos, embora de número muito inferior de navios a aportarem Santo Antão, São Nicolau e Fogo.

O certo é que o turismo está ainda muito aquém das expectativas e a sua sustentabilidade ainda carece de um longo caminho para ser alcançada. Aliás, houve até uma certa estagnação de 2014 para 2015. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) demonstram um

aumento residual de apenas 136 turistas a mais no primeiro trimestre de 2015, comparativamente ao igual período de 2014.

No ano passado existiam 229 unidades hoteleiras no país, mais 3,2% do que as registadas em 2013. Isto para um total de 10.839 quartos equivalentes a 18.188 camas, o que denota que a capacidade de alojamento ainda não é a desejada, para um país que quer ter o turismo como motor da economia.

Porém, o emprego no sector tem vindo a aumentar e perspectiva-se que em 2016 venha a crescer com a abertura de novas unidades, como por exemplo, do Lhana Beach Resort, no Sal. Em 2014 o emprego no turismo cresceu 9,2% em relação a 2013 e 89,9% do pessoal empregue era nacional. Ao todo o turismo absorveu 6.282 postos de trabalho.



Hotel de Charme

Para o Evento Perfeito

Venha conhecer a Ilha do Sal e usufrua da promoção do **Hotel Odjo d'Água**.

A partir de **4.100\$** por pessoa com pequeno almoço em quarto duplo.

A escapada ideal para toda sua família.



Para mais informações contacte a recepção do Hotel nos números:
tel.: +238 242 14 14, mov.: +238 997 47 97, fax: +238 242 14 30, reservas@odjodagua-hotel.com, www.odjodagua-hotel.com



AGRICULTURA

João Almeida

O investimento nas barragens e nos meios de prospecção de água, sobretudo após a virada do milénio, com os governos de José Maria Neves, dá um novo alento àqueles que vivem no campo e da terra. Agricultores e filhos destes que, entretanto, tinham abandonado o campo para estudar e desempenhar outras actividades nas cidades, estudaram e, em parte empurrados pela falta de emprego nas zonas urbanas, retornaram ao cultivo da terra. Melhoram a produtividade e a produção das parcelas.

Novas gerações

As novas gerações de agricultores aderiram a novas técnicas e tecnologias de cultivo e rega (hidroponia, gota a gota,...), introduziram novas espécies, passaram a produzir frutas (como morangos), algo antes inimaginável em certas zonas do país. São exemplo disso jovens de Ribeira da Cruz, Alto Mira, Martiene e de outras zonas do interior de Santo Antão, mas também de Santiago, de São Nicolau, da Boa Vista, do Fogo.

A produção aumenta, mas mantêm-se os problemas de

comercialização e de escoamento de produtos, em parte por causa do estrangulamento das ligações marítimas entre as ilhas, mas também de estradas em certos casos.

Por outro lado, devido às condições climáticas, mas também à falta de diversificação das culturas, em certos períodos do ano há colheita concentrada de um determinado produto, que, em outras épocas, escasseia no mercado.

Disso sofre a batata-comum produzido em grande medida no interior do concelho do Porto Novo, ilha de Santo Antão, entre meses de Março e Maio. Nessa altura, os agricultores chegam a vender um quilo até por 40 escudo, para não perder a produção. A cenoura, o tomate, a banana idem aspas. O problema repete-se em outras ilhas do arquipélago, como São Nicolau, Maio e Brava.

Agricultura, de parente pobre ao problema de mercado

» *Parente pobre de uma política económica que privilegiou o sonho da industrialização do país desde a Independência, a agricultura de subsistência no país sobreviveu a duras penas. No meio a pragas que ameaçaram as culturas, falta de água e de incentivos. Mas, mesmo assim, resistiu e hoje recomenda-se.*

“ A agricultura sofre, também, porque as experiências de transformação, apesar de bastante propaladas, não se mostram ainda efectivas ”

Conservação

Não se trata de um problema de sobre-produção, até porque por mais que a produtividade e a produção nos campos tenham aumentado, o país continua a importar batata, cebola e outros. A questão tem mais a ver, como reconhecem os técnicos e agricultores, com a in-

xistência ou escassez de técnicas de conservação para aumentar a durabilidade dos produtos, de modo a que cheguem, de forma faseada, ao mercado e ajustem-se às necessidades de consumo.

Ou seja, aumentando o tempo de armazenamento, chegará menos produto ao mercado de uma vez só e assim o preço não oscilará tanto. Já houve experiências de conservação em funcos de palha que produziram resultados, nomeadamente em Santo Antão, Fogo e interior de Santiago, mas depois perderam-se no tempo. Poucos as retomaram ou fizeram alguma inovação nesta área.

Mas a agricultura sofre, também, porque as experiências de transformação, apesar de bastante propaladas, não se mostram ainda efectivas. Fica difícil compreender que num país onde se consomem toneladas importadas de batata pré-frita,

quilos e quilos desse tubérculo são vendidos ao desbarato nas épocas de maior produção. Não se entende por que a batata produzida aqui não poderia ser cortada, congelada e vendida como a importada. Quem fala em batata, fala em tomate, cenoura e outros.

O que fazer?

Não serão, certamente, os agricultores a enveredarem por esses caminhos do mercado, porque estes já cumprem o seu papel que é produzir. Mas a criação de cooperativas comerciais ou de pequenas empresas para a transformação e conservação dos produtos poderia ajudar bastante. Ganhariam os agricultores que teriam mercado diversificado para a produção, ganharia a economia do país, ganhariam os consumidores com menos oscilação dos preços.



2.ª EDIÇÃO

Green Project Awards

Cabo Verde



**Trabalhando para construir
a sustentabilidade ambiental**
Working to build a sustainable environment

DO ESTADO-PROVIDÊNCIA AO ESTADO REGULADOR

Um percurso quase-exemplar!



OPINIÃO

Gil Évora

Dos idos anos setenta e oitenta em que o Estado assumia um papel de relevo no sistema económico empresarial devido à inexistência de uma classe empresarial forte e até aos dias de hoje, podemos falar de um percurso quase-exemplar quer do ponto de vista do papel do Estado em si quer mesmo do ponto de vista da iniciativa privada.

“
A verdade manda
dizer que a nossa
banca nacional tem
uma grande apetência
pelos papéis do
Tesouro, quer pela sua
segurança quer pelas
suas boas taxas de
remuneração
”

A evolução foi notória e com ganhos para todos mas em especial para o nosso Cabo Verde. Significa que tudo está feito? Nem por isso. O fato de termos atingido hoje esta brilhante etapa não deve fazer com que o Estado descure o seu papel de fomentador, de regulador e de fis-

calizador.

Ao longo das últimas décadas o Estado fez muito bem em desengajar-se “petit-a-petit” da economia, enquanto operador. Mas é fundamental que continue a assumir o seu papel de fomentador da economia, tudo fazendo para melhorar o ambiente geral de negócios; é importante também que o Estado continue a utilizar a política fiscal, discriminando, positivamente, lucros e mais-valias investidos, não os colocando no mesmo pote dos lucros ociosos e das mais-valias dos meros especuladores. E continua a ser de vital importância que o Estado puna de forma adequada e justa o açambarcamento, a concorrência desleal e a formação de cartéis. Em tudo isso é crucial que o consumidor seja protegido e que os monopólios sejam devidamente regulados e controlados.

Importa referir aqui também a importância de que se revestem todas as instituições aqui criadas no âmbito deste desengajamento do Estado da área económica, em particular as agências reguladoras, e aqui nunca é por demais referir a “proteção” que o Estado deve dar a essas agências, cruciais no papel de regulação da economia e na defesa dos direitos dos consumidores.

Mas vai sendo urgente que o Estado, através do Executivo, ponha de pé políticas públicas capazes de conciliarem o excesso de liquidez dos bancos comerciais com a necessidade de financiamento de micros e pequenas empresas. Sendo pacífico que o sistema bancário pos-

sui hoje um excesso de liquidez pensamos que o Estado deve poder ter um papel mais determinante na questão das garantias e avaliações de risco que as entidades bancárias continuam a pôr como condição “sine qua non” para esse mesmo acesso. Três meses após as medidas tomadas pelo Banco Central ainda são ténues os seus efeitos na economia real e daí ser necessário um passo para a frente que deverá traduzir-se numa operacionalidade efetiva de um sistema de garantia junto da banca nacional e internacional, e que possam proporcionar ao empresariado nacional meios para o seu financiamento e o desenvolvimento das suas atividades.

No entanto acredita-se que esta medida poderá ser insuficiente. A verdade manda dizer que a nossa banca nacional tem uma grande apetência pelos papéis do Tesouro, quer pela sua segurança quer pelas suas boas taxas de remuneração.

Mas essa apetência da banca pode provocar e enredar um ciclo vicioso perigoso e que importa quebrar, com carácter de urgência: por um lado atrai a banca com papéis de retorno garantido, permitindo uma ótima aplicação para o excesso de liquidez; mas por outro lado deixa quase sem proteção, e sem crédito, a maior responsável pela geração de empregos que são as micro e pequenas empresas, mercê das remunerações e do exclusivo que oferece à banca na aquisição de títulos do tesouro. E a consequência é o nível e a precaridade do em-

prego que se agravam, as receitas fiscais que caem drasticamente e a coesão social que corre perigo.

Em tempos de comemoração do 40º aniversário da nossa independência nacional, o Estado corre o risco de ser chamado a desempenhar um papel diferente nos próximos anos mas nem por isso menos importante. Os novos tempos assim o exigem e esse novo papel deve passar em primeiro lugar por uma reflexão desapaixonada em relação à adequação do quadro jurídico e institucional desenhado para servir as empresas no sentido de corresponder aos anseios dos investidores nacionais e estrangeiros para que não se constitua em obstáculo ao desenvolvimento do sector empresarial.

Se o percurso até agora percorrido no desenvolvimento de um sector empresarial privado forte deve-nos servir de estímulo, é importante que a nossa dose de retórica diminua no mesmo grau em que devemos rapidamente pôr em prática todos os instrumentos de apoio ao setor privado de há muito anunciados mas ainda sem saírem do papel.

40 anos de independência económica é também um tempo de balanço e reflexão sobre o percurso realizado e as veredas que, daqui para frente, nos conduzirão, certamente, a um processo de consolidação e de diversificação do empresariado nacional como condição crucial e indispensável para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

Marcando a diferença há 7 anos.

A Nação
Jornal independente



Um jornal independente e actual, onde nada é tabu, com temas de política, economia, cultura, desporto, opinião, entre outros.

Tel.: (+238) 262 86 77 // geral@anacao.cv // comercial@anacao.cv

JUNTOS,
SOMOS UMA NAÇÃO.



ANOS
DE INDEPENDÊNCIA
DE CABO VERDE



JOSÉ MARIA NEVES

Independência, democracia e desenvolvimento

» A Independência, o combate à pobreza, garantindo a segurança e a distribuição alimentar, a educação, saúde, democratização e desenvolvimento de Cabo Verde constituem, para José Maria Neves (JMN), os "momentos marcantes" dos 40 anos de vida do país. JMN também acredita que as marcas da sua governação são perenes.

POLÍTICA

Em entrevista à Lusa, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde apontou a Independência, a democracia e o desenvolvimento como os "pontos altos" do país, que ora celebra quatro décadas da sua soberania. "Tivemos momentos altos nestes 40 anos, começando, naturalmente, pelo da independência. Nos primeiros cinco anos de vida do país tem de se destacar o gigantesco esforço que se fez no domínio da segurança alimentar e do abastecimento do país. Só quem vivia na altura em Cabo Verde é que pode ter a dimensão do trabalho que se fez para que o país pudesse estar abastecido em todas as ilhas e, ao mesmo tempo, garantir a segurança alimentar dos cabo-verdianos", realçou.

Para tal, acrescentou, foi decisiva a criação Empresa Nacional de Abastecimento (EMPA), que trouxe sistemas de gestão de ajuda alimentar e de estabilização de preços no plano nacional. "Cabo Verde inovou na gestão da ajuda alimentar. Foi uma grande inovação, a de vender para transformar em recursos, garantir empregos às pessoas, iniciar o processo de construção nacional e fixar o mesmo preço dos bens essenciais em todo o país. Acho que este foi um grande momento após a independência", destacou.

O "momento marcante" seguinte foi, disse, a democratização do acesso ao ensino, num primeiro momento, no Básico, depois no Secundário e, nos últimos 15 anos, na consolidação do Ensino Secundário e na instituição do Ensino Superior.

A criação do Sistema Nacional de Saúde foi outros dos "pontos altos" defendidos pelo chefe do executivo cabo-verdiano, considerando que tal permitiu obter "ganhos importantes" no processo de



“
Hoje faço uma
análise dos
discursos políticos,
dos diferentes
protagonistas,
que acabam por
partilhar a mesma
visão e estratégia de
desenvolvimento
”

desenvolvimento global de Cabo Verde. "Essas medidas na educação e na saúde permitem-nos hoje cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e as suas metas associadas", destacou. Do ponto de vista político, JMN considerou a transição para a democracia e a consolidação do Estado de Direito democrático como fundamental para a "maturidade do arquipélago", processo iniciado em 1990, com a abertura política, e seguido pelas primeiras eleições multipartidárias da história de um país que, até então, tinha vivido sob o regime monopartidário.

Legado

Fora isso, e reportando à sua própria governação, José Maria Neves acredita que quem ganhar as próximas

eleições legislativas, em 2016, terá de implementar a estratégia desenhada pelo Governo nos últimos 15 anos.

"Quem ganhar as próximas eleições e vier governar o país, acabará por implementar esta estratégia, no sentido de realizar a visão de transformação de Cabo Verde. Pode ser com estruturas e ritmos diferentes, mas será sempre a mes-

ma estratégia. Este é o principal ganho que tivemos nestes anos", sustentou.

A estratégia que vai legar é o processo de modernização que diz estar em curso no país através dos vários "clusters" de desenvolvimento. O que se pretende até 2030, prosseguiu, é atingir um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um rendimento "per capita" superior a 12.000 dólares (atualmente nos 3.500 dólares) e aumentar a capacidade do país para ultrapassar as vulnerabilidades sociais, económicas e ecológicas.

Para JMN, o "grande salto" dado a partir de 2001, ano em que se tornou chefe do Governo, foi "construir e partilhar uma visão do desenvolvimento" para construir um país moderno, justo e inclusivo.

"Hoje faço uma análise dos

discursos políticos, dos diferentes protagonistas, que, dizendo-o por outras palavras, acabam por partilhar a mesma visão e estratégia de desenvolvimento. Isso foi um grande ganho, construir e partilhar na década de 2000 uma visão consensual de desenvolvimento de Cabo Verde", referiu.

Agronegócio, que inclui a mobilização de água potável e para a agricultura, do Mar, das Economias Criativas, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e do Aero-negócio. "Os 'clusters' começam a estruturar-se nos vários domínios de integração e articulação de sectores importantes da actividade económica que, de forma convergente, contribuirão para o processo de desenvolvimento global do país", conclui Neves.



O parceiro ideal para o seu negócio

Desde a sua fundação, no ano de 1996, A PROMOTORA tem tido um papel relevante na economia de Cabo Verde, recuperando varias empresas e apostando em projectos que têm contribuído para o crescimento económico do país.

É nossa missão a promoção de projectos de investimentos de modernização tecnológica, com elevado potencial de crescimento e rentabilidade desde a fase de criação até à maturidade e apoio no desenvolvimento e crescimento empresarial.

SERVIÇOS

CAPITAL DE RISCO

APOIO À GESTÃO

CONSULTORIA

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE

SECTORES PREFERENCIAIS

TURISMO

NOVAS TECNOLOGIAS

INDUSTRIA



A PROMOTORA Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.

>> Sede: Chã de Areia

>> C.P. 753, Praia - Cabo Verde >> Tel.: (+238) 260 84 72 >> Fax.: (+238) 261 77 02

>> www.apromotora.cv

CARLOS VEIGA

“País continua excessivamente dependente do exterior”



“
Para sermos
menos dependentes
teríamos de ser
capazes de adoptar
políticas que nos
fizessem crescer de
forma sustentada
”

» Quatro décadas depois da Independência, Cabo Verde continua dependente do exterior, algo que poderia ter sido minimizado se as medidas económicas dos últimos 15 anos tivessem sido outras, pelo que o país precisa de um novo ciclo político. A afirmação é de Carlos Veiga que, numa entrevista à agência Lusa, defende a necessidade de se mudar o rumo da governação no curto prazo.

POLÍTICA

“**A** Independência, por si só, não chega, a democracia, por si só, não chega, até porque se não complementa isso com o desenvolvimento. Pode-se até estar a regredir, nas instituições democráticas e na sua própria independência e aí vem a dependência”, sustentou Carlos Veiga, líder do primeiro partido político da oposição da história de Cabo Verde, MpD, após a abertura política de 1990.

“Para sermos menos dependentes teríamos de ser capazes de adoptar políticas que nos fizessem crescer de uma forma sustentada e é possível fazer. Aconteceu com um certo tipo de

políticas (entre 1991 e 2001), deixou de acontecer com o oposto dessas políticas. Pode voltar a acontecer se houver políticas que não as actuais”, disse.

Segundo Carlos Veiga, as políticas económicas de 15 anos do PAICV estão “erradas”. “Ainda estamos dependentes porque não adoptámos as políticas adequadas. Passamos os escolhos maiores, com os primeiros anos da independência, e a transição para a democracia. Foram os escolhos mais difíceis e nós passámos isso, e bem, num regime de estabilidade, com alternância democrática, como país, de facto a crescer, mas não a crescer suficientemente para dizermos que ultrapassámos a pobreza”, sublinhou.

Para Veiga, Cabo Ver-

de necessita de alterar o seu “paradigma” de governação, uma vez que o que existe hoje em dia, “não leva a lado nenhum e cria ainda maior dependência”. Há “outro tipo de políticas que já foram experimentadas noutras partes do mundo e que, em Cabo Verde, podem conduzir-nos a um desenvolvimento mais sustentável”, acrescentou, admitindo, porém, que 40 anos “não é muito na vida de um país” cujo ponto de partida era “muito baixo” e que o balanço é “claramente positivo”.

“Quem conhecia Cabo Verde em 1975 e quem hoje o conhece não pode ter dúvidas de que valeu a pena e isso é obra deste povo, incluindo os políticos que o país teve a sorte de ter tido até hoje, que não enriqueceram à custa da política,

que procuraram o melhor. Isso fez a diferença. Quando se compara com outros países que, se calhar, até tiveram um ponto de partida melhor do que o nosso, há muitos que não conseguiram os nossos resultados”, concluiu.

Carlos Veiga, 65 anos, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro até 2000, um ano antes de terminar a legislatura (foi substituído, então, por Gualberto do Rosário), para se apresentar às Presidenciais de 2001. Perdeu-as contra Pedro Pires, que voltaria a batê-lo nas Presidenciais de 2006. Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga, nascido a 02 de Outubro de 1949, no Mindelo, ilha de São Vicente, é formado em Direito e fez o doutoramento na mesma área na Universidade Clássica de Lisboa.

3 Julho Sumo

NÓS SOMOS CABO VERDE

Somos as nossas tradições e o orgulho nas nossas gentes.

Somos a ambição e a determinação dos vencedores que esta terra fez nascer.

Somos festa e alegria em cada rua e em cada esquina.

Somos os sabores sem igual de uma gastronomia tão especial.

Somos um povo unido, somos Cabo Verde.



www.cvmovel.cv

Os próximos 40 e a geração *Hi tech*



OPINIÃO

Natacha Magalhães

Eo país entra nos quarenta anos. É uma idade bonita. A idade da maturidade. E somos de fato um país maduro, que soube crescer com todas as dores de um crescimento próprio de quem não nasceu em berço de ouro, e que de recursos só tinha as pedras e o mar. Fomos dados como inviáveis, mas já naquela altura tínhamos tenacidade e coragem suficientes e que mais tarde ditariam o futuro dessa nação que se tornou num país referenciado no contexto das Nações. Devemos todos nos orgulhar desta nação que foi crescendo, sempre amparada por irmãos que impulsionaram o seu desenvolvimento. Amadureceu, democratizou-se e abriu-se ao mundo e hoje, aquela nação desprezada e votada ao fracasso, cresceu, empoderou-se e granjeou respeito e admiração.

Hoje, como que por ironia do destino, no auge da sua maturidade, a Nação atravessa um dos momentos mais delicados da sua existência enquanto país livre e soberano. Esta, que cresceu amparada, caminha agora quase sozinha. Somos reféns do nosso próprio desenvolvimento. A graduação do País à categoria de país de desenvolvimento médio ditou o fim das ajudas ao desenvolvimento nos moldes que

vinham sendo dadas. Tudo se lhe diminuiu. Da ajuda orçamental ao número de bolsas concedidas para a formação superior, passando por projetos importantes nos domínios da saúde, água, agricultura e outros setores prioritários para o desenvolvimento do arquipélago. Nesse cenário, a natureza conspira contra nós, tal como o fez nos primórdios da nossa independência, negando-nos o bem mais precioso. A escassez de chuva compromete a vida de uma parte expressiva da população cabo-verdiana que tem na agricultura e na pecuária sua fonte de vida. Ao nível económico, os investimentos externos caem, arremessados por uma crise que afeta o mundo inteiro. Nem o turismo nos salva da angústia porque também esse ressentiu-se. A nação vive um momento que cada vez mais faz sentido recorrer à História para lembrar as palavras de Cabral. Temos que pensar com as nossas próprias cabeças. E temos que caminhar com os nossos próprios pés para não arriscarmos a sustentabilidade da Nação. Caminhando só, a Nação precisará do comprometimento de todos.

E é sobre esse comprometimento que importa agora falar. Nos anos vindouros precisaremos seguramente de outros engajamentos, outras atitudes e outros valores. Penso até que precisaremos, por um lado, dos estrategas que pensem o país e, e por outro, de pessoas que se assumam como verdadeiros diplomatas capazes de “vender” Cabo Verde como nação moderna e competitiva, onde vale a pena investir. Porque não há outro caminho. Temos que conseguir ser capazes de atrair investimentos, movimentar a economia, gerar emprego, garantir o direito de pão e casa para todos e todas. Entretanto, penso nisso. E observo a nova geração. Res salvando exceções, algumas delas dignas de serem referenciadas e que nos alenta a esperança, vejo jovens completamente alienados das coisas do país, in-

teressados no imediatismo, inconformistas com quase tudo, mas pouco reivindicativos nas coisas que realmente são capazes de produzir uma transformação coletiva; vejo jovens presos num comodismo, legitimados por discursos muitas vezes oportunistas e que os impede de serem mais ousados e darem um pouco mais de si, a começar pelo exercício de uma cidadania que os prepare para futuros embates em que a principal deve ser a de querer realizar o bem comum.

Peço desculpas. Gostaria de escrever algo diferente. Gostaria de dizer que está tudo bem, que temos uma juventude comprometida com os desígnios do país, que está preparada ou sendo preparada para daqui a alguns anos estar à altura de assumir as rédeas desta nação. Gostaria de poder dizer que temos uma juventude imbuída de valores e princípios assentes no reconhecimento pelo valor do trabalho, na excelência e no mérito, na ética e honestidade, no querer as coisas pelo mérito e pela tenacidade e perseverança. Gostaria de tranquilizar a todos, dizendo que as famílias, a sociedade e a escola estão fazendo a sua parte; que nós, enquanto país, estamos a preparar os nossos filhos para aquilo que são as prioridades da vida e que realmente têm valor; que as classes política e económica estão também fazendo a sua parte, dando bons exemplos capazes de contribuir positivamente para processo de preparação da geração que daqui há 40 anos, estará a celebrar os 80 anos da nossa independência. Eu até queria, mas pelo que observo, pouco confio nessa geração hi tech que não é capaz de se decidir nas pequenas coisas, que almeja tudo de bandeja, sem se consentir a sacrifícios, para governar, um dia o país.

Mas depois, ponho-me a matutar. É que também nós, desta e da anterior geração, não estamos a contribuir para fazer com que as coisas sejam diferentes. Que exemplos dar a uma juventude se tivermos um sistema

onde reine o nepotismo e não a meritocracia? Que referências terão os jovens inseridos numa sociedade em que, cada vez mais, se privilegia o interesse pessoal, em detrimento do coletivo, onde quase tudo se partidariza, onde a política é dona e senhora e ser desta ou daquela cor política determina o futuro e a condição de vida de cada um?

Por outro lado, é visível a preparação, a nível da educação, que aliada à decadência de valores morais sociais e culturais, acaba por afastar ainda mais os jovens. Vão alguns discordar. Sim, fizemos uma grande aposta na Educação. Aliás, quando se olha para os números, aparentemente está tudo bem. Massificou-se o ensino, alargou-se a escolaridade obrigatória, surgiram várias instituições de ensino superior, alargou-se a formação profissional, disseminou-se o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Hoje, mais do que nunca, os jovens cabo-verdianos estão conectados à aldeia global. Teriam nessa aldeia, a chance de se empoderarem e se prepararem para um futuro onde a inovação e a capacidade de competir e negociar serão armas poderosíssimas. O conhecimento é de facto poder. Mas no nosso caso, as coisas não funcionam assim. Na sua larga maioria, os nossos jovens limitam-se a estar conectados alienando-se na superficialidade trazida pelas redes sociais e nada mais do que isso. Não as usam nem são instados a usa-las para aprofundar o conhecimento. Pouco incitam à reflexão, pouco debatem. E nem estão para isso. Os culpados? É o sistema, diria um amigo meu. Mas o sistema somos todos nós.

Os próximos 40 serão decisivos. A caminhar sozinha, a nação terá que ter pés seguros e cabeça equilibrada para saber exatamente o que quer e para onde que ir. Entre lá chegar ou ficar pelo caminho, teremos que pensar e nos perguntar: estamos, hoje, a preparar convenientemente as futuras gerações?

“
Devemos todos nos orgulhar desta nação que foi crescendo, sempre amparada por irmãos que impulsionaram o seu desenvolvimento

”

Alfa-Comunicações

A diferença na arte de comunicar

- Consultoria, estudos e formação em Comunicação
- Marketing, publicidade e relações públicas
- Produção e difusão editorial, gráfica e audio-visual
- Produção de revistas, livros, brochuras, folhetos, postais, cartões de visita, ...



- *Consultancy, studies and training in Communication*
- *Marketing, advertising and public relations*
- *Editorial, graphic and audiovisual production and broadcast*
- *Production of magazines, books, brochures, flyers, postcards, business cards, ...*



The difference in the art of communicating

A representatividade parlarne



ANÁLISE

Ângela Sofia Benoliel Coutinho¹

O presente artigo baseia-se nos resultados de um projeto de investigação que teve por objetivo analisar o impacto da mudança política do regime de partido único para o multipartidarismo no recrutamento de parlamentares em Cabo Verde, de 1975 até 2008.

Mais precisamente, pretende-se indagar acerca da relação entre a mudança do regime político e as transformações a nível da representatividade parlamentar. Esta é, com efeito, uma questão central no sistema democrático. Segundo Best e Cotta:

“A democracia moderna tem no seu âmago a ideia de representação: os que governam são os representantes do povo.”¹

Iremos aqui cingir-nos à análise de três variáveis, a saber: a década de nascimento, o nível de estudos e o género.

Recrutamento geracional

Relativamente à primeira variável considerada, agregando os dados em dois grandes períodos somente, constata-se que houve um maior equilíbrio geracional durante o período do regime de partido único (1975 – 1991), com 29% dos assentos parlamentares ocupados pelos nascidos na década de 1940 e 20,6% pelos que nasceram nas décadas de 1930 e 1950, respetivamente.

No período considerado do multipartidarismo (1991 – 2008), os nascidos na década de 1950 passaram a representar 38,5% dos parlamentares, seguidos pelos nascidos na década de 1960, com 13,7%, e de 1940, com 12,6%. Tal como sucedeu a nível governamental² constata-se que também a este nível de poder ocorreu uma mudança geracional efetiva.

Nível de estudos

Durante o período do regime de partido único, os parlamentares detentores de um diploma de ensino superior antes da sua primeira eleição representavam em média 17,5% dos indivíduos, seguidos dos que tinham seguido o ensino secundário, sem terminá-lo (19%). Em seguida, vinham os que tinham uma formação técnica média (11,4%) e somente depois os que tinham frequentado a universidade (9,9%) sem obter um diploma. É necessário referir

que durante este período, também houve parlamentares que tinham apenas o ensino primário (2,29%) e o primário incompleto (1,5%).

Ora, durante o período do multipartidarismo, este critério de recrutamento mudou muito consideravelmente. Não somente deixaram de ser recrutados parlamentares que interromperam os estudos após o primário, como todos os que tinham o secundário incompleto representavam 1% do universo em estudo e todos os que tinham o secundário completo, 6,6%. Os detentores de um diploma universitário passaram a representar 45,7% do universo e os detentores de um diploma de pós-graduação, mestrado ou doutoramento, 5,6%.

A mudança muito significativa destes dados ocorrida a nível deste critério deve ser analisada tendo em conta as mudanças vividas na sociedade cabo-verdiana no respeitante ao nível da escolarização. Assim, a taxa de alfabetização passou de 37% em 1974 a 70% em 1990. A taxa de escolarização no ensino

básico integrado (6 anos), passou de 57% em 1975 a 95% em 2004. Enfim, a taxa de escolarização no ensino secundário, que era de 2,8% em 1980, passou para 55,3% em 2004.³

Contudo, de acordo com o recenseamento de 2010, os indivíduos com uma formação superior a nível da licenciatura representavam 5,1% da população maior de três anos residente no arquipélago. Vemos assim que os denominados «quadros superiores» de entre os quais a elite política passou a ser quase exclusivamente recrutada, representavam um grupo muito reduzido da população no arquipélago.⁴

Analisando este fenómeno, Cláudio Furtado emprega a expressão « títulos de nobreza escolar », a fim de qualificar os capitais acumulados, de acordo com os conceitos de Pierre Bourdieu. Afirma que « uma nova geração busca o pólo dominante do campo político buscando alicerçar o seu discurso político não apenas em projectos políticos e/ou visão do mundo, mas

trazendo e mobilizando os capitais acumulados ».⁵

Género

Por altura da independência, as mulheres cabo-verdianas conquistaram o direito de votar, mas tudo indica que as que estavam mais diretamente implicadas na vida política do país não acederam aos cargos de direção. Em 1981 foi criada a OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde), ligada ao partido único no poder, e que tinha como objetivo principal o enquadramento da atividade política das mulheres.

Foi com o multipartidarismo que as mulheres passaram a integrar os elencos governamentais. Entre 1991 e 2001, elas representam 9% dos membros de governo e chegam a 19% na segunda fase (2001 – 06). Entre o Verão de 2008 e Fevereiro de 2011, o governo de Cabo Verde integrou mais mulheres do que homens.

Contudo, observando o recrutamento parlamentar, constata-se que com a mudança de regime não



“

A constituição da AN de Cabo Verde tem evidenciado bloqueios no recrutamento de mulheres e até uma menor representatividade

”

ntar em Cabo Verde, de 1975 a 2008

houve alterações a este nível que se possam considerar significativas. Assim, durante o regime de partido único no seu todo, 9% dos parlamentares eram mulheres e no multipartidarismo, representam em média 12%. Trata-se de um aumento pouco expressivo. Quando se compara com outras sociedades africanas, podemos considerar que o ligeiro aumento verificado em Cabo Verde é muito pouco significativo.

No Senegal, país vizinho com uma comunidade muçulmana fortemente maioritária, e com uma taxa de alfabetização entre as mulheres muito mais reduzida do que em Cabo Verde (29% das mulheres com mais de 15 anos vs. 69,2% das cabo-verdianas a partir da mesma idade), em 2006 19,2% dos membros do Parlamento eram mulheres.⁶

Em Moçambique também, país da África Austral com um passado histórico comum, visto que o colonizador foi o mesmo, a presença do Islão é significativa e somente 32,7% das mulheres com mais de 15 anos são alfabetizadas. Contu-

do, em 2005 era o 9.º país no mundo com a taxa mais elevada de mulheres com assento no Parlamento, a saber, 35%.⁷

É útil proceder a uma breve análise das mudanças ocorridas na sociedade cabo-verdiana no que diz respeito ao nível de participação das mulheres no espaço público. Relativamente à educação, em 2007, 97% das mulheres cabo-verdianas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos eram alfabetizadas, e 95% dos homens com as mesmas idades. No ano 2000, a taxa de educação primária passou a ser de 95%, tanto para as raparigas como para os rapazes. Em 2007, a taxa de escolarização das raparigas no ensino secundário era de 64%, ultrapassando a dos rapazes, que era de 56%.⁸

Assim, a paridade de género foi atingida na Administração Pública. Com efeito, em 2000, 46,5% dos funcionários públicos eram mulheres.⁹

Quanto à direção-geral dos ministérios, havendo cerca de 24% de mulheres na primeira fase do regi-

me de partido único (1975 – 1980), a taxa baixou para 16% entre 1980 e 1991 e subiu gradualmente durante o multipartidarismo: entre 1991 e 2001, 19% dos diretores-gerais eram mulheres, e entre 2001 e 2006, 33%.¹⁰

Em 2005, 32,5% do corpo diplomático era constituído por mulheres, mas somente no ano anterior, em 2004, foi nomeada pela primeira vez uma mulher como Embaixadora de Cabo Verde.¹¹

No sector judiciário, em 2008 cerca de um quarto dos procuradores e 47% dos juizes eram mulheres. Um de entre os quatro membros do Supremo Tribunal de Justiça era uma mulher.¹²

Contudo, na sua tese de doutoramento não publicada, Cristiano Barros conclui que entre 1975 e 2008 as mulheres estiveram grandemente ausentes da direção-geral de empresas públicas. Elas representam somente 2% do conjunto destes diretores ou presidentes dos conselhos de administração, permanecendo este setor exclusivamente masculino.¹³

Constata-se a grande dificuldade de eleição de mulheres para cargos políticos ao mais alto nível, contrastando com a conquista de lugares por via de concurso.

Identifica-se, assim, a existência de um « muro invisível » que torna difícil o acesso das mulheres ao poder de decisão política na sociedade cabo-verdiana. Com efeito, contrariamente ao que sucede nos países onde as mulheres atingiram efectivamente a paridade a este ní-

vel, em Cabo Verde os partidos políticos não adotaram uma política de quotas. A observação da realidade da sociedade cabo-verdiana parece confirmar as considerações de Ballington, que afirma:

« Os países que historicamente atingiram os níveis mais altos de representação de mulheres nas suas legislaturas nacionais – Suécia, Noruega, Finlândia e Dinamarca (com – 45,3%, 38,2%, 37,5%, e 36,9% de mulheres parlamentares, em 2005) – utilizaram todos um sistema eleitoral de representação proporcional e, à exceção da Finlândia, uma forma voluntária de um sistema partidário de quotas, no presente ou no passado. »¹⁴

Pese embora a necessidade de se proceder a uma discussão mais profunda, contemplando outras variáveis, e mais alargada, questionando o papel da Assembleia Nacional nos dois regimes, pode afirmar-se que, com a mudança para o multipartidarismo, a constituição da Assembleia Nacional de Cabo Verde tem evidenciado bloqueios no respeitante ao recrutamento de mulheres e até uma menor representatividade relativamente à idade e ao nível de estudos dos parlamentares. Esta evolução, que parece paradoxal, corresponde à tendência da maioria das chamadas “democracias ocidentais”, se atendermos a diversos estudos que têm sido dedicados a esta matéria.

¹ Investigadora integrada no IPRI – Universidade Nova de Lisboa

² Cotta, Maurizio, Best, Heinrich (org.), Parliamentary representatives in Europe 1848 – 2000: legislative recruitment and careers in Eleven European Countries, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 493

³ BENOLIEL COUTINHO, Ângela Sofia, “O Recrutamento Ministerial em Cabo Verde (1975 – 2006)”, in Montalvão Sarmiento, Cristina, Costa, Suzano (orgs.), Entre África e a Europa – Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde, Coimbra, Almedina, 2013

⁴ José Luís Livramento, ‘Cabo Verde: 30 anos de educação’, in Jorge Carlos Fonseca, (org.), Cabo Verde – Três Décadas Depois Direito e Cidadania Número Especial, Praia, 2007, p.396

⁵ <http://ecastats.unec.org>

⁶ Furtado, Cláudio, Génese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde, Mindelo, ICL, 1997, p.182

⁷ Bauer, G., Britton, H.E., Women in African Parliaments, Colorado, London, 2006, pp.151 - 169

⁸ Bauer, Britton, op. cit., pp. 31 - 57

⁹ ICIED, CEDAW, Relatório à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e Documentos Conexos, Praia, 2007

¹⁰ Ibid

¹¹ “O recrutamento ministerial e administrativo em Cabo Verde, 1975 – 2006” projeto de investigação levado a cabo na Universidade Nova de Lisboa com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal)

¹² ICIEG, CEDAW, op. cit., pp. 94- 95

¹³ ICIEG, Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Nações Unidas – Cabo Verde, Mulheres e Homens em Cabo Verde – Factos e Números, Praia, 2008, p.57

¹⁴ Crisanto Avelino Sanches de Barros, ‘Génese e formação das elites político-administrativas cabo-verdianas: 1975 – 2008’ (tese de doutoramento não publicada, Universidade de Cabo Verde, Universidade Católica de Louvain-la-Neuve), p. 205

¹⁵ Ballington, J. (ed.), The implementation of quotas: African experiences, Stockholm, 2004, p. 125



Tabela 1 – Década de nascimento dos parlamentares (percentagens)

Variáveis / Períodos	1920 – 29	1930 – 39	1940 – 49	1950 – 59	1960 – 69	1970 – 79	Desconhecido
1975-91	3,8	20,6	29	20,6	0,76	-----	14,5
1991-2008	0,5	6,6	12,6	38,5	13,7	5,6	22,3

Fontes: Livros de matrícula nos liceus, processos da PIDE/DGS, base de dados da Assembleia Nacional de Cabo Verde, questionários

Tabela 2 – Nível de estudos dos parlamentares antes da primeira eleição (percentagens)

Variáveis / Períodos	Primário incompleto	Primário	<	Secundário	Frequência universitária	Formação profissional	Diploma universitário até à licenciatura	Diploma universitário de pós-graduação ou mais	Desconhecido
1975 - 1991	1,5	2,29	19	7,6	9,9	11,4	17,5	1,5	29
1991 - 2008	0	0	1	6,6	3,5	1	45,7	6	36

Fontes: Processos da PIDE/DGS, base de dados da Assembleia Nacional de Cabo Verde, questionários

FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

Uma história de patriotismo

DEFESA

Daniel Almeida

As FARP surgiram, a 15 de Janeiro de 1967, ainda em Cuba, finda a preparação militar de um grupo de combatentes cabo-verdianos, para um eventual desembarque em Cabo Verde, no quadro da luta que o PAIGC vinha implementando. O momento ficou marcado pelo juramento à bandeira, por esse contingente, perante Amílcar Cabral. Todos prometeram ser fiéis "à luta pela independência de Cabo Verde, fosse em que circunstâncias fosse".

A ideia do desembarque teve, contudo, de ser posta de lado, depois de avaliados os riscos dessa missão. "Éramos revolucionários e não aventureiros", frisa Agnelo Dantas. "Chegamos à conclusão que o desembarque em Cabo Verde era inviável".

E é assim que o referido grupo, do qual fazia parte Agnelo Dantas e outros mais cabo-verdianos, acabou por ser "desviado" para a Guiné, lutando contra o mesmo inimigo, no quadro do PAIGC. "Lutamos na Guiné como soldados de Cabo Verde", sublinha.

Estruturação das FARP

Entretanto, com o 25 de Abril de 1974, e definidos os termos da Independência de Cabo Verde, impunha-se a estruturação das FA, algo que, segundo a nossa fonte, começou a ser desenhado a

» O processo de estruturação de umas Forças Armadas (FA) regulares em Cabo Verde "não foi tarefa fácil", segundo diz o primeiro-comandante dessa instituição, Agnelo Dantas, considerado o "arquitecto" da casa militar no pós-Independência. Nomeado comandante-geral das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) e Milícias, logo nos primeiros dias do país nascido a 5 de Julho de 1975, Dantas criou três regiões militares, que vigoram até os dias de hoje.

partir da Guiné-Bissau. Agnelo Dantas foi, diga-se, dos últimos quadros do PAIGC a regressar para Cabo Verde porque tinha a missão de organizar o núcleo que deveria estruturar as FARP no arquipélago.

Esse núcleo, denominado Fá Mandinga, era formado por 14 elementos vindos do Senegal e outros de Cabo Verde (Santiago), que, logo após a formação regressaram a este arquipélago, separadamente, uns no barco "Ocante" e outros de avião.

Esse grupo, chefiado por Dantas, estabeleceu a sua base em São Vicente, onde, no Morro Branco, começou o processo de instrução de cerca de 60 recrutas voluntários, que viriam a prestar o juramento à bandeira mesmo antes do 5 de Julho.

Paralelamente ao Morro Branco, foram montados mais quatro centros de instrução: Porto Novo, Boa Vista, Tarrafal e Santa Catarina de Santiago, onde foram formados os primeiros soldados que viriam assumir a defesa do país independente. Logo nos primeiros dias após a Independência, Ag-

nelo Dantas foi chamado de São Vicente para Praia, para assumir o cargo de comandante-geral das FARP e Milícias.

Processo "nada fácil"

A partir daí se desencadeou um processo, "que não foi fácil", para a estruturação de umas FA regulares em Cabo Verde. A primeira tarefa, segundo o ex-Chefe do Estado-Maior das FARP, foi a criação das Regiões Militares: a primeira, com sede em São Vicente; a segunda, no Sal; e a terceira, na Praia. A Primeira Região era comandada por Amâncio Lopes, a segunda por Eduardo Santos (Tchifon) e a terceira por Timóteo Tavares, todos com o posto de comandante das FARP.

Um ano depois, foi também criado o Comando da Marinha, na sequência do juramento dos primeiros fuzileiros formados no Morro Branco, que, na altura, era chefiado, pelo também comandante Álvaro Dantas Tavares.

As FARP eram compostas, na altura da Independência, por menos de mil



efectivos, número este que "não dava para cobrir todas as necessidades". Entretanto, segundo Dantas, as milícias populares, que estavam "bem implantadas" em todos os pontos do arquipélago, acabaram por constituir um complemento importante na estratégia de Defesa do país.

Dantas destacou, no entanto, o contributo dado pelo grupo que negou prestar juramento à bandeira portuguesa, no Morro Branco, em São Vicente, antes da Independência, colectivo esse que acabou por ser absorvido, quase que na íntegra, nas FARP. E também dos cabo-verdianos sargentos e furriéis do exército português, que viriam a assumir importantes funções nas vertentes administrativas e logísticas das FARP.

Grupo de Cuba e Cumeré

O grupo que regressou de Cuba, em 1976, foi, também, no entender de Agnelo Dantas, determinante na organização das FARP em Cabo Verde, assim como os militares que receberam formação em Cumeré, na Guiné-Bissau. "Formado por quadros bons, enquadrou-se bem nas FARP e foram a estrutura dorsal na preparação combativa das tropas cabo-verdianas, juntamente com o grupo de Cumeré", realçou.

A parte logística das FARP, também em Cabo Verde, começou a ser preparada mesmo antes da Independência, com a vinda do navio "Ocante", que transportou grandes quantidades de armamento ligeiro, como espingardas automáticas, pistolas e bazucas. Mais tarde, logo nos primeiros meses após a



“

São épocas diferentes, cada uma com as suas dificuldades, mas fico com a percepção que o essencial ficou: o patriotismo, alguma coesão interna, mas são situações diferentes

”

Independência, a União Soviética (Rússia) começava a fornecer material bélico mais pesado, nomeadamente, canhões, morteiros, armas anti-aéreas e blindados (BRDM e BTR) e dois aviões Antonov. A Jugoslávia foi também um importante fornecedor de armas pesadas e ligeiras. Cuba, um parceiro das FARP desde a primeira hora, deu, também, um importante apoio essencialmente na formação de quadros e como conselheiros.

Segundo aquele primeiro-comandante, as FARP nun-

ca tiveram grandes problemas no financiamento das suas actividades, graças à pronta disponibilidade do Governo, que procura resolver os problemas quando eles surgiam.

Mas, nesse aspecto, Dantas destaca o “elevado espírito patriótico” dos efectivos das FARP, que “sempre souberam consentir sacrifícios em nome do povo cabo-verdiano”. “Foram umas FA com grandes dificuldades, mas a qualidade do homem ajudou a superá-las”, prova disso, é que, “até hoje, as FA são consideradas como uma das instituições mais disciplinadas de Cabo Verde”.

Golpe de Estado na Guiné-Bissau

Logo após o golpe de Estado na Guiné-Bissau, em

Novembro de 1980 (acontecimento que marca o fim da unidade com esse país), segundo Dantas, circularam rumores de possíveis desembarques, entre os quais de cabo-verdianos formados em Marrocos. “E foi por isso que tínhamos uma preparação e uma disposição combativa sempre à altura”, revela.

“Circularam, também, rumores de uma eventual tentativa de golpe de Estado, mas era mera especulação”, frisou o ex-chefe de Estado-Maior das FARP. “Tínhamos umas FA muito coesas e um Serviço de Informação bem montado, que era difícil acontecer algo que nos pudesse apanhar de surpresa”, frisa Dantas.

O primeiro comandante das FARP considera que a disciplina e o espírito pa-

triótico dos efectivos dessa instituição também contribuíram para uma transição pacífica do regime de partido único para um modelo de multipartidarismo implantado em 1991. “As FA tinham que se ajustar como sendo uma instituição republicana”, realça Agnelo Dantas, que considera ter sido “normal”, que, durante o partido único, as FARP fossem “o braço armado do partido ao serviço do povo”.

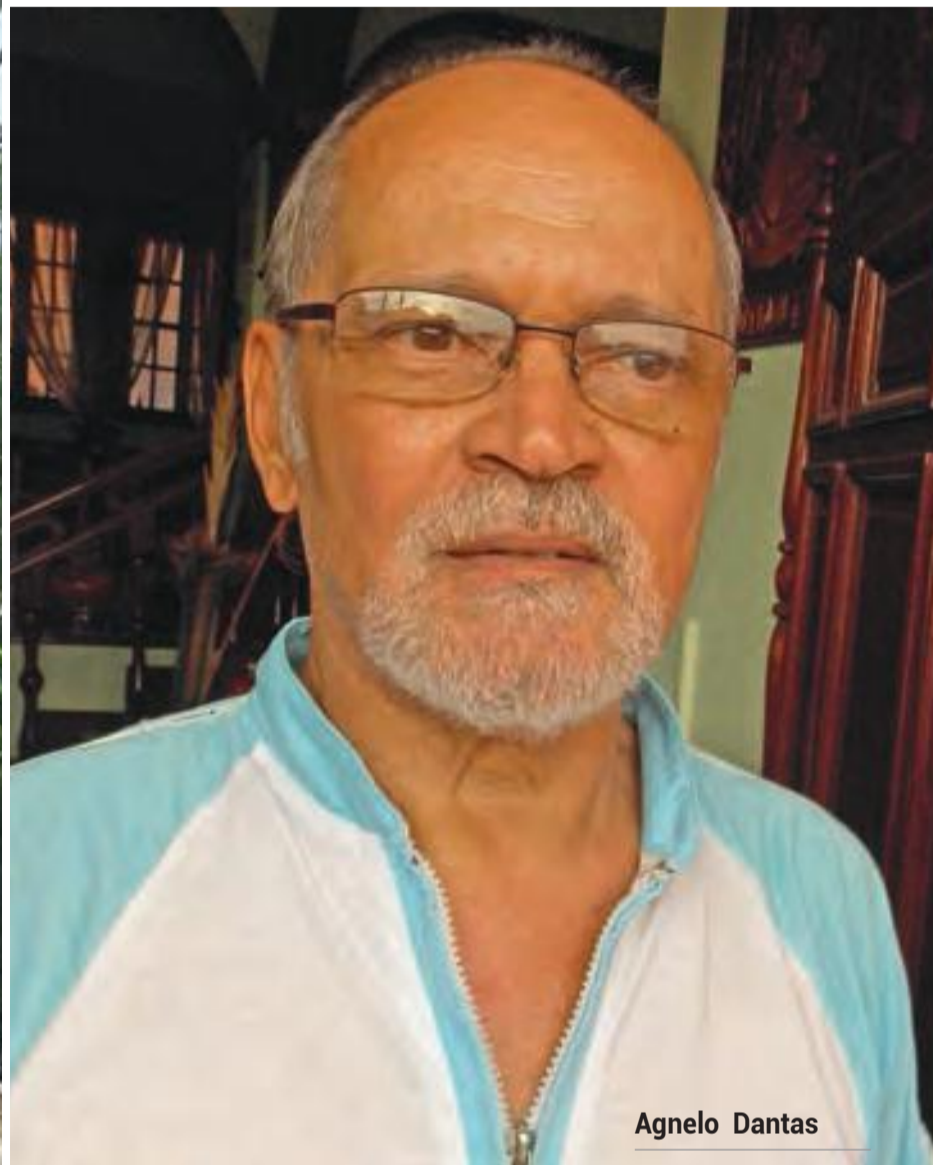
40 anos depois

Hoje, embora a situação actual seja diferente, Agnelo Dantas considera que ainda subsiste a ideia de que as FA sejam o espelho da sociedade cabo-verdiana. “São épocas diferentes, cada uma com as suas dificuldades, mas fico com a percepção

que o essencial ficou: o patriotismo, alguma coesão interna, mas são situações diferentes”, advoga.

Agnelo Dantas foi comandante-geral das FARP e Milícias, de 1975 a 1982, altura em que o cargo passou a designar-se Chefe de Estado-Maior, esteve no cargo até finais da década de 1980 para se dedicar aos estudos no Brasil. Foi substituído pelo major, na altura, António Marino Dias, que chefiou as FA no período de transição para o regime democrático.

Ederlindo Ribeiro, Amílcar Baptista, Emanuel Bettencourt Pinto, Antero Matos e Fernando Pereira, foram os outros chefes de Estado-Maior que se lhe sucederam. O cargo é ocupado, neste momento, pelo major-general Alberto Fernandes.



Agnelo Dantas

40 anos e a necessidade de uma nova agenda para a diáspora



OLHARES CRUZADOS

Paulo Mendes

Existem várias formas, não coincidentes entre elas, de olharmos para os 40 anos de independência de Cabo Verde. Porém, prevalece um denominador comum nestes diferentes olhares sobre as quatro décadas de afirmação de Cabo Verde: um enorme orgulho do percurso que o nosso país tem trilhado e uma forte dose de esperança de que conseguiremos ultrapassar as enormes dificuldades ainda pela frente.

Neste exercício de balanço dos nossos 40 anos como nação independente, convocar os milhares de emigrantes cabo-verdianos e dos seus descendentes para uma relação renovada com Cabo Verde é, na minha perspectiva, um dos elementos centrais e diferenciadores para os próximos tempos. Não fazê-lo é desperdiçar um enorme potencial e parece-me que se não criarmos uma nova agenda, em que as enormes vontades existentes possam encontrar um sentido estratégico de ação, estaremos inevitavelmente a ir neste sentido.

É lugar-comum afirmar que a diáspora cabo-verdiana assume um papel relevante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde que se traduz em diferentes esferas da nossa existência coletiva enquanto nação. Apesar das limitações estatísticas, os dados mais seguros sugerem que a população emigrada da 1.ª geração deverá rondar meio milhão e se considerarmos os descendentes o universo da diáspora cabo-verdiana é constituído por mais de 800 mil pes-

soas que vivem, assumem e (re) definem a cabo-verdiana a partir de diferentes espaços geográficos.

Perante o novo contexto dos processos migratórios, do próprio enquadramento atual de Cabo Verde, do aceleração do processo da globalização e do acesso às novas tecnologias, é imperioso concretizarmos uma rutura na forma como a diáspora se relaciona com Cabo Verde e vice-versa.

Apesar da inequívoca importância que a diáspora tem assumido no desenvolvimento de Cabo Verde, a percepção que eu tenho é que ao longo deste 40 anos, a relação que a diáspora tem assumido com Cabo Verde é feito mais assente numa premissa de amor incondicional de milhares de cabo-verdianos por Cabo Verde e quase sempre fora de um sentido estratégico de ação.

Aproprio-me do termo "ruptura" com a consciência exata do peso da palavra, e sem nenhum intuito de desvalorizar o enorme trabalho que os diferentes responsáveis políticos e as suas equipas desenvolveram e do desejo que existe em desenvolver uma política mais consequente e com ganhos mais visíveis para Cabo Verde.

A primeira ideia que quero defender é esta: criarmos as condições para, por exemplo, o Congresso de Quadros se possa transformar num Think-Tank. Cabo Verde tem pela frente inúmeros desafios que, associados a graduação do país de desenvolvimento médio, implica novos posicionamentos dos agentes de desenvolvi-

mento, novas abordagens e, sobretudo, novas atitudes. Esta nova realidade implica que tenhamos vozes e estruturas que possam des(construir) os discursos políticos que sendo importantes não devem ser exclusivos no processo de edificação das opções e de definição dos caminhos de desenvolvimento de Cabo Verde. Esta estrutura de Think-Tank deverá ser, essencialmente, um espaço debate e de apresentação de propostas concretas para o desenvolvimento de Cabo Verde. Insisto na ideia de que devemos ter uma estrutura ágil, dinâmica e com uma forte capacidade de influenciar positivamente o processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Hoje, para além da discussão sobre a importância das transferências das remessas dos emigrantes, impõe-se uma discussão cuidada sobre os mecanismos que devemos convocar por forma a colocar as ideias, as vontades, o Khow How e as redes de contatos que a diáspora têm em prol do desenvolvimento de Cabo Verde. Não podemos desvalorizar tudo o que já foi feito em nome desta construção de diálogo entre a diáspora e Cabo Verde e da enorme vontade que existe em fazer com que Cabo Verde possa aproveitar da melhor forma possível a enorme potencialidade que a sua diáspora representa. A questão é saber se poderemos andar mais depressa e com mais eficácia. Parece-me que temos todas as condições de construir este diálogo de forma mais célere e mais consequente.

Ter uma relação forte com a

diáspora implica criar as condições para uma boa integração dos cabo-verdianos e dos seus descendentes nos diferentes espaços de acolhimento. A nível de participação política da comunidade cabo-verdiana é regra geral muito deficitária e temos condições em diferentes países de fazer muito melhor.

A nível de intervenção associativa e apesar do meritório trabalho que centenas de associações cabo-verdianas desenvolvem, é um trabalho muitas vezes fechado sobre a própria comunidade e com um alcance deficitário na criação de plataformas de influência de criação de lóbis. Ao contrário do que possa parecer, muitos cabo-verdianos em posição profissional de algum relevo não contribuem com seria de esperar para a valorização do movimento associativo.

Em relação aos descendentes de cabo-verdianos, o potencial que apresenta para o desenvolvimento de Cabo Verde assume a mesma proporção nos desafios, na medida em que a relação afetiva com Cabo Verde não é tão forte. Impõem-se, por isso, a necessidade de reinventar esta ligação.

Existe um papel insubstituível que cada um de nós pode e deve desempenhar, independentemente da nossa posição ou geografia, no desenvolvimento dos nossos dez grãos de terra que, pequenos no tamanho, são grandes em ambição e na vontade de continuarmos a ter um país melhor do que ontem e olhar para o nosso percurso e dizer: tenho orgulho em ser cabo-verdiano.

“
Ter uma relação forte com a diáspora implica criar as condições para uma boa integração dos cabo-verdianos e dos seus descendentes nos diferentes espaços de acolhimento
”

RTC a Rádio e a Televisão que Unem o País!

RTC
RADIOTELEVISÃO CABOVERDIANA

TCV TCV fev tcv

Rua 13 de Janeiro, 1-A - Achada Santo António - Praia - Santiago - Cabo Verde
Tel.: +[238] 260 52 00 / 28 - Fax: +[238] 260 52 56 • www.rtc.cv • Facebook: Radiotelevisão Cabo-verdiana

O Combustível dos Campeões



Os melhores preferem
sempre o melhor

Shell

Gasóleo Extra



MÚSICA

António Neves
e José Vicente Lopes

A caminhada para um Cabo Verde independente também se notabilizou através da chamada música de intervenção. Abílio Duarte, com o seu "Camim pa Santomé" e "Grit d' Pov", é bem o espelho disso. Ou seja, antes de ser político ou combatente da liberdade da pátria, estudante liceal ainda em São Vicente, usou a poesia e a música até, a 5 de Julho de 1975, ser chamado a proclamar a Independência de Cabo Verde.

Nesta "convocação", muitos outros nomes poderiam ser evocados, casos de Manuel Faustino, Renato Cardoso, Kaká Barboza, Valdemar Lopes da Silva... E, com algum esforço, poder-se-ia ir bem mais atrás, por exemplo, por altura da II Guerra Mundial, quando em Lisboa (Portugal), B. Lèza resolveu, com o seu talento, proclamar numa das suas canções que Hitler não haveria de ganhar a guerra. "Vitória é d' nós aliado", a Inglaterra.

Contra o colonialismo

Antes da libertação nacional, a música funcionava como instrumento de resistência face ao domínio português. No processo de luta pela Independência, conjuntos como o Grupo de Intervenção Artística (GIA), uma referência na música de protesto da época, faziam composições contra o colonialismo português, incitando à libertação nacional.

Com o 25 de Abril, a música de intervenção social foi chamada a exercer um papel crucial na mobilização das grandes massas para a causa da Independência. Tubarões, Kings, Kola, Abel Djassi deixariam as suas marcas... Isso sem deixar de lado cantores como Nhô Balta, Norberto Tavares, ou mesmo grupos como Bulimundo, Finason, que surgiram mais

tarde, no pós-Independência, a darem conta de novas insatisfações...

Rap: forma de expressão

Actualmente, e porque os tempos são outros, Rap é o género que mais espelha essa forma de se fazer música no país. A NAÇÃO quis saber qual a diferença entre a música de intervenção que se fazia "naquele" tempo e hoje, principalmente, através do "Rap Kriol".

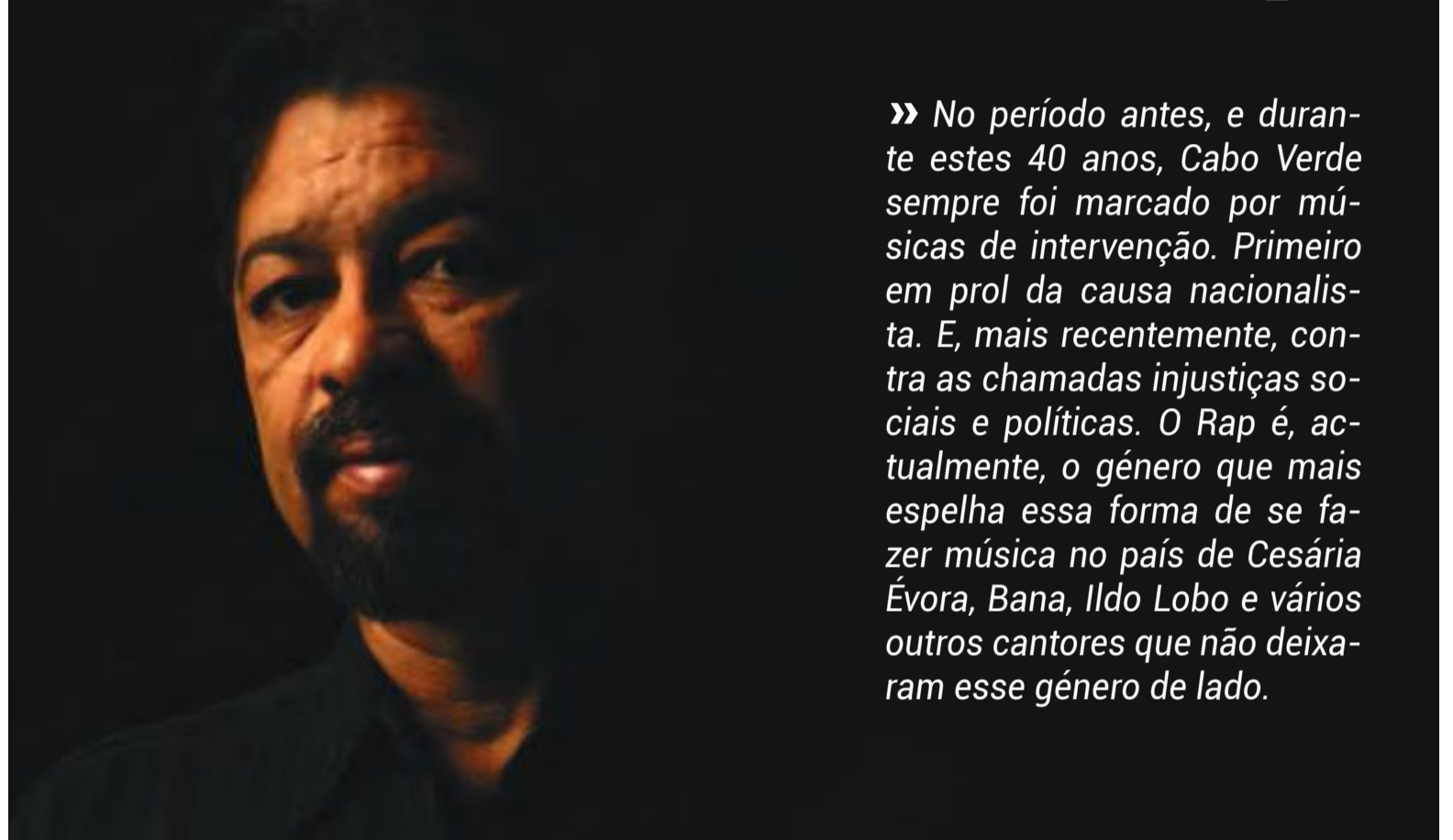
Redy Lima, sociólogo, investigador e professor universitário, defende que não há diferença nenhuma, mas sim uma continuidade. "Antes da Independência, a música foi usada como uma espécie de 'guerrilha cultural' pelo PAIGC e hoje ela continua a ser instrumentalizada por grupos com interesses diversos, incluindo os partidos. Em ambos os casos, a música de intervenção serve para consciencializar e levar os jovens a reflectir sobre o mal-estar social", afirma.

De acordo com Batchart, uma das vozes do "Rap Kriol, a música de intervenção que se fazia na época da libertação e a que se faz agora são diferentes devido aos aspectos de cada época. "São diferentes por causa das sonoridades, ritmos, formato e do contexto. Antes, ou mesmo após a Independência, havia um inimigo claro que era o colono, hoje, a música de intervenção é feita contra algo que é difícil de se identificar".

“A música de intervenção serve para consciencializar e levar os jovens a reflectir sobre o mal-estar social”

A MÚSICA DE INTERVENÇÃO ANTES E PÓS-INDEPENDÊNCIA

Da morna ao rap



» No período antes, e durante estes 40 anos, Cabo Verde sempre foi marcado por músicas de intervenção. Primeiro em prol da causa nacionalista. E, mais recentemente, contra as chamadas injustiças sociais e políticas. O Rap é, actualmente, o género que mais espelha essa forma de se fazer música no país de Cesária Évora, Bana, Ildo Lobo e vários outros cantores que não deixaram esse género de lado.

Questionado, até que ponto a música contribuiu para o processo de Independência, Redy Lima afirma que "foi através da consciencialização das pessoas que eram exploradas e serviu como forma de amplificação da mensagem do PAIGC".

"Hoje são as ONG's, partidos e instituições públicas que fazem uso da música como forma de veículo de passagem das mensagens institucionais. Mas, por outro lado, existem aqueles que usam o Rap como forma de emancipação, afirmação e de confronto com o outro, quer sejam grupos rivais ou políticos", aponta este sociólogo, para quem o Rap Kriol não está a conseguir alcançar os objectivos, "devido à excessiva institucionalização e partidarização da sociedade que explora a cultura de necessidade existente".

Para Batchart, desde a luta pela libertação e durante esses 40 anos de Independência, sempre hou-

ve uma tentativa de instrumentalização, mas, segundo este "rapper", a música de intervenção é feita para mudanças de atitudes. "Há uma tendência para se achar que a música de intervenção é contra as políticas governamentais, mas, não é bem assim, porque, ela tem um forte pendor de consciencialização, fazer a juventude pensar pela sua própria cabeça", salienta.

A vida continua... e a luta também

Cabo Verde sempre revelou-se um país de lutas - em todos os aspectos! -, e a música vem acompanhando esse "processo" através da forte intervenção que exerce nas mentalidades. E como a "vida continua" (e a "luta" também!), a música continua ela, igualmente, a ser um elemento importante desta caminhada de 40 anos de Cabo Verde como país independente. Poderia ser de outro modo? Provavelmente, não.

MÁRIO LÚCIO SOUSA, MINISTRO DA CULTURA

Antes da Independência, Cabo Verde já era um "Estado Cultural"

CULTURA

José Sousa Dias, Agência Lusa

A ideia é pelo ministro da Cultura de Cabo Verde, o também compositor, músico, cantor, escritor, dramaturgo e poeta Mário Lúcio Sousa, 50 anos, natural do Tarrafal de Santiago, para quem o cabo-verdiano "sempre foi muito receptivo à cultura do outro" e acabou por criar a sua própria identidade cultural.

"Em Cabo Verde vive-se a cultura de uma forma muito diferente de outras partes do mundo. Aqui, suprime-se a cultura e o cabo-verdiano desaparece, não se sabe lidar, porque o seu gene, metaforicamente falando, é a cultura", sustentou, lembrando a vasta influência nas ilhas de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e dos provenientes da África Ocidental.

"Para nós, o estado da cultura antes da independência – é bonita a palavra – já existia. Só não tínhamos um país, mas já tínhamos uma nação, um povo e agora tínhamos esta bonita expressão: um estado da cultura. Não era um estado constitucional mas era um estado cultura, isso já existia", insistiu.

"Após a independência, tivemos uma grande sorte, que foi ter tido homens sensíveis à frente do Estado, começando por Amílcar Cabral (assassinado em 1973). O facto de ser poeta, sensível e culto norteou os seus companheiros de luta para uma filosofia de libertação e também de gestão", sustentou. Logo no primeiro Governo pós-independência, prosseguiu, houve a preocupação com a cultura, investindo-se nas várias dimensões da cultura, como as valorizações do património imaterial, música e literatura cabo-verdiana, seguindo-se



» Ainda antes da Independência, em 1975, Cabo Verde já era um "Estado cultural", manifestado no Funaná, Batuque, Tabanca, Morna, Coladeira, mas também na poesia, literatura, tradições orais e culinária, que a censura colonial portuguesa sempre tentou reprimir.

a educação e, sobretudo, na alfabetização.

"Mais, quando se começou a mandar pessoas para se formarem como médicos, engenheiros e outros que não havia em Cabo Verde, mandaram-se também músicos para Cuba, artistas

plásticos para a ex-União Soviética, actores na Alemanha e Portugal, enviados pelo Estado. Havia uma grande preocupação cultural", lembrou.

Por outro lado, criaram-se os centros de cultura e de artesanato, os institutos

do cinema, do livro, do disco e da cultura, o arquivo e a biblioteca nacionais, o que denota uma postura de valorização.

Há "namoro" entre Crioulo e Português

As línguas portuguesa e cabo-verdiana, segundo Mário Lúcio Sousa, coabitam, pacificamente em Cabo Verde, havendo até uma relação de "namoro" e consequente "osmose". "Estamos a introduzir o crioulo no português e o português no crioulo todos os dias. É o período da descrioulização. Ouve-se alguém a falar em crioulo e, no fundo, só usam algumas palavras em crioulo. Os tempos verbais já são todos em português e o léxico é basicamente o português. Descrioulizou-se, por causa do contacto", sustentou.

"No mundo de hoje, ter diversidades e ter línguas é ter património e temos de cuidar das duas línguas, mas não existe tensão: O que existe são decessos nos defensores, entre os da oficialização e os da não oficialização", acrescentou, salientando, porém, que o crioulo já devia estar reconhecido na Constituição há muito.

"Devia ser dos primeiros gestos pós independência, porque é uma língua que se conquistou, que se inventou, que se criou e é um património da identidade crioula no mundo todo", sublinhou, lembrando que, em casa, o povo cabo-verdiano, bilingue por natureza, não fala português.

Questionado sobre as dificuldades de consenso quanto a um único crioulo – o de Santo Antão é diferente do da Brava, o de Santiago tem duas ou três versões, etc. –, inviabilizando uma gramática própria, Mário Lú-

cio considera-a uma "questão técnica", frisando que o que existe são "variantes", pois a língua é a mesma.

"Felizmente, temos uma única língua que, por vivermos num arquipélago, foi ganhando características próprias, de ilha em ilha. Há decisões técnicas e políticas a serem tomadas. O crioulo tem regras, porque se não tivesse não nos entendíamos. Essas regras já estão nos livros de Napoleão Fernandes, Baltazar Lopes, Manuel Veiga, Eduardo Cardoso e vários outros linguistas", argumentou.

Instado sobre o fracasso da institucionalização do ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua Cabo-verdiana), Mário Lúcio admitiu a "desarmonia", salientando que há linguistas pró e contra a convenção e que "da discussão faz-se a luz", pelo é necessário encontrar formas de escrita que permitam consensos.

"Isso é possível e está em aberto. Mas esta discussão é boa, porque estamos a viver um momento de transição no mundo e a nova geração, a que chamo de 'Geração Polegar', já está numa outra língua. O que se discutiu em relação à língua, há 20 anos, não é o que se está a discutir hoje. E o que se vai discutir durante 20 anos será outra coisa, porque o próprio fenómeno da Internet é uma revolução humana incomensurável", sustentou.

Nesse sentido, exemplificou, um jovem de Santo Antão comunica com o amigo na Brava e "entendem-se perfeitamente na escrita 'sms'". Quando "outra geração tomar o lugar, a discussão será outra e a oficialização é uma questão constitucional e com muitas consequências positivas", terminou.

OTACA mais de 40 anos a fazer público rir

» OTACA é o mais antigo grupo de teatro, no activo, em Cabo Verde. Surgiu na Assomada, em Santa Catarina, em 1974, para ajudar mobilizar as gentes do interior de Santiago para a independência nacional. O nome pelo qual é conhecido, esse, viria a surgir em 1979. Narciso Freire, Xixo, um dos seus fundadores e sobrevivente desse tempo, recorda como tudo começou.

CULTURA

Silvino Monteiro

1974. O 25 de Abril acontece em Lisboa, derrubando a ditadura que há 48 anos dominava Portugal e as suas então colónias ultramarinas. De imediato, os movimentos de libertação saem da clandestinidade para uma luta mais aberta em prol da independência. Em Cabo Verde, recorda Narciso Freire, havia nessa altura “muita confusão e desinformação” à volta da ideologia de Amílcar Cabral, do PAIGC e da própria independência em si. Contra isso, e para ajudar a esclarecer as pessoas, um grupo de jovens activistas alinhados com a independência resolveu criar aquela que viria a ser, mais tarde, em 1979, a Oficina de Teatro e Comunicação de Assomada, OTACA.

“A nossa primeira peça chamava-se ‘Novidade’, foi escrita em 1974, por Horácio Fernandes, hoje no Tribunal de Contas. A mensa-

gem principal era informar as pessoas acerca da importância da independência para Cabo Verde. Na altura os ‘seguidores’ de Cabral eram vistos como terroristas. Tivemos que trabalhar para derrubar esse tipo de ideia”.

Homem do teatro, Xixo não tem dúvidas da força de mobilização desse género artístico junto do grande público, mormente em períodos de agitação social e política. “Desde muito cedo percebemos que o teatro é uma grande arma para a mobilização e consciencialização nacional, e que é muito mais fácil passar uma mensagem através de animação teatral do que uma conferência ou palestra, por exemplo. Por isso a nossa aposta na época, enquanto jovens defensores da liberdade da pátria, foi passar mensagem através de peças de teatro”.

Característica do grupo

Segundo Narciso Freire, as peças feitas pelo OTACA estão voltadas para intervenção social, criticando o regi-

me colonial na altura, e depois, com a independência, algumas das medidas implementadas pelos sucessivos governos e partidos políticos, “mas sempre de forma imparcial”, conforme faz questão de frisar. Um outro segredo é a aposta na formação de centenas de jovens na arte da representação.

A isso junta-se um outro forte do OTACA, a sua capacidade de improvisar e criar peças através de “sketchs”, inspirados em factos sociais. Das dezenas de peças feitas pelo grupo, Narciso considera que as mais emblemáticas foram “Novidade”, “Tchon di Morgado”, “Emigração para Santomé”, “Casamento à moda antiga”, “Bedju na Monti”, “Chã Pinho 1 e 2” e “Raboita de Rubom Manel”. Esta última tem sido a mais solicitada, tendo inclusive, em 2014, sido distinguida com Prémio de Mérito pela associação Mindelact.

Primeira actuação

A denominação oficial do grupo – Oficina de Teatro e Comunicação de Assomada, OTACA – viria mais tar-

de, em 1979. A sua primeira actuação pública, enquanto tal, aconteceu no Cine-Clube da Assomada, a 3 de Maio 1980, com a apresentação da peça “Emigração para São Tomé e Príncipe”.

O enredo dessa peça gira em “histórias” e “dramas” daqueles que tiveram de rumar para as roças daquela antiga colónia portuguesa, sobretudo homens que deixaram para atrás a mulher, os filhos... Analfabetos, quando sentiam a necessidade comunicar com os familiares em Cabo Verde, era através de cartas tinham que pedir a outras pessoas para as escrever ou ler. E, nisso, muitas vezes, as mensagens eram deturpadas a favor de quem as lia ou escrevia, com várias confusões pelo meio, o que sempre gerava fortes gargalhadas entre o público.

Na história de OTACA pode-se ainda dizer que foi o primeiro grupo de teatro a pisar o palco da Assembleia Nacional, com “Raboita de Rubom Manel”, em 1986. OTACA já actuou em vários outros palcos do país, a começar pelos concelhos de Santiago, além do Fogo, ilha



do Maio e, cinco vezes, em São Vicente, por intermédio do Mindelact.

Momentos difíceis

Neste “recorda tempo” Narciso Freire realça também que, como tudo na vida, nem tudo foram rosas para a vida do OTACA e dos seus membros, facto este que ditou inclusive o afastamento do palco durante 14 anos.

“No intervalo de 1986 a 2000, o grupo passou por momentos difíceis, chegamos até a ser ameaçados e obrigados a parar com as nossas críticas. Isso durante o período do partido único, em que se entendeu que o grupo estava a ser atrevido de mais, nomeadamente,



Narciso Freire

“

Não havia outros meios de diversão como actualmente, televisão, internet e telenovelas

”

por causa da peça 'Txon de Morgado', que aborda o problema da reforma agrária em Cabo Verde. Só voltamos aos palcos no ano 2000 com a peça 'Revolta de Ribeirão Manuel', pela primeira vez, no Mindelact, e por incentivo do falecido músico Orlando Pantera" (na altura a viver em Santa Catarina).

Mérito teatral 2015

O grupo OTACA viu finalmente reconhecido o seu valor, este ano, com o prémio mérito teatral pela Associação Cultural Mindelact, em São Vicente. Uma distinção que Narciso Freire considera uma honra colectiva: "Não foi apenas um reconhecimento do OTACA nem

dos seus actores, mas da ilha de Santiago, dos amantes da cultura, porque nesta caminhada trocámos e bebemos experiência de uns e outros".

Hoje, olhando para o passado, Narciso entende que antigamente o teatro era vivido com muito mais emoção em Cabo Verde. Desde logo porque era um tempo em que as pessoas, muitas vezes, saíam de casa para ir ao teatro ou ao cinema, como um acto de extrema importância social e cultural. "Não havia outros meios de diversão como actualmente, televisão, internet e telenovelas".

Felizmente, salienta, o Mindelact veio resgatar essa tradição, pelo menos, em

São Vicente, e com isso revolucionar a forma de se fazer e viver teatro entre nós. "Qualquer peça no Mindelact enche a sala, dá gosto de trabalhar para um público que ama o teatro como a gente vê em São Vicente", afirma.

O sonho deste amante do teatro é ver em Santiago, ilha onde existem vários grupos, a mesma paixão. Mas para isso defende que as autoridades, nacionais e municipais, devem criar salas de espectáculos com qualidade, além de uma "política de incentivo" aos grupos.

Desafios

Chegado a este ponto, no momento em que Cabo Ver-

de vive os seus 40 anos de independência nacional, Narciso Freire revela que um dos grandes desafios que o OTACA tem pela frente é a gravação em vídeo da peça "Raboita de Rubom Manel", orçada em 4 mil contos. "Esta é uma peça que pode ser considerada um património nacional já que conta a história de uma das revoltas mais emblemáticas em Cabo Verde. Estamos à procura de patrocínio para gravação desse vídeo há mais de cinco anos. Inclusive, já enviámos o projecto para o Ministério da Cultura há cerca de três anos, pedindo financiamento através do Banco da Cultura. Até ainda estamos à espera", finaliza com pesar.

SÃO VICENTE

Urbanização chegou às "fraldas"

» Até finais dos anos 1980, os bairros periféricos de São Vicente, conhecidos como "fraldas" de uma Morada (Mindelo) centralizadora, careciam de quase tudo: saneamento, água canalizada, estradas calcetadas, construções ordenadas. Hoje o quadro é outro, bem diferente.

PERCURSO

João Almeida

Quem diria que a chamada Chã de Marinha, onde existia cerca de uma dezena de casas dos oficiais da marinha portuguesa (daí vem o nome), no tempo colonial, viria a transformar-se num local para se construir palacetes e muitas vivendas? Ainda em finais da década de 1980, o lugar não passava de um descampado que, quando chovia, servia de zona de pastagem para criadores das zonas circundantes (Passarão, Ribeira de Craquina, Fernando-Pó, Fonte de Francês). Cresceu rápido, ganhou estrada e edifícios, mas ainda faltava-lhe espaços verdes.

Lazareto, onde antes existia uma ou outra casa de pescador, tornou-se também num bairro de vivendas, restaurantes, edifícios. De repente, valorizou-se tal como o Platô, em Chã de Alecrim, e outros novos bairros que vão tomando conta da paisagem da "Ilha do Monte Cara".

Há os outros bairros ou lugares que ganharam serviços, prédios e movimentos. É o caso de Chã de Alecrim, ou também do Monte Sossego, o bairro mais populoso de São Vicente, a tal ponto que já reivindica o estatuto de cidade. Mais a mais, os bancos instalaram-se por lá, as empresas de telecomunicações, de electricidade, institutos públicos e as ruas mostraram-se ordenadas.



“

São Vicente, onde no passado até 'gote de Mané Jon tava kme gemada', continua à espera de mais empregos, uma economia pulsante e mais zonas verdes

”

Laginha, "ex-libris" do Mindelo, mostra-se mais extensa e aprazível com as obras de requalificação da zona desta famosa praia urbana. A Marginal, hoje, apresenta edifícios vistosos, fruto da expansão imobiliária que chegou a São Vicente em anos mais recentes.

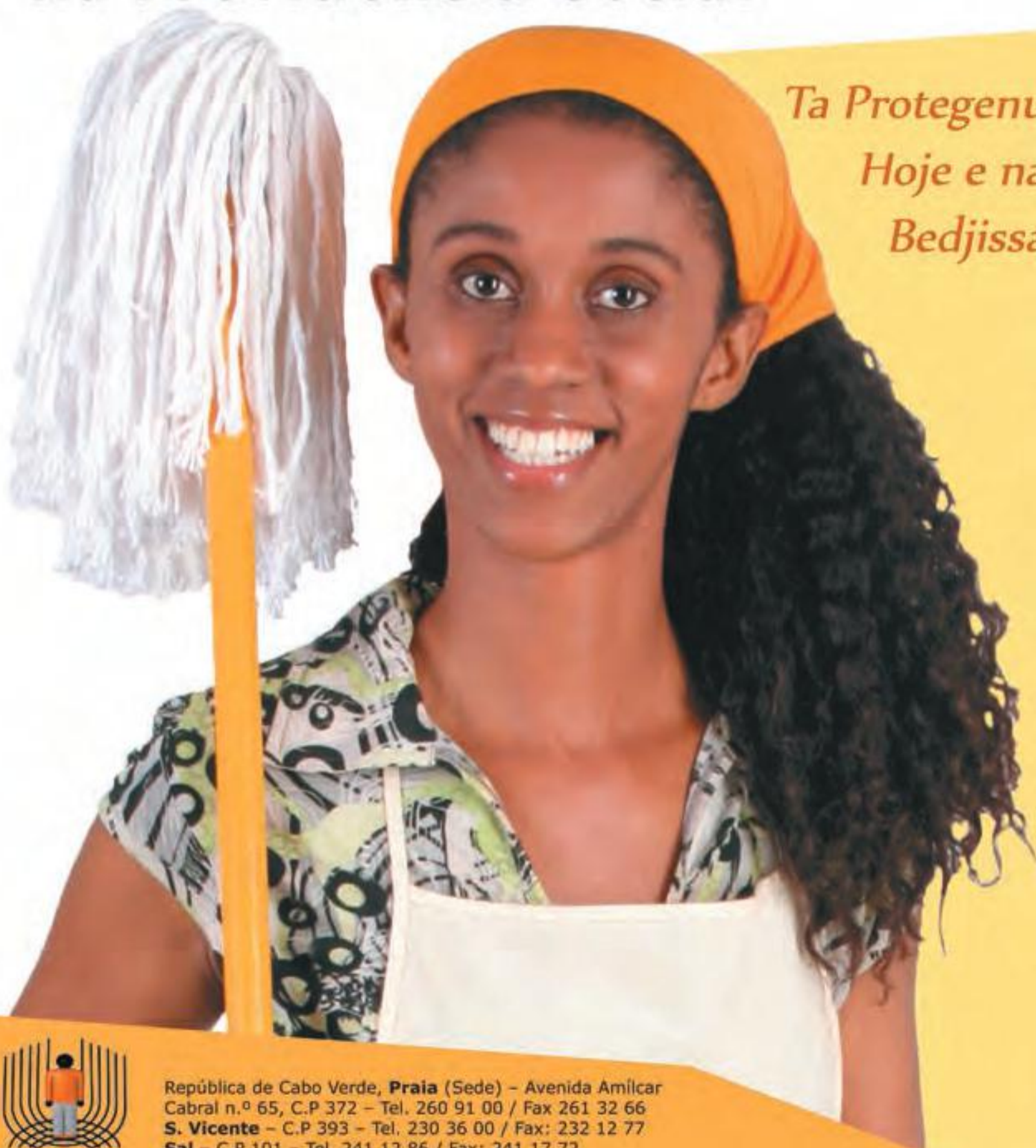
No entanto, as novas construções, o arruamento, saneamento em quase toda a antiga "fralda" não escondem as casas de lata ou tambor, construídas no cimo dos

montes, perto e longe da cidade. Com gente de várias outras ilhas (Santo Antão e São Nicolau sobretudo), à procura de melhor vida na "Ilha do Porto Grande", o défice habitacional ainda é enorme, a beirar os três mil fogos (embora ninguém acerte nesses números por falta de um estudo aprofundado nessa matéria) e as construções clandestinas nascem da noite para o dia.

São Vicente, onde no passado até "gote de Mané Jon

tava kme gemada" (não querendo isso dizer que se vivia melhor na ilha, pois tratava-se, para muitos, um olhar romântico sobre o passado), continua à espera de mais empregos, uma economia pulsante e mais zonas verdes. Afinal de contas, nem de só de prédios, asfalto e blocos maciços vive esta cidade ou ilha-porto. Numa palavra, falta cumprir-se o seu destino, o de ver todos os seus habitantes com trabalho e a lutar por uma vida melhor.

Profissionais do
Serviço Doméstico
na **Previdência Social**



*Ta Protegenu
Hoje e na
Bedjissa*



República de Cabo Verde, **Praia** (Sede) – Avenida Amílcar
Cabral n.º 65, C.P 372 – Tel. 260 91 00 / Fax 261 32 66
S. Vicente – C.P 393 – Tel. 230 36 00 / Fax: 232 12 77
Sal – C.P 101 – Tel. 241 12 86 / Fax: 241 17 72

Cidade da Praia, 40 a

PERCURSO

Denise Lobo

Paula Furtado, mais conhecida como Dona Tubexa, nascida e criada no Platô, é moradora numa das ruas históricas zona de Ponta-Belém, zona Libertada.

A senhora de 81 anos deixa a porta da sua casa entreaberta enquanto é dia e, apesar, de se queixar de pouca memória, partilha o seu sentimento do dia 5 de Julho de 1975. "Foi um momento de alegria para todos. Mas, muita coisa aconteceu... agora é tiro, é faca. Naquele tempo não era assim. Deus me livre!", lamenta.

Dona Tubexa era do tempo em que as moças só pensavam em "pinta bexu" e dançar, em salas alugadas pela Dona Maninha, aos sábados e aos domingos, na Rua Cândido dos Reis.

Dançavam ao som do gira-disco? "Não! Não! Deus me livre! Violino. Não havia gira-disco. Só havia rapazes da ilha da Boa Vista a tocar violino. Nós só dançamos ao som do violino e com muito respeito", afirma orgulhosa Dona Tubexa.

Não havia criminalidade. "A única coisa grave que podia haver na Praia era se uma menina menor de idade tivesse um 'caso' com um rapaz. E, claro, eram obrigados a se casar".

Amílcar Cabral em Ponta-Belém

Dona Tubexa conheceu Amílcar Cabral. Na zona da Ponta-Belém, todos sabem que eles conviveram. Namoraram, talvez? É o que alguns dizem. Dona Tubexa não confirma e nem desmente. Simplesmente ri, divertida com as "bocas do povo".



» *Poucos carros, ruas serenas, casas de portas e janelas abertas até altas horas da noite. Melodias de grupos de serenata. Mercado Municipal recheado de produtos "di terra". A realidade da Cidade da Praia, naquele tempo, era "bonita". Era outra, bem diferente da de hoje.*

Dona Tubexa conheceu Amílcar quando faltava pouco para ele ir estudar em Portugal, onde haveria de se formar e casar com aquela que viria a ser a sua primeira mulher, a portuguesa Maria Helena Vilhena. "Ele esteve um ano na Cidade da Praia. Era muito educado, muito humano e sensível", recorda.

Certa vez, Amílcar Cabral e Dona Tubexa foram a um casamento numa rua onde havia um rapaz a que chamavam de 'Toti-Cadabra'. "Ele fazia disparates na rua e eu ri. E o Amílcar chamou-

me a atenção dizendo que não se devia rir das pessoas daquela maneira. Pois, de um momento para o outro, essa mesma pessoa podia se tornar 'chefe de gabinete'. Ele disse ainda que se eu visse uma pessoa desprezível que procurasse o 'mal' (isto é, a razão disso), e não risse dela", finaliza.

Travadores e Zona Libertada

Olinda Tavares Silva Moreira, conhecida por todos como Dona Liloca, vizinha Dona Tubexa, também lembra bem do dia da indepen-

40 anos de mudança radical



Paula Furtado "Tubexa"



Belinha



Olinda Tavares "Liloca"



Augusto Paulo



“
Aqueles miúdos
seguiram
o Amílcar
Cabral. A
PIDE estava
sempre a
rondar

”

dência, há 40 anos. “O tempo fechou quando a bandeira deles descia e a nossa subia”, recorda como se fosse ontem.

Nascida e criada na Fazenda, Dona Liloca diz que o bairro era um lugar sossegado e de muita serenata. E que no Platô ela fazia desfile na equipa dos Travadores. “Desde 12 anos que gosto de assistir jogos de futebol. Costumávamos ir assistir os Travadores no estádio da Várzea que na altura o campo era feito apenas de terra. Quando chovia todos ficavam com receio porque era lama-lama”.

Aos 18 anos, Dona Liloca muda-se para zona do Platô e conta que não havia muitos carros. Andavam da Fazenda ou Platô até Achada Santo António a pé. “Havia muitos botequins aqui na Ponta-Belém. Depois do 25 de Abril de 1974, eles fizeram

muito barulho aqui. Fizeram revolução. Alguns levaram até tiro”, conta.

Ponta-Belém, ou Zona Libertada, como a Dona Liloca chama, era a zona de um grupo de rapazes que tiveram alguns conflitos com a PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a que reprimia os anseios de liberdade e independência dos cabo-verdianos. “Aqueles miúdos seguiam o Amílcar Cabral. A PIDE estava sempre a rondar aqui na zona em busca dos rapazes nas suas ‘reuniões’”.

Farmácia Ultramar

Augusto Paulo trabalha na farmácia Africana, antes conhecida como farmácia Ultramar, no Platô há mais de 40 anos. “No momento, os colegas que trabalhavam comigo não estão mais aqui”, diz.

Aos olhos do farmacêutico muita coisa mudou. O serviço prestado às pessoas que vinham comprar remédios na farmácia era outro. “Nesses 40 anos de independência, as coisas mudaram para melhor aqui na farmácia”, conclui. “Cabo Verde também mudou”.

Dona Belinha regressou de Angola em 1969 e logo começou a vender no mercado. Ela e outras mulheres vinham de Santa Cruz, com os hortícolas (banana, hortaliça...) e vendia. O mercado abria-se às oito, mas elas chegavam às 7h30, “anti manxi”. “Na época o quilo de banana custava cinco escudos e a mandioca 10 escudos... Para mim a vida era mais fácil. Naquele tempo ‘era mais sabi’”.

Para os entrevistados do A NAÇÃO a cidade da Praia daquele tempo já nada tem a ver com a de hoje. Ela ex-

pandiu-se, a olhos vistos, o centro administrativo deixou de estar confinado ao Platô, onde restam a Câmara Municipal, a Presidência da República, o Hospital e um ou outro serviço, estendendo-se a vários outros pontos da capital. As achadas, as colinas e os vales vão sendo, pouco a pouco, conquistados pelos habitantes do concelho.

Se naqueles idos alguém dissesse a pessoas como Dona Tubexa que ia construir uma casa onde é hoje o Palmarejo ou Cidadela, ou até mesmo Achada Grande ou Achada São Filipe, com certeza ela haveria de perguntar se essa pessoa estava doida. Mas é o que se vê. Em grande parte fruto dos 40 anos da independência, com Praia capital a atrair gente dos variados lugares de Cabo Verde e até de outros lugares.

40 anos depois – e os pendedentes da Nação?



OPINIÃO

Margarida Fontes

1 . Tarefa ingente essa de evocar os quarenta anos da Independência de Cabo Verde para alguém como eu que nasceu depois dessa data marcante na história das ilhas. Mormente em tom de crónica, um género jornalístico em que a vivência e os detalhes quotidianos se revelam de importância lapidar para a sua forma. Ainda assim aceitei o repto da direcção do Jornal, sendo certo que de tudo que lemos e ouvimos podemos sempre colher bons frutos, e criticamente deles extrair posicionamentos. Ao reflectir naquilo que deveria escrever no quadro do Cabo Verde independente, ocorreu-me os debates cíclicos que as várias gerações de cabo-verdianos alimentaram, cada uma à sua maneira, e que por mais que o país cresça, a diáspora se renove, e as mentalidades se reinventam, esses problemas/temas tendem a persistir como pedra rochosa: demovíveis e imutáveis; verdadeiros pendedentes da nação.

2 . Desde os tempos da I República que a Cimenteira da Ilha do Maio é um assunto que alimenta páginas de projectos e jornais, discursos políticos e agita águas entre as hostes, sejam elas políticas e/ou cidadãs. É conhecido um célebre testemunho de Aristides Pereira a defender a Cimenteira na ilha do Maio. O assunto foi-se arrastando ao longo de décadas, sempre com rasgos episódicos para animar o ambiente, como se numa nação espectáculo todos vivessem. A última investida pública, dentre muitas, foi de um grupo de quadros que em 2011 foi recebido pelo Presidente da República, a quem pediram que usasse a sua magistratura de influência para evitar que o projecto de Cimenteira do Maio fosse transferido para Santa Cruz, em Santiago, como parecia ser a vontade de um grupo empresarial. O certo é que não mais se ouviu falar do assunto. E assim aguarda-se pelo próximo rompante. A Cimenteira do Maio foi apenas uma ilustração, sendo certo que pendedentes do tipo, frutos de reiterados anúncios e promessas, existem em todos os cantos do país.

3 . Recentemente, num depoimento feito para a Televisão de Cabo Verde, o Presidente da Câmara do Comércio e Serviços de Barlavento, Belarmino Lucas, considerou o problema da ligação marítima inter-ilhas como um dos maiores estrangimentos do sector económico dos últimos 40 anos. Um problema que claramente compromete o desenvolvimento equilibrado do país, para além de desestimular o investimento privado em outros subsectores da economia. Para um país que se alimenta de discursos à volta de uma sonhada inserção económica na nossa sub-região africana, ficava bem resolver antes esse problema doméstico bicudo, e só depois almejar navegar por mares outros. Mas para isso, era importante ter-se um projecto de nação, muito para além dos entusiasmos das legislaturas, que passasse pela construção de uma economia endógena e diferenciada. Infelizmente, a insonsa realidade, feita de avanços e recuos, só revela que muita coisa terá falhado nesse particular. Mas os discursos, ao longo desses 40 anos, sempre alimentaram as esperanças num Cabo Verde unido pelo mar. No início deste ano ouviu-se que o Governo vai reformar e desenvolver os transportes marítimos. Os anúncios são sempre muito bons de se fazer, principalmente quando ninguém cobra a sua concretização, mesmo que se passem décadas ou anos.

4 . Os Claridosos nos deixaram de herança um dos debates intelectualmente mais fracturantes, nos moldes que hoje o conhecemos e vivenciamos: a nossa pertença ao Continente Africano. Baltazar Lopes, um dos arautos desse movimento literário e identitário, propugnou a célebre e controversa sentença: nem África, nem Europa, mas sim Cabo Verde. Antes dos Claridosos, já tinha sido lançado o desafio da construção da cabo-verdianidade. 40 anos depois da nossa independência, com tudo o que isso significa para a repaginação das questões culturais e iden-

titárias, ainda não conseguimos colocar um chapéu africano na nossa condição de crioulos.

Ao olharmos para o nível de dissensos que o debate sobre a nossa pertença (que deveria ser natural) a África, despoleta, percebemos a dimensão da nossa orfandade e temos sinais mais ou menos consistentes do nosso desvario atlântico.

A crise simbólica e a orfandade identitária são sinais recorrentes na história de Cabo Verde; nesses 40 anos mostra-se necessário densificar as reflexões, mormente quando se se começa a projectar horizontes para o desenvolvimento sustentado. Resistência semelhante enfrenta a Língua Caboverdiana. Depois de estudos, debates, contributos, Alupek continuamos a ouvir os mesmos argumentos negativistas e divisionistas sobre a padronização do crioulo de Cabo Verde. Somos ilhas, temos vários crioulos (dizem), e insistimos em nada aprender com a História.

“
Nesses 40 anos mostra-se necessário densificar as reflexões, mormente quando se se começa a projectar horizontes para o desenvolvimento sustentado
”

5 . A imprensa, no regime do partido único, funcionava como o braço do poder. Os órgãos de comunicação social estavam formatados para serem instrumentos de propaganda do regime, e isso nunca foi segredo para ninguém. O Presidente da República de então assumiu,

certa vez, que não há especialistas de informação no país, mas sim militantes que coordenam os diferentes sectores de produção, e aqui se incluía claramente as redações. Nesses 40 anos houve muita mudança no jornalismo, tendo como ponto de partida a abertura multipartidária, mas persistem traços desse ADN do antigo regime, principalmente nos órgãos públicos, que se mantêm de forma preocupante e repetem-se em todos os momentos da história recente da imprensa. Os rituais à volta dos poderes públicos continuam, com as conferências dos Conselhos de Ministros semanais, as antevisões e os balanços de visitas ao estrangeiro do chefe de estado e dos governantes, os ateliers, abertura e encerramento de seminários, as inaugurações e os lançamentos de primeira pedra, sem contar os prémios promovidos pelo governo e retirados com jornalistas. Jornalismo desenvolvido não se enquadra nessas práticas.

6 . O recente livro do Antropólogo, João Lopes Filho, sobre o Historiador António Carreira traz ilustrações várias de em como o notável etnógrafo foi avesso e crítico mordaz do clientelismo reinante nas relações de poder em Cabo Verde; prática herdada do período colonial. Um problema que, para o historiador, punha entraves sérios ao próprio desenvolvimento do país. O clientelismo talvez seja o subtipo de corrupção mais comum em Cabo Verde. É certamente das percepções mais imediatas da cidadania nacional. Nos últimos tempos, ouvimos recorrentemente da boca do Primeiro Ministro o apelo para o fim da partidarização na administração pública – subtipo do clientelismo. Para José Maria Neves é um desafio de todos, porquanto vivemos numa sociedade partidarizada. Estando ou não justo o diagnóstico, o certo é que todos perceberam que essa cultura nociva não pode continuar a fazer escola, e que 40 anos depois, isso não combina com uma Nação que se quer madura e desenvolvida.

CHAMADAS GRÁTIS 24 HORAS DENTRO DA REDE

ZAP

É OUTRO MUNDO



Números ZAP: prefixo 35



TELEVISÃO



INTERNET



TELEFONE

**POUPANÇA E COMODIDADE
NUMA ÚNICA FACTURA**

Descobre o novo ZAP e entra no mundo da inovação e da tecnologia. São 3 pacotes à tua escolha, todos com telefone fixo e chamadas grátis 24 horas dentro da rede. Com o novo ZAP tens mais poupança e comodidade numa única factura. **ADERE JÁ!**

Sabe mais em www.cvmultimedia.cv ou liga grátis 800 01 01

CV Multimédia

Tubarões Azuis: Entre baixos e altos

DESPORTO

Jason Fortes

Joaquim Ribeiro foi o primeiro presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), mas foi Orlando Mascarenhas, que dirigiu essa instituição entre 1991 e 1993, a representar Cabo Verde na vigésima assembleia da CAF (Confederação Africana de Futebol), em Dakar, em 1992.

Antes, Cabo Verde tinha sido membro da CAF, mas, por não ter cumprido com algumas normas da entidade, teve que sair, retornando naquele ano, agora com o trabalho de casa feito. Cabo Verde entrou para a CAF em 1991 e no mesmo ano apareceu no ranking FIFA, numa posição modesta, abaixo dos 170.

Até então, a equipa nacional limitava-se a participar em actividades da Zona II, por vida da Taça Amílcar Cabral. Aliás, em 2000, Cabo Verde viria a vencer este torneio, já depois de ter ficado em 4º lugar nas edições de 1981, 1982, 1985; no 3º lugar em 1989 e 1995 e de ter sido vice-campeão em 1991 e 2007, já na "gestão" de Mário Semedo, enquanto presidente da FCF.

Protagonistas de outrora

Dos seleccionadores que passaram pelo Onze Nacional destacam-se Dú Fialho, Eduíno Lima, Carlos Alinho, Alexandre Platchakov, Armando Soares, Óscar Duarte, Alexandre Alinho, mas mais recentemente João de Deus, Lúcio Antunes e Rui Águas. E do leque de capitães da altura, vêm à memória nomes como Eduíno, Bala, Bassana, entre outros.

Alexandre Alinho foi o seleccionador que orientou a geração de jogadores de Cabo Verde e que pôs o país pela primeira vez numa fase de qualificação para o Mundial (Alemanha 2006). Esteve à frente da selecção entre 2003 e 2004. "Quando entrei na selecção estávamos na 162ª posição do ranking e quando saí, ainda antes de



“Cabo Verde ocupa o lugar 38º do ranking da FIFA, uma clara amostra da evolução dos Tubarões Azuis nos últimos anos”

» *A Selecção de Futebol de Cabo Verde ganhou notoriedade mundial após a primeira presença numa CAN (Copa de África das Nações) em 2013, na África do Sul. Mas a história da equipa nacional já vinha sendo escrita desde os primeiros anos do pós-independência, para não dizer antes.*

2005, Cabo Verde ocupava o lugar 80, tudo isto no espaço de um ano e meio", conta.

Dificuldades que se impunham

Na altura não havia a possibilidade e nem a capacidade de se apresentar jogadores do gabarito dos que existem actualmente na selecção. Segundo Orlando Mascarenhas, "os jogadores ainda não viajavam para o exterior como fazem actualmente, e depois muitos dos que viajavam acabavam por integrar equipas internacionais, nomeadamente em Portugal".

Alinho conta que no tempo em que dirigiu o Onze crioulo, a Federação não tinha dinheiro, o que se reflectia nas deslocações enquan-

to que muitos jogadores não queriam regressar ao país para integrar os estágios da selecção. "Pessoalmente estive em Portugal várias vezes atrás de jogadores como o Rolando (Inter), Hélder Rosário, Pelé e Eliseu (Benfica), distribuí passaportes cabo-verdianos a todos e ficamos à espera que eles viessem representar Cabo Verde, mas nunca o fizeram", diz Alinho.

Mudança de cenário

Hoje, a situação mudou. Integrar ou fazer parte dos Tubarões Azuis tornou-se objectivo de vários jogadores, mesmo entre aqueles que evoluem lá fora.

"A situação do desporto em Cabo Verde teve uma evolução bastante grande, os resultados obtidos tem

ultrapassado as expectativas para um país com a dimensão de Cabo Verde", afirma Orlando Mascarenhas. "Vendo os Tubarões Azuis hoje e toda a massa adepta que eles movem, damos conta de que o impacto que a Selecção tem na sociedade, é enorme, dentro ou fora do país"

Novos tempos, novas responsabilidades

Alexandre Alinho reconhece o mérito que treinadores, anteriores a ele, tiveram no processo de lançamento da selecção para os patamares de hoje, apesar das condições oferecidas na altura. Acredita também que o trabalho desenvolvido por ele e seus pupilos abriu caminho para o actual momento da selecção. "O momento actual é resultado do passado", resume.

Para Alinho, com a entrada da equipa no panorama desportivo africano, hoje, Cabo Verde melhorou significativamente. E nisso espera que "os jovens que militam em campeonatos

estrangeiros tenham como prioridade a seleção do seu país de origem", pois, o campeonato interno "amador, e só isso, não será suficiente para se chegar mais longe".

Para Orlando Mascarenhas, o nível a que Cabo Verde chegou acarreta mais exigências e maiores responsabilidades. Daí também, defende, "a necessidade de reforçar a organização e estruturação a nível dos clubes, associações e federações, para que se continue a dar uma atenção particular ao bom desempenho da modalidade".

O certo é que hoje Cabo Verde ocupa o lugar 38º do ranking FIFA, "uma clara amostra da evolução da selecção ao longo dos últimos anos", no dizer de Mascarenhas.

"Para posteridade", conclui, "fica o legado do actual contingente dos Tubarões Azuis que em finais de 2012 foram eliminar a poderosa e homogénea selecção camaronesa em sua própria casa, o que permitiu a Cabo Verde chegar à CAN 2013 e fazer a respectiva campanha".

» Jorge Crato Monteiro, ou Bassana, antiga glória do futebol da ilha de São Vicente, fez parte de uma das primeiras gerações da selecção de Cabo Verde, após a Independência. Foi chamado pelo seleccionador Alberto "Dú" Fialho, para representar o país na Taça Amílcar Cabral, no Mali, estávamos no ano de 1981. Ontem e hoje, as diferenças são gritantes.

DESPORTO

Jason Fortes

Cabo Verde ia disputar a edição desse ano da Taça Amílcar Cabral, que a Guiné veio a conquistar, após bater o anfitrião Mali por seis a cinco nas penalidades.

Bassana, normalmente, actuava na posição de lateral, fez a sua estreia pela Selecção em Bamaco, perante o Senegal, num jogo onde os cabo-verdianos perderam por dois a zero.

Bassana também capitaneou a comitiva nacional e conta que, naquela altura, a Selecção tinha muitas dificuldades, mas apenas o facto de representarem o país valia qualquer situação menos boa que havia para enfrentar. "Não tínhamos o mínimo de condições, contudo gostávamos de jogar", argumenta.

Um pouco à imagem de agora, a ambição de ir jogar para a Europa reinava no seio dos jogadores, ainda que timidamente, e isso até foi conseguido por alguns da sua geração. "Após o Mali de 81, o meu colega Kiki foi jogar em Portugal. Já eu deveria ter rumado ao Rio Ave, mas o meu pai não me deu a permissão para ir, por ainda estar a fazer os meus estu-

dos", lamenta o antigo capitão.

Diferenças

Falar da Selecção Nacional de Futebol, na altura, implicava falar apenas da Taça Amílcar Cabral, pois era a única importante competição internacional, neste caso regional, de que Cabo Verde participava. Bassana recorda como é que as coisas aconteciam: "Reunia-se um leque de jogadores pré-convocados um mês antes do início da competição e dali fazia-se uma selecção final com os que mais se destacassem. Após a final da Taça, todo o frenesim terminava e só voltava na próxima edição".

Já hoje, a situação mudou e Bassana considera que o "onze" cabo-verdiano (os "Tubarões Azuis", como agora se diz), atingiu um pa-

tamar muito acima das selecções de outrora, não só pelas conquistas, mas, também, pelo facto de proporcionar uma união maior entre o povo cabo-verdiano. "Os 'Tubarões Azuis' tornaram-se num símbolo, motivo de orgulho dos cabo-verdianos", realça Bassana.

“*Eu deveria ter rumado ao Rio Ave, mas o meu pai não me deu a permissão*”

**"O grosso da Selecção pertencia a São Vicente"**

Na altura, a maior parte dos jogadores que actuavam na selecção labutavam, ou jogavam, em São Vicente, sendo que numa edição da Taça Amílcar Cabral a supremacia mindelense era tanta que o "onze" de Cabo Verde possuía oito jogadores dessa ilha, sendo que os outros três eram Abel e Zezé (Santiago), e ainda Balalan (Fogo).

"O grosso da Selecção pertencia a São Vicente, mas isso não era nada, o importante era que nos reuníamos em torno de uma causa maior, Cabo Verde", acrescenta Bassana.

Uma das principais diferenças entre a actual e a antiga selecção, prende-se com a questão dos equipamentos desportivos, mais leve e adaptado, em suma, tudo era mais modesto. "Era

o tempo de camarada", sublinha, e dinheiro não abundava.

"Nós fomos o alicerce da casa actual"

Qualquer construção requer uma base. Por isso, Bassana vê a si e aos seus "camaradas" de então como "o alicerce da casa actual", ao mesmo tempo que considera que "Cabo Verde está a passar por uma boa fase", do ponto de vista desportivo e não só, num longo processo que começou bem lá atrás.

"Hoje, mesmo a nível de equipamentos, temos melhores condições, a nível organizacional temos gente mais capaz, não que eu esteja a dizer que não havia gente capaz, o problema é que não havia condições para se mostrar o verdadeiro valor", sublinha, em conclusão.

Outros combates nos esperam



OPINIÃO

Hélder Salomão *

Não somos dos que consideram como absoluto que podemos "arrumar a história para um lado" como quem tira o casaco e o pendura no guarda-fato até à próxima festa! É simplesmente inconcebível e demagógico o debate que se tem assistido no país em relação à data maior do nosso Cabo Verde. Creio ser estúpido dividir aquilo que de mais nobre um povo possa conseguir, que é a sua soberania, e o poder de decisão sobre os seus destinos.

O 5 de Julho de 1975 é uma data singular para o povo das ilhas e não é única e exclusivamente do PAIGC/CV, como erradamente se tem dito por essas bandas, alinhando-se a ideia de que quem deve celebrar esse dia são única e exclusivamente os militantes do PAICV. Nada mais falso e sem sentido. Essa

é uma data de todos os cabo-verdianos, esse dia é de reflexão e tem de ser celebrado por todos os cabo-verdianos, independentemente das suas crenças ou cor política.

Muitos defendem que a posição geoestratégica do país contribuiu, de certa forma, para que fôssemos um dos últimos a conseguir a independência. Verdade é que estivemos sobre o jugo colonial português cerca de cinco séculos, mas ao longo desse tempo muitas foram as formas utilizadas pelo povo das ilhas, para que, um dia, fôssemos libertos e independentes.

A luta pela independência dessas ilhas começou a ser forjada nas matas da Guiné, e, também, internamente, pelos intelectuais e militantes afectos à causa independentista de Cabo Verde. É claro que muitos tiveram um papel transcendental naquilo que foi a luta de libertação nacional, mas convém destacar um que teve um papel de maior relevo na condução dessa luta.

Amílcar Cabral foi o expoente máximo da luta de libertação, da Guiné e Cabo Verde, o seu génio político e a visão estratégica, tenacidade, determinação e coragem, fizeram dele o principal condutor da luta armada e intelectual, que viria a conduzir Cabo Verde para sua Independência, a 5 de Julho de 1975. Algo esperado e clamado quer pelos cabo-verdianos quer pela comunidade internacional que vinha há muito pressionando o colonialismo clássico, mais anacrónico e mais retrógrado, no sentido de esse conceder a independência às suas colónias.

Volvidos 40 anos da Independência de Cabo Ver-

de, é triste constatar que para muitos dos jovens e adolescentes dessa terra, essa data ser apenas só mais um feriado, um dia sem trabalho. Perfilho a ideia que um povo não pode viver sem história e esse tem de fazer parte do quotidiano de uma Nação, e, nesse sentido, creio ser incrível como a nossa actual geração não tem muitos conhecimentos daquilo que foi a luta travada pela independência e pela soberania e, desta forma, não podemos exigir que esses possam compreender e valorizar o feito que foi a Independência Nacional. Creio que mal anda um país que afasta do seu sistema educacional aquilo que foi o esforço e dedicação empreendidos pelo seu povo na luta de libertação nacional.

Mas afirmamos que a Independência Nacional foi bom para o povo das ilhas, tivemos a capacidade de transformar um Estado inviável para alguns num estado viável, sólido e com uma democracia mais ou menos consolidada.

Parece-nos bem as decisões que foram tomadas até aqui, aquando da Independência Nacional em 1975, imponha que tivéssemos um poder forte que pudesse conduzir o país nesses primeiros tempos. Havia várias formas de fazer essa passagem, não concordamos de todo com os métodos que foram utilizados nos primeiros 15 anos de Independência Nacional, que foram marcados por um governo absolutista onde o partido se confundia com o estado.

Contudo, sendo os cabo-verdianos um povo maduro, souberam pôr sempre em linha da frente os interesses do país e isso foi

fundamental para o desenvolvimento deste arquipélago.

Após a nossa libertação do regime colonial de Salazar e Marcelo Caetano, crescemos e desenvolvemos sobre todos os aspectos: sócio-culturais, políticos e económicos. Não obstante esse desenvolvimento que fomos capazes de alcançar, o país ainda depende e muito de ajuda internacional, fazendo com que, em termos económico e financeiro, sejamos dependentes das instituições internacionais.

Vencida a luta de libertação nacional há 40 anos e depois de muitas batalhas vencidas pelo povo cabo-verdiano, é chegada a hora de também conseguir vencer outras batalhas, combatendo, sem tréguas, a corrupção e o nepotismo que têm virado moda nas nossas instituições; o desemprego jovem e outros males de que padece o nosso país. Só assim, Cabo Verde torna o desejado pelos que lutaram para a nossa Independência: um país cada vez mais justo e unido, onde não possa haver nem filho de um deus bom nem filhos de um deus mau.

A Independência deu-nos a possibilidade de poder escrever um poema novo para o povo das ilhas; e conseguimos fazê-lo. Creio estarmos todos de parabéns, por termos tido a capacidade de poder "escrever esse poema novo" e ter conseguido transformar essas dez ilhas na pérola do oceano, pois, todos somos poucos para continuar a levar avante esse sonho. Que Cabo Verde continue a ser um Cabo Verde de esperança para todos!

* Ribeira Grande, Santo Antão

“
Vencida a luta de libertação nacional há 40 anos e depois de muitas batalhas vencidas pelo povo cabo-verdiano, é chegada a hora de também conseguir vencer outras batalhas, combatendo, sem tréguas, a corrupção e o nepotismo que têm virado moda nas nossas instituições
”

asa 31 anos

Quando você viaja, Nós cuidamos de si



São Vicente e a sua cidade portuária



OPINIÃO

Lucas Monteiro

São Vicente é mais que uma ilha do arquipélago de Cabo Verde, afirmação que se justifica pela sua irreverente projecção geográfica e geoestratégica internacional, situada de modo singular na encruzilhada das grandes rotas da navegação entre os continentes Europeu, Africano e Americano. Tal facto é uma vantagem de incalculável valor que não deve ser subestimado e muito menos desperdiçado.

Lamentavelmente, o que esta ilha e a sua cidade portuária do Mindelo deviam ser neste exacto momento, em que se festeja o quadragésimo aniversário da independência nacional, está ainda um pouco distante de acontecer. Mas verdade seja dita, sem sofismas, que a sociedade civil cabo-verdiana e, particularmente, as forças vivas do Mindelo têm os seus legítimos interesses e aspirações que não são poucas e se conjugam num esforço cheio de adrenalina para mudar este desagradável status quo da cidade, virar a página, e a adoptar a ideia de transformar a ilha do Porto Grande numa "Singapura da costa ocidental africana no Atlântico médio", este famoso oceano que nos abraça com muita morabeza.

As coincidências geográficas e outras entre a ilha de Singapura e São Vicente não são oníricas mas sim uma realidade sem retoque e obedecem a um raro capricho da natureza: a coisa certa no lugar certo; aquela, situada na extremidade da península de Malaca e corredor da navegação para a Ásia e esta, cabo-verdiana, com uma abrangência muito

maior e sem dúvida um elo de ligação muito significativo e histórico nas relações comerciais e humanas entre os povos da Europa, da África e das Américas.

O território de Singapura não é grande, quando muito cobre uma área mais ou menos equiparada a quatro quintos (4/5) da superfície da ilha de Santo Antão, que é de 779 Km². No entanto, em termos de desenvolvimento Singapura tem uma população à volta de 3.800.000 habitantes e uma economia avançada, que não sofre de desnutrição. Fica assim demonstrado com clareza meridiana que não se deve avaliar um país ou uma região somente pela exiguidade do seu território.

O Município de São Vicente solenizou o aniversário da cidade no dia 14 de Abril último lembrando a proclamação de Mindelo: cidade em 1879 – 136 anos, uma idade com o acervo de histórias e história plasmado nas águas tranquilas e cristalinas da baía do Porto Grande, que viu nascer e crescer esta urbe nas madrugadas douradas das companhias carvoeiras inglesas e dos frenéticos apitos dos paquetes "Blue Star", "Mala Real Inglesa" e outros grandes navios a vapor.

Mindelo, outrora de casario cor-de-rosa coberto com telha de Marselha por imposição de postura camarária, é naturalmente uma cidade portuária, que vive de braço dado com o Porto Grande que lhe serve de espelho e termómetro. Se o movimento portuário é volumoso e rico, a cidade tende a reflectir essa forma de energia económico-financeira e a respirar os odores dos negócios e transacções comerciais.

Se, pelo contrário nos

dias de hoje assim não é, então basta de remar contra a maré e assumir de vez novos destinos com os seus desígnios organizados por etapas em que não faltarão novas sinergias para ganhar espaços, vencer resistências sem perspectivas e construir o futuro sem equívocos, obviamente com as atenções viradas essencialmente para o crescimento económico mobilizador de recursos para a produção de riquezas.

Em 1879 a urbe do Mindelo tinha uma população que não excedia 3.800 habitantes e hoje a contrariar os espíritos receosos e derrotistas da época, porque os havia tal como os dos novos tempos, a cidade alberga mais de 80.000 almas, algo equiparado com o agrupamento das populações das ilhas de Maio, Fogo, Brava, Boavista e Sal, o suficiente para ilustrar a importância do Município de São Vicente no contexto nacional, no

aspecto do seu desenvolvimento urbano, populacional e económico.

O poder local em São Vicente foi instituído em 1852 e de seguida as autoridades governamentais preocuparam-se introduzindo e especificando receitas do novo município: imposto sobre os produtos importados (e não eram todos os produtos) equivalente a um terço dos rendimentos do Concelho, que pertencia à Fazenda Pública, a ser aplicado a obras de interesse para o Município.

Muitas cidades portuárias por este mundo fora, com o estatuto de descentralização e autonomia, incluem nos respectivos orçamentos as administrações portuárias com um nível de sustentabilidade impressionante como é o caso da Holanda em que o Município de Roterdão faz a gestão das vastas infra-estruturas portuárias da cidade.

Em Cabo Verde ainda hoje é o Estado a fazer a gestão das infra-estruturas portuárias em todas as ilhas através da administração indirecta, que é feita pela empresa pública Enapor, que opera em regime de exclusividade agindo de acordo com o seu próprio modus faciendi na medida em que não há concorrência nem tão pouco parceria público-privado na exploração do negócio portuário.

É tempo de se repensar a administração e gestão dos portos nas cidades portuárias de Praia e Mindelo permitindo o envolvimento e a participação dos respectivos municípios, conjuntamente com a sociedade civil. Nada justifica que as Câmaras Municipais de São Vicente e Praia não tenham sequer um olhar sobre o que se passa nos respectivos portos.

“
«Ao nascer cidadão de um Estado livre e membro do poder soberano, por mais fraca que seja a influência que a minha voz possa ter nas actividades públicas, basta-me o direito de nelas votar para me impor o dever de sobre elas me informar».
Rousseau.”

ERP CABOSYS Enterprise Resource Planning

- O **ERP CABOSYS** é destinado as empresas que pretendam gerir de forma integrada os seus recursos e processos de negócios. Sendo modular, o mesmo poderá ser implementado por fases, conforme as necessidades e exigências do cliente.

Módulos

- Módulo Compras e Contas a Pagar
- Módulo Vendas e Contas a Receber
- Módulo Stock (Armazém)
- Módulo Tesouraria
- Módulo Contabilidade
- Módulo Renumerações
- Módulo Imobilizado
- Módulo POS

Módulos Especiais

- Módulo Controlo de Propinas
- Módulo Sócios
- Módulo Alocação



Funcionalidades Gerais do Sistema

- O módulo de Compras e Contas a Pagar permite o controlo dos compromissos da empresa perante seus fornecedores.
- O módulo de Vendas e Contas a Cobrar permite a emissão e o controlo de toda a documentação relativa às vendas (facturas, notas de débito e de crédito, facturas pró-formas, etc).
- O módulo de Stock permite o controlo através das guias de entrada e saída, as transferências entre armazéns, a emissão dos relatórios.
- O módulo Tesouraria disponibiliza as ferramentas necessárias para o controlo de pagamentos, recebimentos, movimentos do fundo de maneiio, da caixa e banco.
- O módulo de Contabilidade está totalmente integrado aos demais módulos do ERP permitindo organizar a contabilidade da empresa de acordo com as normas aplicáveis, nomeadamente o SNCR. Permite ainda elaborar, de forma automática, as declarações do IVA e DPR, gerando os ficheiros XML para a submissão eletrónica das declarações fiscais.
- O módulo Renumerações combina um conjunto de funcionalidades ligadas ao processamento de renumerações, faltas, horas extras, descontos, obrigações fiscais incluindo os modelos oficiais 111, 112 e 113.
- O módulo Imobilizado efectua a gestão das aquisições através do registo do imobilizado da empresa e o cálculo das amortizações, gestão das reparações, dos abates, transferências



**Sinta-se à vontade
para entrar em
contacto connosco
para mais
informações**



QUALIDADE & INOVAÇÃO

www.cabosys.cv
comercial@cabosys.cv
LIGUE: (238) 262 2311

Quatro PR em quatro décadas

» Em 40 anos, inúmeras foram (e são) as figuras que dominaram a cena política cabo-verdiana, nos mais variados cargos e missões. Eis aqueles que estiveram (ou continuam) à frente da Presidência da República e Chefia do Governo.



António Mascarenhas Monteiro, primeiro PR eleito pelo voto directo e popular, em Fevereiro de 1991. Natural de Santa Catarina, ilha de Santiago, 1944, formado em direito, exerceu o cargo entre 1991 e 2001. Eleito com o apoio do MpD, os seus dois mandatos foram relativamente tranquilos. Apenas na recta final do segundo acabou por se incompatibilizar com aquele partido político, em especial com o então primeiro-ministro, Carlos Veiga. À semelhança do seu antecessor, Aristides Pereira, também se afastou da vida política activa depois de deixar a Presidência da República, em 2001, participando numa ou noutra missão de paz ou de observação eleitoral em alguns países africanos.



Aristides Pereira, primeiro presidente da República de Cabo Verde, entre 1975 e 1991, tinha 52 anos quando assume essas funções. Sucessor de Amílcar Cabral, quando este é assassinado em 1973, Pereira conseguiu imprimir à sua magistratura a imagem de homem austero e reservado, ao mesmo tempo amante da paz e do diálogo entre as nações. Era também tido como um homem amante da cultura e da história. Derrotado em 1991, a favor de António Mascarenhas Monteiro, retirou-se da vida política, até porque, como gostava de dizer, não se considerava "um político". Faleceu em 2011 e, a seu pedido, foi enterrado na sua ilha-natal, Boa Vista.



Pedro Pires, presidente da República, entre 2001 e 2011. Natural do Fogo, em 1934, eleito com o apoio do seu partido, PAICV, os seus dois mandatos foram relativamente tranquilos, tendo José Maria Neves como primeiro-ministro. Hoje, afastado da vida política activa, vai mantendo uma agenda, agora, noutras frentes da política e da vida. Com dinheiro do Prémio Mo Ibrahim, obtido em 2011, criou o Instituto Pedro Pires, entidade que tem promovido encontros e conferências sobre os mais diversos assuntos, especialmente os que têm a ver com a gesta da independência nacional.

Decadas de vida independente



Jorge Carlos Fonseca, eleito em 2011, com apoio do MpD, é o actual presidente da República. Natural de São Vicente, 1950, jurista de formação, foi nos anos noventa ministro dos Negócios Estrangeiros. Com ele na Presidência da República e José Maria Neves na chefia do Governo vai acontecendo o que muitos consideram uma "coabitação" à moda cabo-verdiana. Ninguém duvida que está a preparar a sua segunda candidatura à Presidência da República em 2016.

QUATRO PM, QUATRO ESTILOS

Pedro Pires, Primeiro chefe de governo da história de Cabo Verde independente, entre 1975 e 1991. Tinha 41 anos na altura em que assumiu essas funções, tendo desde logo como primeiro grande desafio criar as bases para a construção do novo Estado do país, num quadro de extrema fragilidade económica e ambiental. Homem de forte personalidade, deixou nesse período a imagem de um político realista, austero, duro, capaz de "riscos calculados". "No exercício da liderança há o risco calculado, não ter o medo de ousar", advoga.

Carlos Veiga – primeiro chefe do Governo da era democrática em Cabo Verde. Natural de São Vicente, advogado, tinha 41 anos quando assume o governo, em Fevereiro de 1991. Vê este período da história do país como um "momento extraordinário", tendo em conta a redução do desemprego e outras mais conquistas, entre elas a Constituição de 1992. "Foi bom ter conseguido colocar liceus em todos os concelhos, as pessoas passaram a acreditar que era possível levar água e electricidade a todas as localidades. Foi de facto espectacular". Depois de algum tempo de retiro, deixando para trás as duas tentativas de chegar à Presidência da República (2001 e 2006), retornou à actividade partidária em 2010, sendo actualmente deputado nacional pelo seu partido, MpD, e segundo vice-presidente da Assembleia Nacional.



Gualberto do Rosário – foi até hoje o único vice-primeiro-ministro de Cabo Verde, acabando depois por ser designado primeiro-ministro num quadro muito contestado na altura. Tinha 50 anos e um percurso nos vários governos de Carlos Veiga. Economista, hoje ligado ao sector do turismo, com base na ilha do Sal. Foi PM por escassos seis ou sete meses, consoante as contas.



José Maria Neves – é designado PM pela primeira vez, em 2001, quase a completar os 41 anos. Vai no seu terceiro mandato, em vias de completar 15 anos de poder, um recorde no Cabo Verde democrático. Acredita que o legado desses 15 anos de Governo irá perdurar por muito tempo, independentemente de quem for o seu sucessor em 2016 (ver página 32). Ser PM, para ele, é um grande desafio. "Tudo, absolutamente tudo o que se passa no país, vem parar à mesa do PM, por isso é preciso muita determinação, muita capacidade emocional, para governar Cabo Verde", confessa. Tem dito que não pretende concorrer à Presidência da República no dia em que deixar a chefia do Governo. Mas quase ninguém acredita. Até porque, mesmo no fim do seu actual mandato, continua a correr, desdobrando-se em visitas e inaugurações.

CABO VERDE

"O espírito de Amílcar"

José Pedro Castanheira, Expresso*

As conversas foram conduzidas por (Mário) Soares e Pedro Pires. Mais tarde, juntou-se ao primeiro Almeida Santos. "O Mário Soares queixava-se: 'Está lá um Pires que não nos olha nos olhos e não acredita em nós.' Era verdade, mas eu tinha em relação a Soares a grande vantagem de conhecer bem África e os africanos. Disse-lhes: 'Nós lutámos pelas mesmas causas, vocês não têm razões para desconfiar de nós.' Propus que interrompêssemos a reunião e fôssemos beber um copo para nos conhecermos melhor. Consegui com isso um total desanuviamento." O acordo foi assinado em Lisboa a 19 de dezembro de 1974. Dias antes haviam sido presos e enviados para o célebre campo do Tarrafal cerca de 70 cabo-verdianos suspeitos de não se reverem no modelo do PAIGC, o que constituiu um dos principais problemas que o alto-comissário, almirante Almeida d'Eça, tentou resolver.

Portugal procurou impor um referendo. Debalde. O máximo que conseguiu foi a eleição de uma Assembleia Constituinte. "Não tínhamos medo do referendo", justificou-se Aristides Pereira no livro "Minha Vida, Nossa História", do jornalista cabo-verdiano José Vicente Lopes. "O nosso problema (...) era o efeito que isso poderia ter noutras colónias.

Na reunião sobre Cabo Verde, para tentar desanuviar, Almeida Santos propôs: "Interrompamos os trabalhos e vamos beber um copo para nos conhecermos melhor", em especial Angola ou Moçambique." Cabo Verde foi a única colónia que foi às

» *As negociações com Cabo Verde beneficiaram dos acordos anteriormente estabelecidos em torno da Guiné e de Moçambique. A dificultá-las estava o facto de nunca ter havido guerrilha no arquipélago. No entanto, o PAIGC fez depender o cessar-fogo na Guiné de uma garantia de que também as ilhas acederiam à independência. A margem de manobra de Lisboa era mínima. "Naquela altura", recorda Aristides Pereira, "Portugal não estava em condições nem de mandar cantar um cego."*



Cabral”

urnas antes da Independência. As eleições decorreram a 30 de Junho. Único partido concorrente, o PAIGC elegeu todos os 56 deputados. A participação foi maciça: 88% dos recenseados, dos quais 92% votaram no partido fundado por Amílcar Cabral, assassinado a tiro em 1973, em Conacri. A Assembleia reuniu-se na véspera da Independência, tendo eleito por aclamação a dupla que durante muitos anos dirigiu a Nação crioula: o Presidente Aristides Pereira e o Primeiro-Ministro Pedro Pires — “dois sages difíceis de encontrar”, no dizer de Almeida Santos. Na gaveta ficara o projecto da constituição de uma futura união entre a Guiné e Cabo Verde, sonho que nunca vingou.

Decalcada da cerimónia ocorrida dez dias antes, em Moçambique, a independência foi declarada no Estádio da Várzea, na Cidade da Praia, a 5 de Julho de 1975. À falta de iluminação, decorreu ao fim da manhã. Em representação de Costa Gomes voltou a estar Vasco Gonçalves. Coube a Abílio Duarte, presidente da Assembleia eleita, proclamar a nova República. A cerimónia prolongou-se por mais de quatro horas. A bandeira lusa foi recolhida por três praças das Forças Armadas Portuguesas e entregue a Vasco Gonçalves.

A de Cabo Verde fora desenhada nas vésperas por Érico Veríssimo Ramos, que estudara em Lisboa antes de partir para Cuba, onde recebera formação militar. Era inspirada na do PAIGC e na da Guiné-Bissau, tendo-lhe acrescentado duas espigas de milho, uma concha e uma estrela negra. Foi hasteada por Júlio Monteiro e Roberto Fernandes, jovens oficiais das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). “Com uma voz grave, o Érico Veríssimo anunciou o meu



Roberto Fernandes

“
Nunca houve
qualquer
contestação contra
nós. Não éramos
tratados como
colonizadores, mas
sim como elementos
portugueses entre
portugueses
”

nome”, recorda o agora coronel reformado Júlio Monteiro. “Dirigi-me à tribuna, onde estavam o Aristides Pereira, o Pedro Pires e o Silvino da Luz”, futuro ministro da Defesa. “Estiquei os braços para receber a bandeira, mas esqueci-me de fazer a continência. Alguém

me chamou a atenção, lá fiz a continência e só então me entregaram a bandeira.” Sem nenhum ensaio prévio, Monteiro e o seu camarada de armas ataram as pontas da bandeira em adriças distintas, o que impossibilitou a ascensão e os obrigou a recorrer à ajuda de outro oficial. “Assim que a bandeira começou a subir, ao som do hino nacional, o tempo ficou muito estranho: o céu escureceu e levantou-se um vento muito forte”, recorda Júlio Monteiro. “Diziam que era o espírito de Amílcar Cabral”.

Nos dias imediatos foram apeados todos os bustos e estátuas de figuras coloniais, incluindo a de Diogo Gomes, o descobridor das ilhas, em 1456. Na tomada de posse presidencial, Aris-



Júlio Monteiro

tides anunciou a libertação dos últimos presos políticos do Tarrafal. Alguns deles, porém, não puderam ficar no novo país. Conduzidos para o aeroporto, foram levados para Lisboa na companhia de militares portugueses e só aqui libertados.

Com 97 anos, o almirante Almeida d'Eça é o único dos últimos altos-comissários ainda vivo. Como chefe de gabinete tinha o então tenente-coronel Amílcar Morgado, que já fizera uma comissão naquela província. “Foi uma descolonização exemplar”, elogia o agora general, de 85 anos. “Nunca houve qualquer contestação contra nós. Não éramos tratados como colonizadores, mas sim como elementos portugueses entre portu-

gueses que eram os cabo-verdianos na altura.”

Finda a cerimónia, o estandarte português foi guardado “com todas as preocupações e honrarias a que tem direito”, assegura Amílcar Morgado. Uma vez em Lisboa, e por ordem do chefe do Estado-Maior do Exército, enviou a bandeira para o Museu Militar. Durante décadas, os responsáveis deste Museu ignoravam que, perdida nas suas imensas reservas, estava a última bandeira proveniente de Cabo Verde. Foi na sequência da investigação do Expresso que, no passado dia 8, foi localizada, acompanhada do ofício de entrega. “Um pequeno tesouro”, chamou-lhe o diretor do Museu, coronel Luís Albuquerque.

Crónica sobre um Dia maior e melhor



OLHARES DE LISBOA

Filinto Elísio

Faço-vos uma advertência sobre o que pretendo escrever. Das marcas impagáveis na minha lembrança e, via disso, da minha forma de ser e estar perante o País, do ato inaugural da Independência Nacional. Nem Freud explicará o meu apego às ilhas (aos seus mínimos poros, às suas minudencias de ínsula, aos seus detalhes que fogem

por vezes aos reparos) pelo fato de haver assistido (em tenra adolescência), no Estádio da Várzea, ao Nascimento da Pátria Amada.

Dir-me-ão que a Nação já estava viva, perspectiva que me encanta e que me interpela ao mergulho da Hora Inicial, de Jorge Barbosa, ou um pouco mais tardiamente, por fias à parte, no caldeirão antropológico da Ribeira Grande de Santiago e no germinar, fenómeno esquecido pela ignara elite, da língua cabo-verdiana. Seja, ó doutos da terra, meus sabidos do tempo (ou será templo?), mas a Independência Nacional aconteceu a 5 de Julho de 1975. Ainda hoje, a voz firme do saudoso Abílio Duarte a proclamar a República de Cabo Verde e o redemoinho repentino, atribuído pelo esotéricos, como espírito balsâmico de Amílcar Cabral, o Grande Arquitecto da Libertação.

Entrementes, o meu enfoque, de emocionado, será outro. E por onde começo? Louvando, lógico, as mudanças (mais nítidas nalguns períodos que noutros, mas sempre em crescendo) e que le-

varam o País gradativamente, de acentuado subdesenvolvimento, ao patamar de rendimento médio. Louvando, sobretudo, o fato de tais mudanças terem sido surpreendentes (já que as ilhas, de então a estes dias, não contam com as tradicionais matérias-primas), pois tudo indicava aventureirismo e insucesso, aliás explicitados por prognósticos fundamentados. Louvando, porque, termos chegado a este patamar foi a remar contra o fado que nos impunha a viabilidade como senão e o sucesso como inatingível.

Direi que fomos, para além do que nos permitia a lógica e, apesar dos trancos e barrancos, não era crível para as testemunhas do ato de "subir nos céus a bandeira da luta" que hoje pudéssemos almejar horizontes de desenvolvimento mais sustentáveis e mais qualificados. Pus entre vírgulas e sem aspas os trancos e barrancos, já que fazem parte do pacote e, de resto, qual outro país, em assaz ordem mundial e crise internacional, não caminha exatamente

te assim? Até pela forma como estão hoje integrados, os países, salvas as exceções, têm avanços e recuos sistêmicos. E Cabo Verde, em tal linha de conta, não tem a taxa do crescimento, do emprego, da pobreza e da dívida desejáveis, significando que há muito trabalho pela frente.

Entretanto, esta minha seara, exatamente por haver testemunhado o emproar da bandeira, refletirá sempre a emoção profunda e consciente do meu olhar sobre Cabo Verde e o destino coletivo que ficou selado a partir de 5 de Julho de 1975. Destino que mais tarde produziu a Reconstrução Nacional e, em boa hora, a Democracia, gestas filhas da Soberania, faltando à trilogia a Prosperidade.

Não se pense, neste novo tempo, a minha postura como unicamente encantada, alienada à crítica das situações de contingência. Claro que, em todo o nosso percurso histórico de quarenta anos, são evidentes certas incongruências. Pressinto, em todos nós, sinais de inquietações e de interrogações,

ansiedades e perplexidades.

O quotidiano, com os seus flagrantíssimos, às vezes me abate de uma forma muito especial, pois sendo raro a exasperação, é indiscutível haver dias melhores que outros. E 5 de Julho, não me sobram, nem me ensombram dúvidas, é dia especial, maior e melhor que qualquer outro.

Se me perguntassem, agora, sobre o significado da Independência Nacional, responderia que num momento como este, em que se jogam todas as cartas rumo ao Desenvolvimento Sustentável, nada como esta data para compreendermos o alcance dos nossos desafios e das nossas responsabilidades, missão que amiúde nos impõe, acerto prospetivo e nunca saudosista, o paradigma da gesta da Independência Nacional.

O adolescente, que às vezes me revisita e não se aparta das suas lembranças, tal como outrora, agora não se faria rogado, perante novo hino e outra bandeira, mas mesma Pátria, gritar: Vem, Irmão. Viva Cabo Verde!

PUB

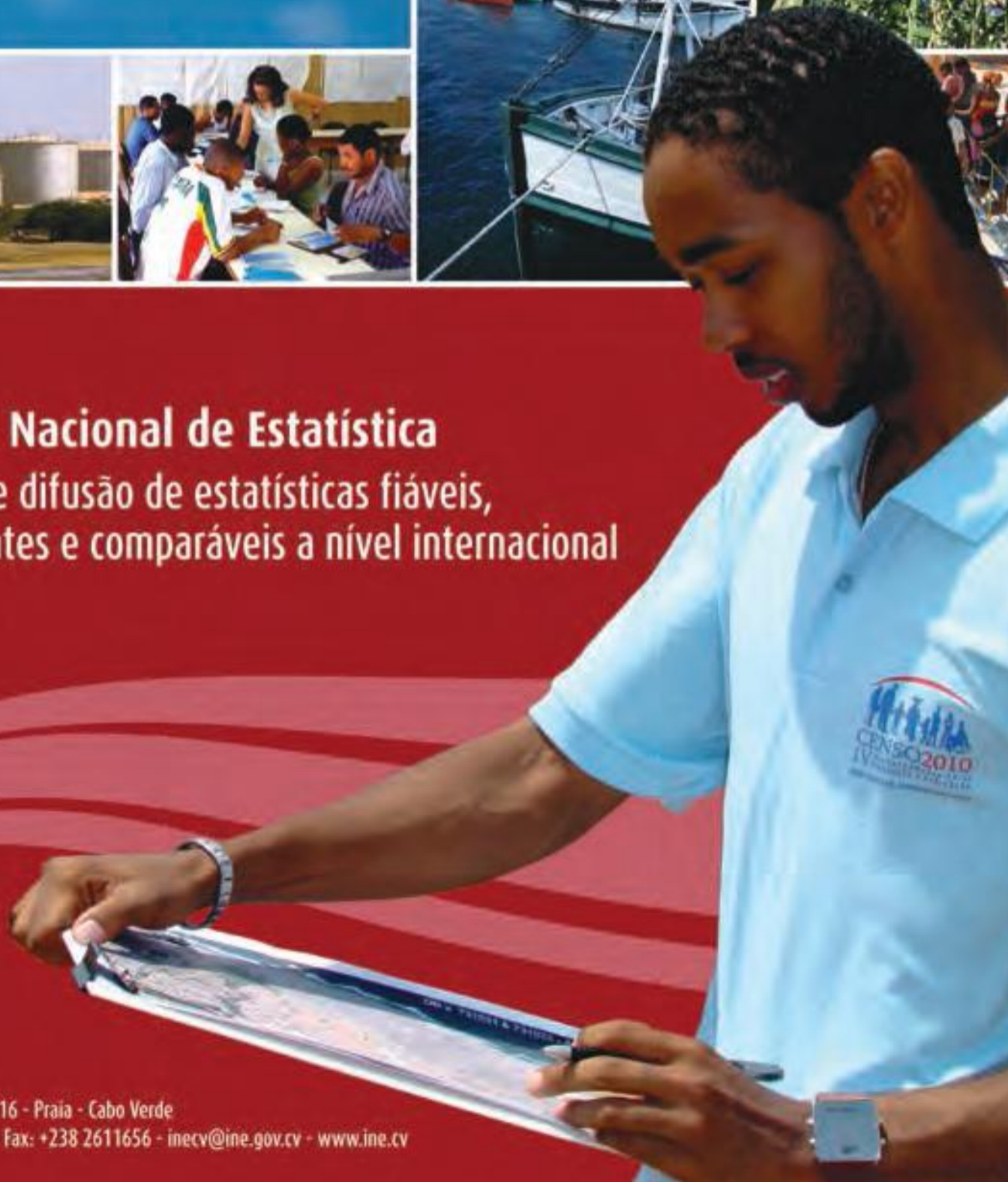
Vende-se Computadores

Para mais informação contacte 262 86 77

	 <p>HP COMPAQ 8000 ELITE</p> <p>Processor Intel Pentium Dual-Core Memory 4 GB DDR3 Hard drive 250 GB</p>	 <p>COMPAQ PRESARIO SR5250NX</p> <p>Processor Intel Pentium Dual-Core Memory 1 GB DDR3 Hard drive 320 GB</p>			
 <p>HP PAVILION SLIM-LINE</p> <p>Processor AMD Athlon 64 X2 Memory 3 GB DDR3 Video graphics nVidia GeForce 6150SE Hard drive 500 GB</p>	 <p>COMPAQ PRESARIO CQ5700Y</p> <p>Processor AMD Athlon II 170u Memory 2 GB DDR3 Video graphics ATI Radeon 3000 Hard drive 500 GB</p>	 <p>COMPAQ PRESARIO SR5413WM</p> <p>Processor AMD Athlon LE-1640 Memory 2 GB DDR3 Video graphics nVidia GeForce 6150SE Hard drive 250 GB</p>	 <p>LENOVO</p> <p>Processor Intel pentium Memory 4 GB DDR3 Hard drive 1 TB</p>	 <p>HP PAVILION P7-1074</p> <p>Processor AMD Phenom II X4 960T Memory 8 GB DDR3 Video graphics ATI Radeon 4200 Hard drive 1,5 TB</p>	 <p>COMPAQ PRESARIO SR5410F</p> <p>Processor Intel Core 2 Duo Memory 1 GB DDR3 Video graphics Intel GMA 3100 Hard drive 320 GB</p>



Instituto Nacional de Estatística
Produção e difusão de estatísticas fiáveis,
transparentes e comparáveis a nível internacional



AV. Cidade de Lisboa, nº 19, CP 116 - Praia - Cabo Verde
Tel. +238 2613827/3960/3573 - Fax: +238 2611656 - inecv@ine.gov.cv - www.ine.cv

Presos políticos de '77 quer reconhecimento do contributo

Letícia Neves

Jorge Joaquim "Carrasco mecânico" Soares e João de Deus "Chá" da Luz são dois dos cidadãos que se pode chamar de presos políticos de Cabo Verde pós-Independência. Em 1977 fizeram parte do grupo que resolveu enfrentar o regime do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), almejando a abertura política. Tanto assim é que estavam ligados à movimentação que decorria no país, sobretudo em São Vicente e Santo Antão, para a instalação da União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), ainda que num quadro de "absoluta" clandestinidade.

"Carrasco" lembra que decidiu juntar-se ao movimento para a criação da UCID em São Vicente, depois de ver, continuamente, a sua irmã a ser maltratada pelo marido, César Abreu, que, por ser polícia, não recebia qualquer punição das autoridades. "Fui diversas vezes à Polícia quando via a minha irmã toda espancada, com perigo até de morrer. Também recorri a Belmiro Gil, que naquele tempo era o procurador, mas nenhum deles levantou uma palha contra os abusos de Cesinha", conta "Carrasco" "que decidiu, então, juntar-se a outros elementos que normalmente reuniam na casa de Tói de Forro. "Decidi juntar-me a eles para ver se conseguia ver justiça nesta terra", salienta.

Uma das funções de "Carrasco" seria, então, fazer espalhar panfletos. Normalmente escolhia atirar ao vento nas zonas de Carreira

João de Deus Chá da Luz

“
Fomos corajosos em enfrentar esse monstro que foi o PAIGC nessa altura”



» *Prisões arbitrárias, ameaças e torturas, inclusive com recurso a choques eléctricos, fazem parte do tratamento dado aos homens que enfrentaram, no período pós-Independência, o regime de partido único em Cabo Verde. Agora, alguns desses presos políticos querem que seja reconhecido o seu contributo à democracia e àquilo que o país é também hoje.*

de Tiro-Madeiralzinho e na Ribeira de Craquinha. "Na verdade, escolhia esses lugares porque queria que os panfletos entrassem nos comandos e que as tropas se apercebessem deles", revela.

"Carrasco" acabou por ser preso, em Março de 1977, e encarcerado na cadeia de Ribeirinha, por cerca de oito meses, onde diz ter sofrido várias torturas tanto físicas como psicológicas. Houve uma segunda vez em que ele, por ter contado as mazelas que passou na pele (algo a que estavam terminantemente proibidos de fazer), voltou à prisão. Desta feita, conforme conta, também, foi pior porque foi levado para o isolamento, na chamada "Alpina", onde praticamente não vira a luz solar por mais de um mês.

Más-lembranças

Quanto ao caso de "Chá", como taxista, apenas era chamado para fazer fretes e levar as pessoas que, normalmente, espalhavam os mesmos panfletos. "Nós, os taxistas, não sabíamos de nada, simplesmente fazia o meu trabalho de transportar pessoas e foi uma única vez que levei duas pessoas ao pé de Monte Verde, Lela d' Drogaria e Antonin Papata, que estavam com maços de papéis debaixo dos braços. Mas não poderia perguntar o que eles iam fazer", conta "Chá".

Dias depois teve o seu carro apreendido e ele mesmo levado para a cadeia da Ribeirinha, durante um mês, sem saber o que tinha feito e sem entender o porquê de estar fechado. Só depois desses "eternos" 30 dias, "Chá" foi ouvido, e, por dizer

em to à democracia

Jorge Carrasco mecânico Soares



que não poderia perguntar a um cliente o que levava consigo, acabou por levar mais três meses de prisão.

Tanto "Chá" como "Carrasco", só foram libertos depois de pagarem uma fiança de cem contos, que naquele tempo "era muito dinheiro", mas, ainda, dizem carregar tudo no corpo e na memória. Lembranças essas que nem gostam de remexer: espancamento, dormir no chão frio, tomar banho de sol só de vez em quando, descargas de choques eléctricos e o verdadeiro lugar das "tormentas" em João Ribeiro, Chã de Alecrim. Lugar para onde a polícia política cabo-verdiana levava, um por um, os presos para serem torturados de diversas formas, inclusive com o risco de se forjar um suicídio derivado

de uma queda do precipício.

Reconhecimento

Nos bastidores, essas prisões "arbitrárias" eram justificadas aos olhos do povo com os argumentos vários, como os de que esses presos pretendiam matar crianças, envenenar a água de Jaida (actual Electra), colocar bombas nos depósitos de combustíveis da Shell, liquidação de alguns dirigentes do PAIGC e outros. Argumentos esses que justificavam, também, as torturas feitas, e que, segundo "Carrasco", foram as causas da morte de Tói de Forro, Titino Boxeur, Lulú Marques, Elóy Silva, entre tanto outros.

"Não restam dúvidas de que fomos corajosos em enfrentar esse monstro que foi

o PAIGC nessa altura", afirma Carrasco, que gostaria, agora, que, pelo menos, o Governo reconhecesse o contributo que esse grupo de cidadãos deu à democracia. Um reconhecimento à semelhança do que está sendo feito com os combatentes da liberdade da pátria. "Eles lutaram pela Independência, mas não lutaram para que o povo fosse livre de tortura que o próprio PAIGC/CV cometeu na altura", desabafa.

Enfim, uma "recompensa" pelo sofrimento passado e que estão à espera desde a abertura política e tomada do poder pelo MpD, e que, também, já fora mencionado, há alguns anos, pelo Primeiro-ministro José Maria Neves, neste caso, para "limpar a imagem do seu partido, PAIGC/CV", enquanto causador dos males atrás mencionados.

PUB

dp
don paco
HOTEL

Aproveite o Verão conosco.
Reserve o seu quarto e obtenha descontos fantásticos.

Email: gerencia@donpacohotel.com Tlf. 00238-2319381
Mindelo, Republica de Cabo Verde.



MAIOR VARIEDADE DE PRODUTOS

CALÇADOS - MALETAS - CARTEIRAS - BOLSAS E CINTAS

DA MELHOR QUALIDADE AO ESTILO DA MODA

Visite - nos em Mindelo - Praia - Espargos e Santa Maria

Objectos com história

» Resgatamos e publicamos alguns objectos que, por altura da Independência, a 5 de Julho de 1975, eram muito utilizados em vários lares de Cabo Verde. Portanto, instrumentos com estória... e história, com muitos deles em desuso, sendo, por isso, desconhecidos de muitos dos nossos leitores, principalmente, os mais jovens.



Ferro de engomar a carvão



Podogó (Candeeiro)



Lanterna Petromax ou Kitson



Gira-discos



Fogão prima



Transporte de água

40 Anos da Independência de Cabo Verde

Cabo Verde está a comemorar os seus 40 anos como país independente. A independência, que ocorreu a 5 de Julho de 1975, foi o culminar de todo um processo que vinha do passado. No entanto, a primeira mudança política em Cabo Verde deu-se com o 25 de Abril de 1974 em Portugal. O Movimento das Forças Armadas, MFA, depôs o regime de Marcello Caetano e estabeleceu chamado os 3 DDD, Democracia, Democratizar e Descolonizar.

Pluralismo político de Abril a Dezembro de 1974

Com o 25 de Abril, foram libertados os presos políticos, depois regressaram a Cabo Verde Combatentes do PAIGC, líder da UPICV, Dr. José Leitão da Graça, e outros exilados. A partir do 25 de Abril de 1974, até ao mês de Dezembro do mesmo ano, vivia-se o pluralismo político em Cabo Verde. As pessoas exprimiam, livremente, as suas opiniões e três partidos políticos estavam na arena política, PAIGC, UPICV e UDC. Cada um divulgava o respectivo programa, faziam comícios e tinha acesso à comunicação social, etc. Com acordo estabelecido em Lisboa, em Dezembro, entre o Governo Português e o PAIGC, acordo esse que iria conduzir o país à independência nacional, iniciou-se novo ciclo político. As pessoas consideradas anti-PAIGC, apelidadas de reacçãoárias, eram presas e conduzidas à Prisão no Tarrafal. O PAIGC ficou sozinho e outros partidos desapareceram da cena política em Cabo Verde.

Eu me lembro de ter visto carro da tropa portuguesa ir à Esquadra da Polícia no Platô buscar os presos para serem levados à cadeia no Tarrafal. Por outro lado, lembro a aflição que atingiu uma família vizinha na Achada Sto. António porque o marido tinha sido preso. A mu-

lher e os filhos choravam, incansavelmente, e os vizinhos foram-lhes prestar o apoio e a solidariedade.

O esquerdismo no liceu "Domingos Ramos"

Estava no então 2º Ano do Ciclo Preparatório. O Ciclo funcionava juntamente com o Liceu no actual Liceu "Domingos Ramos", na Praia. No ano lectivo 74/75, alguns professores vieram de Portugal onde interromperam os seus cursos universitários para ajudarem o PAIGC na luta política em Cabo Verde. Com chegada desses professores, houve uma mudança no Liceu, pode-se dizer de 360º, com o passado. Um deles foi meu professor de desenho e lembro-me, pela primeira vez, ter dirigido a ele e cumprimentando-o, tratando-o, pelo "Sr. Professor", respondeu-me, "Não sou senhor, mas colega". O mais interessante que acho deste professor, é que nos pedia para desenhar figuras revolucionárias. Assim, desenhávamos Mao-Tse-Tung, Che Guevarra e Lenine. Naquela altura, eu nem sabia quem eram estas personalidades. Com a tomada de posse do Governo de Transição, o liceu passou a ser dirigido por um Conselho composto por alunos, funcionários e professores. Decisão para a mudança do nome do estabelecimento foi tomada numa reunião composta por alunos.

Vigilância nas praias do mar

O PAIGC receava que o país pudesse ser invadido por estrangeiros para perturbar o processo da independência. Desta forma, apelou aos jovens e adultos para fazerem vigilância nas praias. Prainha, São Martinho e outras eram vigiadas à noite. Contam-se muitas cenas ocorridas nessas praias que hoje fazem rir às pessoas. Uma tartaruga estava a aproximar da terra para desovar e os vigilantes, com medo, pensaram que

os inimigos estavam a invadir Cabo Verde e abandonaram o local a correr.

O vibrante discurso de Vasco Gonçalves

Foram várias cerimónias que tiveram lugar no dia 5 de Julho. Chamou-me atenção o vibrante discurso do Primeiro Ministro de Portugal, Vasco Gonçalves. Elogiou Amílcar Cabral, condenou a Prisão no Tarrafal criado pelo regime anterior e saudou a independência. Recordo ainda a mensagem lida que o Papa Paulo VI enviou. Pude ver o desfile de vários grupos, jovens, trabalhadores e outros.

Abertura política poderia ter sido feita antes de 1990

É um facto que não se pode negar que o nosso país desenvolveu muito depois da independência. Cabo Verde de hoje é diferente daquilo que era em 1975. Entretanto, temos ainda grandes desafios a vencer.

Abertura política poderia ter sido feita antes de 1990. Como não foi feita, fomos arrastados pelo vento que fez cair o Muro de Berlim. O fim da guerra fria e o apelo feito pela França, através do Presidente François Mitterand, de que os países que

não fizessem as reformas políticas não iam receber ajuda, contribuíram para mudança política em África, com o fim do monopartidarismo e o surgimento do pluripartidarismo.

Só que Cabo Verde teve dois momentos para o fazer e não o fez. Em 1980, com o golpe de Estado na Guiné Bissau que pôs o fim a união entre os dois países. Estando desligado dos seus camaradas da Guiné, Cabo Verde poderia escolher outra via política. A segunda oportunidade foi no Congresso do PAICV, em 1988. O Congresso autorizou abertura económica, mas mandou para as calendas gregas a tão desejada reforma política. O resto é o que se viu.

A reconciliação, como foi instituída, mostrou-se insuficiente

Com a mudança política em Cabo Verde, a independência e o período a seguir, houve excesso em Cabo Verde. Falo de prisões sem culpa formada, deportação de cabo-verdianos para Portugal, etc. Não se pode atribuir culpas exclusivas ao PAIGC ou PAICV pelo que sucedeu no nosso país. O Governo Português teve também a sua quota de responsabilidade porque Cabo Verde era uma colónia de Portugal e as prisões começaram antes da independência.

O Governo de José Maria Neves teve bom senso em publicar um diploma sobre a reconciliação. O diploma permite as pessoas que, por razões políticas, tinham perdido seu emprego, sua reintegração no mesmo e aqueles que também, por razões políticas, ficaram despossuídos dos seus bens, a restituição dos mesmos ou a compensação.

Mas a reconciliação deveria ultrapassar a publicação de um diploma. Deveria haver um organismo para as pessoas exporem, publicamente, o que lhes aconteceu. Ademais, nem houve um pedido de desculpa oficial pelos actos praticados.



OPINIÃO

Bruno Spencer

“

A reconciliação deveria ultrapassar a publicação de um diploma.

Deveria haver um organismo para as pessoas exporem, publicamente, o que lhes aconteceu

”

Nascidos em 1975

» A NAÇÃO desafiou este naipe de cabo-verdianos, nascidos de Janeiro a Dezembro de 1975, para olharem para a sua própria vida, e, ao mesmo tempo, do país que os viu nascer. O resultado fala por si.



José Felisberto Pereira, Santiago, Janeiro, desenhador

-Enquanto elemento da geração de 1975, sinto-me como um daqueles que luta, todos os dias, para o desenvolvimento de Cabo Verde, ajudando ao mesmo tempo o seu próximo. Com isso avalio a minha vida de forma positiva, graças a Deus. Desde logo porque consegui realizar muitos sonhos, designadamente ter uma profissão e um emprego, casa própria, mas também de ser muito responsável por mim mesmo e por pessoas que me são próximas. Nestes anos, ao longo da vida, também já tive oportunidade de conhecer vários países, o que me permitiu alargar os meus horizontes.

A nível do desenvolvimento do país, reconheço que houve ganhos significativos, nomeadamente nas áreas da educação, saúde e infraestruturas. Mas falta ainda melhorar o sector do emprego, da segurança e da redução da pobreza. Sem isso poderemos comprometer os "ganhos" da independência.

Hoje, chegando aos 40 anos, meus e da independência de Cabo Verde, o meu grande sonho é ver os governantes trabalharem mais em prol das pessoas mais carenciadas. Isto no sentido de reduzir a pobreza sobretudo na camada jovem e assim proporcionar mais igualdade e oportunidade entre as pessoas. Da minha parte vou esforçar-me ainda mais para continuar dar o melhor de mim, como cidadão.



Teodolinda, Santiago, Janeiro, professora

- Não digo que foi muito bom mas foi razoável estes "40 anos". Evoluímos igualmente, eu e o meu país; Cabo Verde desenvolveu-se bastante e o meu nível de vida também. Fiz um curso superior, daqui a nada termino a monografia da minha licenciatura. Tudo isto considero um avanço.

De bom, nos 40 anos da minha vida, apenas a minha profissão. De mau passei muitas coisas que se contar agora não saímos daqui; já tive muitos problemas, a nível financeiro, por exemplo. Em 2010 tive um bebé não planeado, estava a aguardar a reclassificação porque terminei o curso desde 2006, estes factos marcaram-me muito. O meu filho adoeceu, estive internada e vi uma clara discriminação por causa do meu status social. Existe ainda muita desigualdade em Cabo Verde, aqui reina muito o verbo ter, sobretudo na Praia. Valoriza-se muito isso.

Sonho abrir um jardim infantil para dar aquilo que vejo que as crianças não têm, como carência no comportamento e ensino. Cabo Verde deve continuar a procurar apoios para construir desanlizadoras e aproveitar água do mar para podermos fazer a cultura de regadio. Os resultados disso seriam benéficos para as pessoas e o ambiente.



Talina Ben'Holiel Pereira, Santiago, Fevereiro, antropóloga

-A minha caminhada, como cidadã cabo-verdiana, está a ser tranquila, de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional. Julgo que o país me proporcionou um ambiente estável e saudável que permitiu eu ser a pessoa e a cidadã que sou hoje. Nasci e cresci com o amparo de uma família, pude fazer os meus estudos superiores no exterior, tive a sorte de vivenciar a experiência da maternidade e o contribuir profissionalmente para desenvolver o meu país. Isto são aspectos, entre muitos, de que me orgulho, nestas minhas quarenta primaveras.

Atingir um estágio de crescimento pessoal que me permita, independentemente de onde estiver, contribuir para o crescimento da humanidade, é o meu objetivo na fase actual da minha vida. Para Cabo Verde desejo que tenha um Estado que busque por um desenvolvimento estribado no bem-estar social de todos os indivíduos e uma nação mais interessada e consciente dos benefícios do estudo e do saber.



Vanilde Oliveira, São Vicente, Fevereiro, assistente de direcção

-Nestes 40 anos vi Cabo Verde a transformar-se e a evoluir a nível da educação, das instituições políticas, das religiões, do comércio, do turismo, mas também alguns pontos menos bons. Fui notando mudanças no ensino primário por exemplo. Sou da época em que se cantava-se o hino nacional, ensinava-se a ser um patriota nas escolas, ensinava-se a nossa história, havia desfiles de 1 de Junho, sabíamos quem eram os membros do governo, etc. Hoje, tudo é diferente, o que é normal, até os métodos de ensino mudaram. As instituições mudaram também bastante e para melhor. Isto, se compararmos os serviços que tínhamos nos anos 80 por exemplo.

A nível do comércio, é divertido ver que temos hoje quase de tudo. Em São Vicente, como refrigerante, tínhamos o "supirinha", galinha era só pelo Natal, fazíamos fila para comprar ovos... Havia, algumas vezes, rupturas de stock de farinha, por exemplo. Hoje temos quase tudo, vários preços e qualidades.

Pessoalmente, evolui bastante, a vários níveis. Fui estudar, tenho uma filha, tive sempre bons trabalhos, fiz sempre o que gosto. Sem dúvida, o meu divórcio, a desconstrução da minha família, a sensação de ter regredido, mas com obrigação de ter que recomeçar, foram momentos menos bons do meu percurso. Esse momento, felizmente, está superado e novas perspectivas se abrem na minha vida. Sonho estudar mais, tenho alguns projectos pessoais, estou na idade de saber o que é realmente importante. Para o país espero que finalmente os governantes se voltem para a política social. Não se constrói uma sociedade sadia com os problemas sociais que as nossas cidades apresentam.

Rui Cruz, Santiago, Junho, músico

-Foi uma caminhada com muitos obstáculos, persistência, dedicação, amor e outros valores de qualificam Cabo Verde e indirectamente a mim, porque sou o reflexo do meu país, percorremos no mesmo sentido e ao mesmo tempo desde a independência, há 40 anos.

Na minha adolescência queixava-me por não ter sorte em nascer num país desenvolvido, queixava-me por não ter possibilidades de me realizar sonhos e vontades que me perturbavam. Tive a necessidade de estudar fora de Cabo Verde e isso foi uma "sorte", porquê? Lá fora sentia-me longe de todos e de tudo, as pessoas eram completamente diferentes, o mundo agressivo e um anonimato que me secava por dentro. Recorria-me sempre a Cabo Verde e às lembranças, isso devolveu-me a esperança, a realização como homem. Deu-me a simplicidade que é a qualidade humana mais de valor.

É irónico porque o sector político é o responsável pela nossa liberdade e democracia; de mau ainda pertence-lhe também o facto de haver uma tendência maior em dividir-nos consoante a cor ou as simpatias políticas de cada um; na época eleitoral, o povo sente-se valorizado e às vezes cai na cantiga, com um saco de arroz, betão armado, cestas básicas etc. Isto é brincar com a sensibilidade das pessoas, explorando as suas misérias. Precisamos ser realmente democráticos. No entanto, de um modo geral, basta que não haja diferença social e partidária, os sonhos e projectos fluem de forma natural.

**Oswaldo Chantre, Santiago, Maio, extencionista rural**

-A minha caminhada, juntamente com o Cabo Verde independente, foi tranquila, um país que acabou de ganhar a independência, com sérias de dificuldades e desafios, muitos dos quais consegui vencer. Acredito que havendo vontade de tornar o impossível no possível conseguimos alcançar os nossos objectivos. Pessoalmente, tive a sorte de evoluir junto com o país, que é livre e independente e sempre com a mesma vontade de superar e vencer as dificuldades.

Neste quase 40 anos de bom considero a forma que estou a dar a minha contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde. Graças a Deus até hoje não tenho nem guardo más recordações. A nível do país, hoje, a questão de segurança é um grande desafio e deve ser resolvido, embora seja uma responsabilidade de todos. E quanto aos meus sonhos e projectos, para mim e para o país, é continuar dentro do possível a dar a minha contribuição para o desenvolvimento de Cabo Verde.

**Aristides Monteiro, Santo Antão, Maio, professor**

-A minha caminhada nestes 40 anos, junto com Cabo Verde independente, no geral, tem sido boa. Desde a independência, em 1975, foram criadas as condições para que os cabo-verdianos estudassem e caminhassem, de uma forma positiva, para o desenvolvimento do país. Formei-me e, desde 1999, no exercício da minha profissão, tenho contribuído para que esta caminhada seja cada vez mais profícua.

Nestes 40 anos aconteceu-me tudo de bom que poderia acontecer e se aconteceu alguma coisa má ela foi absorvida pelas boas. O facto de estar vivo, de poder estabelecer e fortalecer relações com familiares e amigos e partilhar conhecimentos com colegas de trabalho foram e são as melhores coisas que me aconteceram ao longo destes anos. Continuar a evoluir profissionalmente, de forma a conseguir melhores condições de vida e de trabalho, é meu principal projecto para o futuro. Quanto ao país, perspetivo que continue a desenvolver-se, proporcionando aos cabo-verdianos melhores condições de vida, a nível da saúde, educação, emprego, segurança, etc.

**Leila Miranda, São Vicente, Julho, funcionária da Emprofac**

-Por aquilo que oiço dos meus pais e avós, Cabo Verde é um país que se desenvolveu em todas as áreas e nós que nascemos com, ou depois, da independência tivemos condições para crescermos e sermos o que hoje somos, tanto a nível pessoal como profissional e colectivo. Com as condições criadas, muitos de nós puderam sair para estudar e assim voltarmos com brio e vontade para fazer e aprender cada vez mais.

São muitas as coisas boas que me aconteceram nestes 40 anos, de tal modo que não consigo sequer ver as ruínas, mas sim algumas que me obrigaram a parar, a reflectir, e a ver o que devia ser mudado. Quero continuar a aprender e com isso contribuir, ainda mais, para o desenvolvimento desta terra que muito amo. Também gostaria que num tempo em que tanto se fala em desemprego, todos os jovens pudessem ter a oportunidade de se formar e ter sucessos na vida. Temos condições de continuar a ambicionar mais e melhor.

**Hirondina Delgado, Santo Antão, Setembro, recepcionista**

-Juntamente, com estes 40 anos da independência nacional, tive uma trajetória que considero boa. Consegui alcançar alguns dos objectivos que tracei, tanto a nível económico como educativo. À semelhança do nosso país, tive momentos altos e baixos, houve momentos difíceis e não foi fácil superá-los. Sou oriunda de uma família muito humilde, tive o meu primeiro filho aos 16 anos – na altura havia pouca informação sobre educação sexual, sobretudo nas regiões rurais como Santo Antão –, e por causa disso, tive que abandonar a minha ilha natal no que acabei por vir para Santiago, por ser a ilha que poderia oferecer-me uma vida melhor. Também tive problemas com o desemprego, dado que o nível de escolaridade que eu tinha não era suficiente para procurar um bom trabalho.

Felizmente, hoje sim sinto-me realizada, tenho três filhos e acredito que dias melhores virão. Espero que nos anos vindouros Cabo Verde possa ter capacidade de solucionar o problema do desemprego jovem, que os governantes invistam mais na saúde e na qualidade de educação. Acredito que podemos fazer mais e melhor por nós e pelo nosso país.



Josina Fortes, São Vicente, Outubro, dinamizadora cultural

Só o facto de ter nascido independente já é uma grande vitória, porquanto, baseando-me nas histórias e testemunhos que os nossos pais e irmãos mais velhos contam, podemos ver o quão felizardos somos por termos nascido em 1975. Evolui e continuo a evoluir, à semelhança do país, só que, tal como Cabo Verde, há momentos que se cresce mais rapidamente, outros em que o índice mantém-se ou cresce num ritmo menos desejado. Mesmo assim, o importante é ter sempre o foco de que a evolução deve ser uma constante, daí a importância de ter sempre novas metas.

O bom de ter nascido "independente" é que me deu chances de viver outras experiências, que os meus pais não puderam sequer sonhar. No meu caso, a minha área de formação é a arte; se tivesse nascido antes, o meu percurso, provavelmente, seria outro, ou muito mais difícil. É por isso que eu digo que a independência alargou o horizonte de todos os cabo-verdianos, a começar por mim.

Nesta hora de balanço, em vez de coisas más, prefiro falar em coisas "menos positivas". Uma delas é o facto de a minha geração, muitas vezes, valorizar mais o ter e esquecer-se do ser. Da parte que me toca, um dos meus sonhos é continuar a trabalhar na área de que gosto e ver Cabo Verde a trilhar novos caminhos para uma maior evolução de todos nós.



Miguel Monteiro, Fogo, Dezembro, economista e deputado

Evoluí muito, tal como o país. É preciso não esquecer que de um país inviável, passámos a ser um "país referência" em África. Ainda me lembro de acordar cedo para ir comprar cuscuz, pois, tinha havido crise de farinha e não havia pão nas padarias. Imagine se não houvesse a abertura económica nos anos 90, ainda estaríamos na mesma situação.

Sim, o país evoluiu muito, e penso que também o fiz.

Muita coisa de bom aconteceu-me nestes 39 anos (farei 40 em Dezembro), mas gostaria de destacar o acesso ao ensino superior em Portugal, por via da minha média (17) no ano zero. Com isto tive a possibilidade de ter uma bolsa da cooperação portuguesa, que me permitiu fazer o curso que quis (gestão de empresas) e vir a trabalhar inicialmente numa grande empresa, a Pricewaterhouse Coopers.

Graças a Deus, posso dizer que nada de mau me aconteceu nestes 39 anos. Espero que assim continue. Projectos futuros, ter uma família feliz e sucesso profissional. Para Cabo Verde, ser um país onde os jovens tenham oportunidades, possam sonhar e, tal como eu, constituir família. Sonho também com um país desenvolvido daqui a 10 anos, onde as promessas sejam cumpridas!

Edson Vasconcelos, São Vicente, Outubro, gráfico

Eu, por ser um "independente", já que nascido em 1975, considero um orgulho Cabo Verde estar no estádio em que se encontra e de eu próprio ter participado, de alguma forma, nesta caminhada. Apesar dos problemas, o país está num bom caminho. Nestes 40 anos, evoluímos muito em todos os aspectos, e, mais uma vez, sinto que eu também evolui nessa mesma linha.

Trabalho na área das artes gráficas e quero dar o meu contributo para fazer evoluir Cabo Verde ainda mais. Pouco a pouco, o país acabará por atingir os seus objectivos, com cada um na sua posição a fazer pelo bem desta terra; se no global, as coisas correram bem é porque as específicas fizeram com que tal acontecesse. Já a parte ruim, acredito que deva ser deixada de lado neste momento em que festejamos os nossos 40 anos.



Carla Lima, Santo Antão, Dezembro, jornalista

Evolui de forma normal, penso. Consegui estudar, fazer a minha formação superior, tenho um emprego na área que sempre desejei. Dentro das possibilidades, tenho conseguido realizar aquilo que projectei. Acredito que só consegui isso tudo porque o país teve um crescimento ao longo destes 40 anos que permitiu dar aos seus cidadãos estas condições.

Sobre o país, é difícil apontar tudo, mas destaco o avanço que Cabo Verde teve na educação e formação de quadros. Tendo em conta os níveis de escolaridade e alfabetização que tínhamos em 1975 e os níveis actuais, acredito que este é o nosso grande ganho. Mas podemos dizer que no domínio da saúde também temos ganhos importantes, assim como na melhoria das infraestruturas. De mau, tenho que destacar o aumento da violência, que é um mal que precisamos combater.

Vivi (risos) muitas coisas. Consegui estudar, viajei, conheci outras culturas, tive a minha filha (que é o meu tesouro). Enfim, a vida seguiu o seu rumo e honestamente não me posso queixar. De mau, as perdas naturais da vida, como o falecimento da minha mãe e da minha avó. Futuro para mim é ver a minha filha crescer num país cada vez mais justo, mais livre e com melhores condições de vida. Em relação a Cabo Verde, espero que o país consiga reduzir os níveis de desemprego que aflige, principalmente, a camada jovem, consiga resolver a questão da violência, etc. Também espero que o país possa continuar a crescer. Espero, enfim, que consigamos construir a nossa política fora da bipartidarização que tanto nos tem marcado nos últimos 25 anos.

Os mesmos 40 anos que a Independência

» *Miriam Coelho é uma sanvicentina que, no próximo dia 16 deste mês de Julho, completa 40 anos. Quatro décadas de vida que foram vividos neste país, independente também há 40 anos, zigue-zagueando entre o bom e o menos bom.*

PERCURSO

Letícia Neves

Miriam Coelho nasceu em São Vicente a 16 de Julho de 1975, poucos dias depois de ter sido proclamada a Independência de Cabo Verde, a 5 de Julho. Enquanto o país dava os primeiros passos para se erguer e construir, esta sua filha, Miriam, também tratou de gatinhar e, aos dois anos, tempo de que conserva as primeiras recordações, vai morar na zona de Fonte Cônego, de onde só saiu recentemente, em 2013.

“Tive uma infância bastante feliz, já que na minha zona havia muitas crianças dessa geração 75-76 e brincávamos livremente nas ruas, ainda de terra batida, fazendo os diversos jogos, como cartas, casamento inglês, malha e tantas outras brincadeiras que as crianças de hoje não conseguem saber o sabor”, conta.

Tempos esses em que o subdesenvolvimento ainda era evidente nestas ilhas, dependentes da ajuda externa e com grave limitação de recursos. Ainda assim, a simplicidade desses tempos deixou marcas de sa-



dades em Miriam. “As roupas e os sapatos que recebíamos no Natal tinham que ser poupados para durar até o próximo. A mesma coisa acontecia com os brinquedos que não deveriam ser estragados até as próximas festas. Por isso é que sabíamos dar mais valor às coisas”, releva.

O mesmo valor também era atribuído à educação naquele tempo, inclusive imposta pelos chamados “Polícias de zona”. “No Fonte Cônego havia uma senhora que tinha essa distinção e tínhamos o maior respeito por ela. Aliás, o respeito alargava-se a todas as pessoas adultas que tinham o direito de nos educar, tal como se fossem nossos pais”, lembra Miriam.

Nos anos 90

No início dos anos 1990, deu-se a abertura política, mas Miriam não se apercebeu muito disso, mais preocupada em viver a sua adolescência. “Os meus pais não eram muito ligados à política, nem os via discutir sobre isso em casa. Mas lembro-me de um tio que brigava muito por essas coisas e até fora preso pela PIDE (polícia política portuguesa), no período colonial”.

De resto, os focos estavam voltados para os namoricos e os passeios na Praça Nova, com a inexistência da palavra insegurança. “Íamos à Praça e voltávamos a pé para casa, ficávamos até às tantas da noite, a conversar, ao pé da porta. Caso surgis-

se uma briga, normalmente, brigava-se braço a braço e não com armas, como acontece actualmente”, lamenta.

Era também tempo de se preocupar com a formação académica. Miriam, que fez o ciclo preparatório na Escola “Jorge Barbosa” (Liceu Velho), completou os estudos secundários no Liceu “Ludjero Lima”. Um modelo de ensino que acredita a ter preparado muito bem para o mercado de trabalho, tanto assim é que a maior parte dos jovens da sua geração, a começar por ela, são pessoas bem sucedidas e com bons empregos.

Talvez tenha sido porque os motivos de distração eram muitos poucos, como a televisão que muitas vezes tinha que ser vista no vi-

zinho (“na casa d’gent”), os livros também não eram assim tantos, o que obrigava a pedir emprestado ou então fazer trocas.

“Hoje em dia, quase todas as pessoas têm uma televisão em casa, só se ouve falar em ‘smartphones’ e ‘tablets’. Evoluções que, por um lado, são bons porque com eles pode-se ter acesso à informação com apenas um clique, mas torna as pessoas sedentárias e robotizadas. Eu, que gosto de coisas simples, sinto falta do contacto humano que tínhamos antigamente, das festas de amigos que apareciam do nada, só por estarmos sempre juntos”, salienta.

Entretanto, mesmo saudosista, Miriam reconhece que a evolução era necessária para que o país não ficasse parado no tempo. No caso de Cabo Verde, constata que as evoluções são sentidas em todos os sectores e domínios, desde o da construção de infraestruturas como estradas, portos e aeroportos, à educação e saúde das pessoas. De tal modo que enaltece o aparecimento das universidades por permitirem o ensino superior mais perto, livrando os pais da incumbência de ter de enviar os filhos para o exterior e ficar com o “coração na mão”. Essa possibilidade que já lhe deixa um pouco mais descansada quando olha para o futuro do seu único filho, de 11 anos.

Enfim, aos 40 anos, Miriam Coelho diz ainda ter muito que viver, assim como Cabo Verde, até porque ainda se sente na “flor da idade”... “Não sinto se tenho todos esses anos. Às vezes, até digo que estes 40 anos me foram emprestados e esqueci-me de os devolver” (Risos).

Navegando nas ondas



DEPOIMENTO

João Almeida

Dei por mim nestes dias a pensar, bastas vezes, em Monte Trigo, uma aldeia piscatória de Santo Antão, onde ouvi os primeiros sons de vida ainda a independência era um bebé de colo.

Penso em Monte Trigo não por saudosismo ou saudades. Não gosto de viver com olhar fixado no passado; nem tenho motivos para ter saudades do local onde eu nasci por mero acaso quando os meus pais (a mãe oriunda da Ribeira das Patas e o pai, do hoje quase deserto Pascoal Alves) lá aportaram. Meu pensamento virado para Monte Trigo faz-se por um curioso paralelismo com a minha trajectória de vida de menino (da beira-mar e do campo), de adolescente e jovem da periferia de São Vicente e de homem em trânsito.

Recordo como deixei Monte Trigo quando, empurrados pela necessidade de oferecer aos filhos a instrução liceal que a vida lhes negara, os meus pais empreenderam o caminho de São Vicente. Um dos novos de uma família que já tinha dois membros a estudar na cidade do Mindelo, arrumei o pouco que possuía antes de completar sete anos de vida e embarquei na minha primeira experiência migrante. Para trás deixei duas ou três dezenas de casas cobertas de palha, uma praia de areia negra, o peixe fresco que íamos buscar à beirinha do mar, quando "Natal" (o bote de pesca que os meus pais entretanto adquiriram) regressava da faina, os meus coleguinhas de infância com quem brincava no areal ou no campo de futebol que ficava ao lado da minha casa.

Estávamos nos idos 1982, raras eram as pessoas em Monte Trigo que podiam gabar-se de ter um bote a motor ou um colchão com o mínimo de conforto para descansar após a labuta diária. Dormia-se no chão aos montões (famílias numerosas dividiam um ou dois quartos), numa esteira ou, quando muito, num colchão

enchido com florzinha colhida nos campos e nas veredas ao sopé do Topo de Coroa. Muitos refugiavam-se à beira do mar nas noites de calor sufocante e por lá pernoitavam fazendo companhia às ondas. Só lamparina ou cafuca interrompia a temerosa escuridão nas noites em que a lua não se fazia companhia dos madrugadores.

Monte Trigo era a terra do bom e saboroso peixe fresco, mas, também, de um calor penetrante que forçava o consumo avassalador da água com elevada concentração de fluoreto. Água essa que manchava os dentes das pessoas logo à nascença (os meus, inclusive) e que tira a muitos o prazer de abrir um sorriso largo.

Nessa altura, até para fazer o exame de quarta classe os meninos tinham que se deslocar ao Tarrafal de Monte Trigo. A viagem durava cerca de 45 minutos num bote a motor ou duas horas a pé.

Passaram os anos, segui a minha vida em São Vicente, fiz a escola primária a saltar de uma sala arrendada à outra, até o antigo quartel em Alto de São João ser transformado em escola para acolher alunos de Fernando-Pó, Ribeira de Craquinha, Fonte Francês e alguns repetentes de Bela Vista e Monte Sossego. Lá fiz a quarta classe, numa altura em que

os meus coleguinhas de infância terminavam também essa etapa em Monte Trigo, já sem necessidade de se descolar a Tarrafal.

Fiz o ciclo preparatório e o liceu, enquanto Monte Trigo ganhava mais casas, agora não mais de pedra e barro. Vieram as lajes, cimento, blocos maciços. Mal dei conta desse crescimento do local onde eu nasci porque voltei lá, poucas vezes, durante a década de 1980.

Concluído o liceu já em um Cabo Verde de democracia multipartidária, deixei o país, tal como muitos da minha geração e da anterior, para estudar lá fora. Fi-lo por duas vezes, sem voltar a pisar a praia do Monte Trigo. A vida desviou-me para outros rumos, outras trajectórias e, sempre que pensava na aldeia, vinham-me à cabeça as tardes tórridas do Verão.

Sol abafadiço & bendito

Longe estaria eu em imaginar que o Sol, aquele Sol cuja incidência faz a areia preta brilhar e provoca um calor asfixiante, transformaria Monte Trigo auto-suficiente no que à energia diz respeito. A novidade e a tecnologia chegaram em 2012 e, hoje, a central fotovoltaica (100% renovável, gaba-me um dos dois jovens que monitoram os painéis!) fornece energia limpa aos lares das gentes da terra que me viu nascer. Em 2013 lá voltei, finalmente, 18 anos após a minha última visita. Fui ver com os meus próprios olhos as noites iluminadas pela luz artificial. Bebi, como que a vingar a sede que guardava na minha memória de menino, uma garrafa de água fresca, não mais tirada do velho pote de barro, mas do frigorífico. Assisti, com pouca paciência é certo, as partes de um jogo qualquer que passava num canal estrangeiro. Lá tem parabólica que liga a aldeia ao mundo!

A vida no Monte Trigo transfigurou-se, para muito melhor. Há luz à noite e um colorido de dia porque a maioria das casas

está pintada ou caiada. Mas há algo que insiste em não se alterar: vias de acesso. Tal como há 40 anos, chegar de carro ao Monte Trigo continua a ser uma miragem. Ou alguém sai de lá numa embarcação de pesca; ou se faz a trajectória até Tarrafal, para, de madrugada, apanhar um carro rumo a Porto Novo e de lá seguir para outras viagens.

A minha vida também mudou bastante desde que deixei Monte Trigo no dia 20 de Setembro de 1982, primeiro num bote, para depois embarcar num dos três navios chamados Arca Verde I, II e III, que chegaram ao país com a Independência. Reconheço saltos que este país deu e o que as políticas públicas proporcionaram-nos. Poucos de nós (falo de nós que viemos das aldeias e dos lugares longínquos) teríamos a oportunidade de estudar ou adquirir diplomas, se não tivéssemos acesso à educação pública gratuita e a bolsas de estudo.

Entretanto, não deixo de lançar um olhar crítico a este país onde há ainda muitas famílias que mal conseguem levar a panela ao lume uma vez por dia. Moram em barracos. Escrevo-o para não cair, desavisadamente, na conversa do outro que se quer promover à custa da desgraça dos outros. Faço-o porque vivo num bairro periférico de São Vicente e vou, quando posso, ao interior de Santo Antão. Não fecho os olhos ao que passa ao meu redor e sei quanto custa a muita gente neste país de rendimento médio comprar um quilo de arroz para dar de comer aos filhos. Não me sai da cabeça a imagem da senhora em Horta Seca (São Vicente), quando, em conversa com uma vizinha, manifestava o seu contentamento porque, naquele dia, tinha conseguido o almoço para a família: levava, num pequeno saco transparente, com cerca de um quilo de arroz, duas minúsculas cavalas e pouco mais do que isso.

Tão feliz com tão pouco para cumprir o seu dever de mãe

“
Tal como há 40 anos, chegar de carro ao Monte Trigo continua a ser uma miragem. Ou alguém sai de lá numa embarcação de pesca; ou se faz a trajectória até Tarrafal para, de madrugada, apanhar um carro rumo a Porto Novo e de lá seguir para outras viagens.”

40 desde Monte Trigo

solteira (como muitas neste torrão), quando outros sugam o Estado, fazendo uso de estratégias ludibrias para receber dos cofres públicos dois ou até três salários e assim sustentar uma vida luxuosa ou quase isso. Nada contra, sublinho para clarear, quem por esforço próprio, trabalho e criatividade honesta consegue levar uma vida folgada. Merece aplausos, aliás, num país que se fez e que se faz de sacrifícios e abnegação.

Esse olhar crítico centra-se nos malabarismos que fragilizam o Estado em nome de um egoísta bem-estar individual. Sobre esse tipo de coisas não

nos silenciamos e já colocamos à discussão casos de pessoas com mais de 200 contos de reforma que continuavam a receber outros rendimentos do Estado. Pelo menos um desses deixou de receber o suplementar. Mas continuam a haver muitos.

Desassossego recente

Para terminar, exponho um desassossego recente: gente da minha geração e de outras deixa-se seduzir por um mundo-fantasia e endivida-se no limite da (ir)responsabilidade ao ponto de chegar ao meio do mês sem um tostão furado

no bolso, ainda que, em muitos casos, o rendimento mensal próprio ou do casal seja superior a 150 ou 200 contos. Mais a mais, alguns caem nesse fosso não para investir em bens duráveis, mas sim, para sustentar um consumismo viciante - pessoal ou dos filhos.

Longe de mim estar a imiscuir-me na vida privada, por mera atitude moralista. Não. Trata-se, a meu ver, de um problema que tem repercussão social a olhos vistos. Basta ver quantos técnicos, funcionários públicos (e de empresas privadas) endividados que passam horas e horas ao telefone a desculpar-se com credores

ou a esconder-se, quando deveriam estar a produzir para justificar o respectivo salário. Quantos criam um clima tenso nos postos de trabalho, devido a dívidas aos colegas e assim influenciam negativamente a produção? Quantos pequenos negócios foram à falência por causa desse tipo de trapaça? Perguntem às donas das lojas (boutiques) como sofrem com isso? Quantos não entraram no caminho da dependência alcoólica após deixar de honrar os compromissos, e, por causa disso, foram dados como incapazes?

Só esse dado: estudo da Previdência Social indica que

11 pessoas foram para casa, com menos de 50 anos, só em 2014, devido a etilismo crónico. As camas dos hospitais estão abarrotadas de dependentes do álcool. A verdade é que nem os técnicos da área conseguem fazer uma ligação directa entre a dependência alcoólica e as dívidas, mas, quando chegamos aos 40 anos de país independente, temos de reflectir que rumo damos à vida. E, entre muitas outras questões, não se deve atirar para debaixo do tapete a do endividamento irresponsável, pois, poucas dúvidas me restam de que isso acarreta problemas sociais de vária ordem.

PUB



ELECTRA NORTE

CADASTRO CLIENTES

ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Caro Cliente!

No âmbito do projecto de melhoria do Cadastro de Clientes, colabore com a ELECTRA NORTE na actualização dos seus dados, entregando aos Balcões das Lojas, cópias actualizadas dos seguintes documentos:

- . Bilhete de Identidade, se reside em Cabo Verde, ou Passaporte se for emigrante;
- . Declaração NIF - N° da Identificação Fiscal

No acto da entrega dos documentos o cliente deverá fornecer o número do CIL (Código do Local de Consumo), que consta na Factura.

Para uma melhor comunicação entre si e a empresa, poderá também receber em sua casa, a visita dos nossos colaboradores, devidamente identificados, para recolha de outras informações (morada, contactos pessoais, emails, telefone).

Colabore connosco e ajude-nos a servi-lo melhor.

Para mais informações contacte-nos através do nº 8003045 (grátis)



Ano após ano o sector das Comunicações em Cabo Verde, como a espinha dorsal do desenvolvimento da Sociedade de Informação, tem vindo a ocupar um lugar cada vez de maior destaque com ganhos significativos não só para o tecido económico e empresarial, mas para todos os sectores de actividade do país.

A ANAC é a entidade responsável pela regulação técnica e económica do mercado das comunicações e do sector postal, assegurar a gestão e fiscalização do espectro radioelétrico, garantir a operacionalização do Serviço Universal garantindo não só a concorrência no sector como a defesa dos direitos do cidadão, no que diz respeito a preços, tarifas e qualidade de serviços e também a segurança das comunicações.

É uma entidade que vem dando o seu contributo para o desenvolvimento do país tendo como base três princípios fundamentais: A Confiança, a Independência e a Transparência.

Para cumprimento dos objectivos de regulação a ANAC garante aos operadores de serviços de comunicações o acesso aos mercados em condições de igualdade e transparência, criando um ambiente propício ao investimento, promovendo a concorrência, a protecção do consumidor e a diversificação das ofertas de serviços.

Os ganhos são visíveis sendo que o acesso aos diversos serviços de comunicações electrónicas em Cabo Verde continua a tendência crescente dos últimos anos, fazendo o país ocupar a quarta posição no Índice de desenvolvimento das TIC a nível da região da África subsariana.

GRANDES PROJECTOS E DESAFIOS

- Garantir a concorrência efectiva no sector nos vários serviços
- Transição para a Televisão Digital Terrestre - TDT
- Operacionalização do número único de emergência - 112
- Estratégia Nacional para a Banda Larga - ENBL
- Portabilidade Numérica
- Infra-estrutura de Chaves públicas de Cabo Verde - ICP-CV
- Aplicação do Regime que cria regras para a regulamentação de instalação de infraestruturas de telecomunicações em edifícios e urbanizações (ITED e ITUR)
- Liberalização do domínio "CV"
- Transição para o protocolo de Internet versão 6 (IPv6)
- Portal do Consumidor

